

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VITÓRIA GONZALEZ RODRIGUEZ**

**FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (2001-2018):  
NA DISPUTA ENTRE PORTO ALEGRE E DAVOS, “OUTRO MUNDO POSSÍVEL”**

**Porto Alegre**

**2018**

**VITÓRIA GONZALEZ RODRIGUEZ**

**FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (2001-2018):  
NA DISPUTA ENTRE PORTO ALEGRE E DAVOS, “OUTRO MUNDO POSSÍVEL”**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Visentini

**Porto Alegre**

**2018**

### CIP - Catalogação na Publicação

Rodriguez, Vitória Gonzalez  
Fórum Social Mundial (2001-2018): na disputa entre  
Porto Alegre e Davos, "outro mundo possível" / Vitória  
Gonzalez Rodriguez. -- 2018.  
94 f.  
Orientador: Paulo Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Fórum Social Mundial. 2. Espírito de Porto  
Alegre. 3. Movimento antiglobalização. 4. Globalização  
contra-hegemônica. 5. Globalização neoliberal. I.  
Visentini, Paulo, orient. II. Título.

**VITÓRIA GONZALEZ RODRIGUEZ**

**FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (2001-2018):  
NA DISPUTA ENTRE PORTO ALEGRE E DAVOS, “OUTRO MUNDO POSSÍVEL”**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Visentini – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dra. Sonia Ranincheski  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Cepik  
UFRGS

À minha avó Joana (*in memoriam*), que não sabia escrever, embora soubesse ler e assinar o próprio nome, e ao meu avô Juan António (*in memoriam*), que apenas assinava seu primeiro nome, por sempre incentivarem os meus estudos e os da minha mãe, cientes da transcendência disso.

A todas as pessoas que compõem combativos movimentos sociais, por acreditarem em outro mundo possível e lutarem diariamente para construí-lo.

À memória, à vida e à luta de Marielle Franco. Presente, hoje e sempre.

## AGRADECIMENTOS

Mais do que mera formalidade, estas páginas representam sincero agradecimento e reconhecimento a instituições e pessoas que foram importantes não só para o desenvolvimento e a finalização deste trabalho de conclusão, mas principalmente para a minha trajetória na graduação, de formação não só acadêmica e profissional, mas pessoal, política e militante. Destaco, também, que foram muitas as pessoas que me marcaram nos últimos 5 anos, mantendo acesa a chama da esperança em um Brasil e um mundo mais justos e menos desiguais. Por serem muitas, peço desculpas antecipadas por não conseguir nomear ou mesmo lembrar de todas.

Primeiramente, agradeço à República Federativa do Brasil e à sociedade brasileira por financiarem meu ensino em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. Aqui, reconheço o privilégio de ter acesso ao ensino superior em um país com oportunidades tão desiguais, principalmente se considerarmos interseccionalidades com raça e classe. Espero em breve retornar à sociedade, de forma mais contundente, o investimento feito em minha educação. Aproveito o espaço para reafirmar a importância do compromisso com investimentos em educação e, em especial, com as universidades públicas. Nesse sentido, cabe agradecer aos governos do Partido dos Trabalhadores pelos esforços empreendidos na ampliação e democratização do acesso à educação, com destaque para o nível superior.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) pelos 5 anos de trajetória universitária, e às pessoas que fazem o seu dia a dia: professoras e professores, técnicas administrativas e técnicos administrativos, funcionárias terceirizadas e funcionários terceirizados. Em especial, gostaria de agradecer às funcionárias terceirizadas mulheres, cujo reconhecimento é inversamente proporcional à sua indispensabilidade para o bem-estar de quem frequenta os prédios da Universidade. Agradeço, ainda, à Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER), pela possibilidade de intercâmbio acadêmico em uma das melhores universidades da América Latina, e ao Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), pelos anos de bolsa.

Agradeço à UNAM e à *Facultad de Ciencias Políticas y Sociales* pelo período de meu intercâmbio, em que presenciei uma invejável valorização do papel social da universidade pública. Em especial, agradeço ao Professor Samuel Sosa Fuentes e à Professora Maria Magdalena Jaramillo pela troca de conhecimento crítico e, especialmente, pelo incentivo para que eu compreendesse e vivenciasse um pouco da luta zapatista. Agradeço, com especial

carinho, à Colectiva Feminista de la NO-FCPyS e às amigas María Abril Alvarez, Regina Iturribarría e Rita Ortega por tudo o que me ensinaram e ensinam sobre feminismos e sororidade. Ao grupo Chilangas, em particular, pelas doses diárias de coragem e amor.

Com relação às professoras e aos professores que marcaram minha trajetória na UFRGS, cabe fazer alguns agradecimentos nominais. Assim, agradeço ao Professor Paulo Visentini pela confiança desde 2015, em especial durante os anos de edição da Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. A trajetória com o Professor Visentini me ensinou muito sobre a história e, mais que nada, sobre quem a conta. Agradeço à Professora Sonia Ranincheski por proporcionar minha primeira experiência com pesquisa, momento em que me aproximei do México e, principalmente, pela companhia, pelo olhar crítico e pelas reflexões conjuntas em nossa viagem à Cuba. Nesse sentido, agradeço também ao Professor Henrique Castro e às colegas Iasmini Nardi, Karina Ruiz e Marielli Bittencourt. Carrego nossos dias em Havana, junto com a Professora Anita Prestes, em minhas melhores lembranças afetivas. Não poderia deixar de agradecer ao Professor Marco Cepik, pela generosidade e disponibilidade. Por fim, agradeço ao Professor Pedro Fonseca e ao Professor Flávio Fligenspan, exemplos de atenção com o aprendizado das e dos estudantes que passam por suas salas de aula e, por isso, inspiração a quem almeja seguir a vida acadêmica, e à Professora Verônica Gonçalves, pelos comentários durante a escrita do projeto deste trabalho. À Professora Sonia e ao Professor Cepik, meu agradecimento também por aceitarem ser parte da banca examinadora.

Ao longo da graduação, o pilar da extensão foi um importante fio condutor de minha formação. Assim, agradeço às parceiras e aos parceiros dos projetos e grupos de extensão de que participei, por proporcionarem tantos momentos de troca e aprendizado. Menciono, de maneira especial, o Relações Internacionais para Educadores (RIPE), o UFRGSMUN Back In School (BIS), o UFRGSMUNDI, o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE) e o Núcleo Rondon UFRGS. Esses projetos e grupos, assim como outros, atuam na difícil, mas imprescindível tarefa de diminuir os muros entre a universidade e a sociedade.

Também no âmbito coletivo, agradeço ao Centro Estudantil de Relações Internacionais da UFRGS (CERI), ao Conselho Estudantil de Relações Internacionais da Região Sul (COERI-Sul), bem como a todas as pessoas com quem que dividi esses espaços. Agradeço, enfim, pelos anos de movimento estudantil e de movimento de curso, pelas reflexões e anseios compartilhados e pela trajetória rumo à democratização deste curso de graduação ainda tão elitizado.

Agradeço à minha mãe, Carmen Gonzalez, destacando que quaisquer palavras serão insuficientes para demonstrar minha gratidão, minha admiração e meu orgulho. Aqui, agradeço especialmente por confiar nas minhas capacidades, muitas vezes mais do que eu mesma, e pelo respeito e incentivo à minha individualidade e à minha independência. Não poderia deixar de agradecer aos integrantes mais recentes do nosso núcleo familiar, Eros e Sol, com quem compartilhei muitos momentos dessa trajetória universitária. Ademais, agradeço à Lucia Naimayer, praticamente minha segunda mãe, por todo o zelo e afeto.

Também no âmbito familiar, com a sorte de ter sinceros laços afetivos com pessoas que não compartilham laços sanguíneos, agradeço ao João Antônio Gonzalez e à Luciana Albertoni, por terem feito minha matrícula na UFRGS; à Lourdes Gonzalez, pelo amor apesar das divergências; ao Mário Chaves e à Nina Machado, pela mútua admiração e pelo constante incentivo; à Noeli Duarte, pela preocupação e cuidado; à família ‘Lopes Corrêa de Castro’ por ser, há mais de 20 anos, a imagem que me vem à cabeça quando eu penso em família; à Julie Löff, à Ju Kiefer e à Giulia Löff Kiefer Buonocore, por me permitirem a vivência de ser madrinha. Espero que a Giulia cresça em um outro mundo possível, em que todas as pessoas possam ser livres.

Ciente de que a UFRGS me proporcionou amizades que levarei vida e mundo afora, faço alguns agradecimentos a pessoas que conjugaram essa trajetória no plural junto comigo. De modo geral, agradeço às e aos colegas da turma 11, pelo companheirismo e afeto. Agradeço à Isadora Coutinho, pelo sentimento mais genuíno de amor e cuidado. À Luísa Acauan Lorentz, por receber a imensidão e buscar a profundidade, pelo companheirismo e pela sensibilidade, pelo que veio e pelo que virá. Às que tornaram esses anos mais leves: Amabilly Bonacina, Gabriela Freitas, Iasmini Nardi, Maria Gabriela Vieira. Me orgulho imensamente de todas essas mulheres, enquanto pessoas e enquanto acadêmicas, por sua força e também por seu comprometimento com o bem-estar coletivo, com a frágil democracia brasileira e com a vida das mulheres do Brasil e do mundo. Ainda, agradeço à Marília Closs, cujo incentivo e cujas reflexões foram imprescindíveis para minha aprovação no Mestrado em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e para as ideias iniciais deste trabalho. Por fim, ao Guilherme Etzberger, por todas as conversas e pela confiança mútua, e à xará Vitória Kramer, com quem compartilho não só o nome, mas uma relação bonita e intensa por termos sido criadas apenas por nossas mães.

Agradeço ao Rodrigo Corradi e às equipes da Gerência de Relações Internacionais e do Escritório de Resiliência da Prefeitura de Porto Alegre, por terem proporcionado um ambiente de trabalho que potencializou meu aprendizado. Minha primeira experiência com o

serviço público foi importante, principalmente, por mostrar que é possível fazer resistência e ensinar resiliência mesmo em ambientes políticos adversos. Agradeço à Lilian Schontag, minha psicóloga, por proporcionar diálogos que potencializam o autocuidado, o autoconhecimento e a valorização da saúde mental.

Por fim, agradeço ao Bruno Cardoso pelo olhar sensível às pequenezas e às grandezas das pessoas, dos caminhos e do mundo. Com carinho, agradeço pela sinergia, pelo estado de poesia e pelo tempo que se dilata e, apaixonadamente, encontra a liberdade. Obrigada, em especial, por me fazer acreditar que essas páginas seriam possíveis.

*Somos filhos da época  
e a época é política.  
Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas,  
são coisas políticas.  
Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
tua pele, um matiz político,  
teus olhos, um aspecto político.  
O que você diz tem ressonância,  
o que silencia tem um eco  
de um jeito ou de outro político.  
Até caminhando e cantando a canção  
você dá passos políticos  
sobre um solo político.  
Versos apolíticos também são políticos,  
e no alto a lua ilumina  
com um brilho já pouco lunar.  
Ser ou não ser, eis a questão.  
Qual questão, me dirão.  
Uma questão política.  
Não precisa nem mesmo ser gente  
para ter significado político.  
Basta ser petróleo bruto,  
ração concentrada ou matéria reciclável.  
Ou mesa de conferência cuja forma  
se discutia por meses a fio:  
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte  
numa mesa redonda ou quadrada.  
Enquanto isso matavam-se os homens,  
morriam os animais,  
ardiam as casas,  
ficavam ermos os campos,  
como em épocas passadas  
e menos políticas.*

*(Wisława Szymborska)*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral retomar a importância histórica e política do Fórum Social Mundial, espaço político e físico de convergência e articulação entre diferentes movimentos contrários à globalização hegemônica, e analisá-lo em um contexto de disputa entre o ‘espírito de Porto Alegre’ e o ‘espírito de Davos’. Para tanto, tem-se como objetivos específicos, relacionados a cada um dos capítulos: (i) a partir de uma contextualização histórica do neoliberalismo e da globalização hegemônica, apresentar algumas das contradições e condições engendradas por esses adventos que propiciaram o surgimento de movimentos contrários à globalização neoliberal, de modo a delinear um pouco das origens históricas da estrutura na qual e contra a qual o movimento antiglobalização atuou à época de seu surgimento, no final dos anos 1990; (ii) apresentar, em linhas gerais, o movimento antiglobalização, com suas características definidoras e fases, de modo a mostrar diferentes respostas e resistências frente ao modelo neoliberal e sua não-alternativa, bem como contextualizar o surgimento do Fórum Social Mundial em um movimento mais amplo; (iii) apresentar o surgimento e a trajetória do Fórum Social Mundial, desde 2001 até 2018, trazendo ao debate alguns de seus alcances e legados, bem como alguns de seus limites e perspectivas. No contexto do surgimento do movimento antiglobalização, de que o Fórum Social Mundial faz parte, destaca-se uma ruptura discursiva, com a apresentação de possibilidades e de ‘outro mundo’ frente à não-alternativa e ao pensamento único. Destaca-se, também, diferenças entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica, articulada entre movimentos sociais para combater os malefícios e custos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais daquela. Entende-se que, em um contexto de crise sistêmica do sistema-mundo capitalista, em que estão em disputa o ‘espírito de Porto Alegre’ e o ‘espírito de Davos’, a retomada da importância histórica e política do Fórum Social Mundial é útil e necessária. Isso pode ser vista sob três diferentes aspectos: intelectual, no sentido de tentar entender a situação de crise sistêmica; moral, no sentido de decidir em qual direção se quer que o sistema-mundo ande; e política, no sentido de agir para que o movimento se dê na direção escolhida.

**Palavras-chave:** Fórum Social Mundial. Espírito de Porto Alegre. Movimento antiglobalização. Globalização contra-hegemônica. Globalização neoliberal.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo general retomar la importancia histórica y política del Foro Social Mundial, espacio político y físico de convergencia y articulación entre diferentes movimientos contrarios a la globalización hegemónica, y analizarlo en un contexto de disputa entre el ‘espíritu de Porto Alegre’ y el ‘espíritu de Davos’. Para ello, se tiene como objetivos específicos, relacionados a cada uno de los capítulos: (i) desde una contextualización histórica del neoliberalismo y de la globalización hegemónica, presentar algunas de las contradicciones y condiciones engendradas por ellos y que propiciaron el surgimiento de movimientos contrarios a la globalización neoliberal, para así delinear los orígenes históricos de la estructura en la cual y contra la cual el movimiento antiglobalización actuó a la época de su surgimiento, a finales de los años 1990; (ii) presentar, en líneas generales, el movimiento antiglobalización, con sus características definidoras y fases, para enseñar diferentes respuestas y resistencias frente al modelo neoliberal y su no-alternativa, así como contextualizar el surgimiento del Foro Social Mundial en un movimiento más amplio; (iii) presentar el surgimiento y la trayectoria del Foro Social Mundial, desde el 2001 hasta el 2018, trayendo al debate algunos de sus alcances y legados, así como algunos de sus límites y perspectivas. En el contexto del surgimiento del movimiento antiglobalización, del cual el Foro Social Mundial forma parte, se destaca una ruptura discursiva, con la presentación de posibilidades y de ‘otro mundo’ frente a la no-alternativa y al pensamiento único. Se destaca, también, diferencias entre la globalización hegemónica y la globalización contra hegemónica, articulada entre movimientos sociales para combatir los maleficios y costos sociales, económicos, políticos, culturales y ambientales de aquella. Se entiende que, en un contexto de crisis sistémica del sistema-mundo capitalista, en el que están en disputa el ‘espíritu de Porto Alegre’ y el ‘espíritu de Davos’, la reanudación de la importancia histórica y política del Foro Social Mundial es útil y necesaria. Esto puede ser visto bajo tres diferentes aspectos: intelectual, en el sentido de intentar entender la situación de crisis sistémica; moral, en el sentido de decidir en qué dirección se quiere que el sistema-mundo ande; y política, en el sentido de actuar para que el movimiento se dé en la dirección escogida.

**Palabras clave:** Foro Social Mundial. Espíritu de Porto Alegre. Movimiento antiglobalización. Globalización contra hegemónica. Globalización neoliberal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Principais características definidoras do movimento antiglobalização.....	35
Quadro 2 - Fases do movimento antiglobalização.....	37
Gráfico 1 - Quantidade de participantes do FSM (2001-2016).....	72

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>SOB O SIGNO DO NEOLIBERALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES E CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DE MOVIMENTOS CONTRÁRIOS À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA .....</b>	<b>18</b>
2.1	SURGIMENTO E AVANÇO DO NEOLIBERALISMO: ‘ <i>THERE IS NO ALTERNATIVE</i> ’ .....	18
2.2	APROFUNDAMENTO DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA NEOLIBERAL: PARA ALÉM DO DISCURSO UNIFICADOR .....	22
<b>3</b>	<b>MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO E SUA RUPTURA DISCURSIVA: POSSIBILIDADES FRENTE À NÃO-ALTERNATIVA .....</b>	<b>29</b>
3.1	CARACTERÍSTICAS, CICLOS E AGENDAS .....	30
3.2	SOBRE CHIAPAS, SEATTLE E PORTO ALEGRE.....	39
<b>4</b>	<b>FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: LEGADOS E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>45</b>
4.1	SURGIMENTO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: UMA INVENÇÃO POLÍTICA ...	45
4.2	TRAJETÓRIA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: QUASE DUAS DÉCADAS DO ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE.....	48
4.2.1	As sucessivas edições do Fórum Social Mundial.....	48
4.2.2	Considerações sobre alcances e limites do Fórum Social Mundial.....	72
4.3	OS ESPÍRITOS EM DISPUTA: PORTO ALEGRE <i>VERSUS</i> DAVOS.....	79
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
	<b>ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história mundial, em especial a partir do advento do capitalismo, é pautada por sistemas em que alguns grupos, classes e Estados dominam e exploram outros. Desde o século XVI, no sistema-mundo moderno, com uma economia-mundo capitalista, essas relações de dominação e exploração sobre a maioria das populações vêm sendo muito efetivas. É importante ressaltar que o neoliberalismo, consolidado a partir década 1980 (com suas novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais), a globalização capitalista<sup>1</sup> e a revolução científica-tecnológica aprofundaram essas relações, bem como a assimetria dentro das nações e entre elas (VIZENTINI, 2004; WALLERSTEIN, 2005, 2014; MARX; ENGELS, 2015).

Em função dos diferentes malefícios e custos, de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, causados pelo neoliberalismo e pela globalização neoliberal, surgem, no final da década de 1990, diferentes movimentos contra a globalização hegemônica, conformando o que viria a ser chamado de movimento antiglobalização (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; WALLERSTEIN, 2004a; 2014). Um dos importantes marcos dessa onda de movimentos é a criação, em 2001, do Fórum Social Mundial, um espaço de debate e articulação entre diferentes organizações e movimentos de esquerda contrários ao neoliberalismo (LEITE, 2003; 2005; SANTOS, 2005b; 2006; 2015; VIZENTINI, 2001; 2002; 2004; 2006; WALLERSTEIN, 2004a; 2004b; 2014; WHITAKER, 2005).

Entende-se que o Fórum Social Mundial (FSM) se configurou como um ponto de inflexão na política mundial (VIZENTINI, 2001) e que, embora surgido em um contexto, um momento e um lugar específicos, “se alimenta de um caldo político e cultural que é preciso resgatar para compreender sua capacidade catalisadora. O plano de fundo é a globalização e a luta contra ela.” (GRZYBOWSKI, 2001, p 20). Tendo isso em vista, o presente trabalho de conclusão de curso de Relações Internacionais, que tem como objeto de estudo o Fórum Social Mundial, está dividido em três capítulos, que abordam, respectivamente, o neoliberalismo e a globalização capitalista, o movimento contra a globalização neoliberal (movimento antiglobalização), e o Fórum Social Mundial em si, apontando a possibilidade de “outro mundo possível”<sup>2</sup> no seio da disputa entre Porto Alegre e Davos.

O objetivo geral deste trabalho consiste em retomar a importância histórica e política do Fórum Social Mundial, espaço político e físico de convergência e articulação entre diferentes

<sup>1</sup> Trata-se aqui da globalização capitalista neoliberal, ‘globalização por cima’ (FALK, 1997), ou ‘globalização hegemônica’ (SANTOS, 1995; 2005a), como ver-se-á ao longo da monografia.

<sup>2</sup> Grzybowski (2001, p. 19) escreveu, à época de criação do Fórum Social Mundial, que “imaginar que um outro mundo é possível é um ato de criação para torná-lo possível.”.

movimentos contrários à globalização hegemônica, e analisá-lo em um contexto de disputa entre o ‘espírito de Porto Alegre’ e o ‘espírito de Davos’ (WALLERSTEIN, 2004b; 2005; 2010; 2014). O problema de pesquisa por trás do objetivo geral apresentado consiste em: qual é a importância histórica e política do FSM, ainda mais considerando o contexto de disputa entre os ‘espíritos’ de Porto Alegre e Davos na esteira da crise do sistema-mundo?

Para corroborar com o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos, relacionados a cada um dos três capítulos: (i) a partir de uma contextualização histórica do neoliberalismo e da globalização hegemônica, apresentar algumas das contradições e condições engendradas por esses adventos que propiciaram o surgimento de movimentos contrários à globalização neoliberal, de modo a delinear um pouco das origens históricas da estrutura na qual e contra a qual o movimento antiglobalização atuou à época de seu surgimento, no final dos anos 1990; (ii) apresentar, em linhas gerais, o movimento antiglobalização, com suas características definidoras e fases, de modo a mostrar diferentes respostas e resistências frente ao modelo neoliberal e sua não-alternativa, bem como contextualizar o surgimento do Fórum Social Mundial em um movimento mais amplo; (iii) apresentar o surgimento e a trajetória do Fórum Social Mundial, desde 2001 até 2018, trazendo ao debate alguns de seus alcances e legados, bem como alguns de seus limites e perspectivas.

Com o fim de atingir tais objetivos, no primeiro capítulo, dividido em duas seções, apresenta-se o surgimento e o avanço do neoliberalismo e o aprofundamento da globalização hegemônica, bem como seus diferentes malefícios (ANDERSON, 2003; WALLERSTEIN, 2014; VIZENTINI, 2002, 2004; IANNI, 1997; CASANOVA, 1996; SANTOS, 2005a). Destaca-se a retórica de que não havia alternativa frente às políticas neoliberais, bem como o discurso unificador da globalização, que se pretende amplamente benéfica, quando, na verdade, se trata de um processo político que potencializa as desigualdades e a dependência entre o centro e a periferia do sistema. Com relação a isso, tem-se, com o advento do movimento antiglobalização e a perda de vitalidade do neoliberalismo, uma ruptura frente ao pensamento único, à não-alternativa, à inevitabilidade do triunfo do discurso e das práticas de direita e às falácias engendradas na noção de globalização hegemônica.

No segundo capítulo, por sua vez, também dividido em duas seções, aborda-se, na primeira, as características, os ciclos e as agendas do movimento antiglobalização, com atenção para a disputa terminológica da denominação do movimento (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; ECHART MUÑOZ, 2008), para as disputas entre a ‘globalização hegemônica’ e a ‘globalização contra-hegemônica’, fenômenos que não devem ser visto como monolíticos e estanques (SANTOS, 1995; 2005a; FALK, 1997), bem como para uma

contextualização de movimentos antissistêmicos (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 2012; WALLERSTEIN, 2004a; 2005; 2014). Na segunda, pauta-se três diferentes momentos-chave do movimento contra a globalização neoliberal que corroboram para a ruptura discursiva frente ao lema *'there is no alternative'*, quais sejam, o levantamento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, as manifestações em Seattle no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999, e a criação do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001.

No terceiro e último capítulo, dividido em três seções, pretendeu-se apresentar o surgimento do FSM e algumas de suas características enquanto uma invenção política, bem como retomar sua trajetória, por meio da descrição e da análise das sucessivas edições centralizadas, de 2001 até 2018, e de considerações sobre alcances e limites do Fórum (LEITE, 2003; 2005; SANTOS, 2005b; 2006; 2015; TEIVAINEN, 2012; WHITAKER, 2005). Na seção final, apresentou-se brevemente o entendimento de Wallerstein (2004b; 2005; 2010; 2014) sobre a crise sistêmica por que passa o sistema-mundo capitalista, com reflexões sobre os 'espíritos' em disputa rumo a um novo sistema – o de Porto Alegre e o de Davos.

Em termos metodológicos, o presente trabalho tem um caráter histórico e descritivo, com análise qualitativa – embora apresente, sempre que possível, alguns números relacionados ao Fórum Social Mundial, principalmente com relação à quantidade de participantes nas diferentes edições. De modo geral, foi feita revisão bibliográfica da literatura especializada, aliada à sua leitura crítica. Também foi feita análise de fontes primárias, quando existentes, como documentos, cartas e manifestos. É importante pontuar que, ademais, se recorreu a fontes jornalísticas quando necessário, pois a produção acadêmica sobre o Fórum é restrita, principalmente, aos primeiros anos de sua existência – o que também corrobora a justificativa deste trabalho. Destaca-se, ainda, a elaboração de dois quadros-síntese no que diz respeito ao movimento antiglobalização, bem como a utilização de um gráfico que demonstra o número de participantes do Fórum Social Mundial ao longo do tempo (2001-2016), ferramentas que auxiliam a compreensão do objeto do trabalho.

A justificativa do trabalho reside no fato de que há poucas análises sistemáticas de todo o processo do Fórum Social Mundial, existindo muitas publicações sobre o seu início e escassas sobre toda a sua trajetória, que já tem praticamente duas décadas. Chico Whitaker (2005) argumenta que, em função do imenso potencial transformador do Fórum Social Mundial, convém mantê-lo como um processo desconhecido e, se possível, desacreditado. Assim, esta monografia insere-se no esforço de recuperar a trajetória e a importância desse

espaço. Ainda, esta monografia justifica-se por demonstrar a relação entre os movimentos sociais e as Relações Internacionais, reforçando a relação desta área do conhecimento com a Sociologia, o que é muitas vezes subvalorizado<sup>3</sup>. Infelizmente, a participação e atuação de movimentos sociais no cenário internacional acaba sendo relegada a um segundo plano em diferentes análises. Nesse sentido, é necessário pontuar que, neste trabalho, se parte do entendimento de que a atuação dos diferentes movimentos sociais importa na dinâmica das relações internacionais. Com isso, entende-se que o Estado, embora ator primordial das Relações Internacionais, além de não ser monolítico e homogêneo, tem outros atores ao seu lado que também forjam as dinâmicas do cenário internacional.

Aqui, cabe pontuar, ainda que brevemente, a preferência pela denominação ‘movimentos sociais’, que dizem respeito a fenômenos sociopolíticos, impulsionados por agentes coletivos, que intervêm no processo de transformação social, com a promoção de ou a oposição a mudanças, bem como com o questionamento da legitimidade e do funcionamento de instituições e normas políticas e sociais (DAVIES; PEÑA, 2017; ECHART MUÑOZ, 2008), e não ‘sociedade civil’, que por vezes pode ser esvaziada de conteúdo e despolitizada (TEIVAINEN, 2012)<sup>4</sup>. Sobre isso, pontua-se, ainda, que movimentos sociais são considerados vetores fundamentais de mudança política e social na política mundial por disciplinas das áreas de sociologia histórica, sociologia internacional e história mundial, o que vem se expandindo também em análises no campo de relações internacionais, com destaque para o papel transformador, bem como para a transcendência histórica de movimentos sociais (DAVIES; PEÑA, 2017; WALLERSTEIN, 2014; TILLY, 1978)

Boaventura (2015) ressalta que entender movimentos sociais mais recentes e sua dinâmica internacional e transnacional implica necessariamente em entender o caldo social e político originado com o Fórum Social Mundial. Isso também se liga à justificativa deste trabalho e abre espaço para pesquisas futuras. A contribuição desta monografia reside, pois, na recuperação da importância histórica e política do Fórum Social Mundial, enquanto um espaço de singular importância na virada do século, que deve ser retomada seja pelo seu conhecimento e entendimento, seja pela sua possível e necessária revitalização, em um momento de recrudescimento da direita e de crise do sistema. Nesse sentido, faz-se um

---

<sup>3</sup> Pontua-se que os movimentos sociais são institucionalizados enquanto objeto de estudo por volta da década de 1960, principalmente na Sociologia, mas também na Ciência Política, na Psicologia Social, na Antropologia e na História. Nas últimas duas décadas, porém, outras áreas de conhecimento passam a fazer análises e estudos sobre os movimentos sociais, de modo que estes se tornam objeto de estudo também da Geografia e das Relações Internacionais, por exemplo (GOHN, 2014).

<sup>4</sup> Essa preferência justifica-se, também, considerando que, cada vez mais, agendas políticas institucionais e organizações se referem a um determinado tipo de sociedade civil, vinculada às Organizações Não Governamentais e ao terceiro setor (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010).

esforço no sentido do que Wallerstein (2005) aponta como tarefas intelectual, moral e política em um momento de crise sistêmica: entender a situação de crise, refletir e decidir para qual direção se quer que o sistema-mundo vá, e atuar para que o movimento se dê na direção que se deseja – o ‘espírito de Porto Alegre’, ou o ‘espírito de Davos’.

Assim, entender o contexto do neoliberalismo e da globalização hegemônica (capítulo 2), o surgimento e as características do movimento antiglobalização, bem como as lutas específicas surgidas em Chiapas, em Seattle e em Porto Alegre (capítulo 3), com destaque para o Fórum Social Mundial (capítulo 4), importa para poder pensar de maneira mais sistemática e aprofundada sobre o que vem acontecendo em termos sociais, políticos e econômicos no mundo – desde então e também atualmente. Retomar a importância histórica e política do Fórum Social Mundial, de modo a traçar sua trajetória, seus alcances e seus limites, importa também para poder, com base em seu legado, pensar em novas perspectivas para o processo. Como dito, se forem traçados paralelos com a atual conjuntura, não só de crise sistêmica, mas de novo giro à direita no mundo, a relevância das mencionadas tarefas intelectual, moral e política se potencializa, à medida que nos permite compreender melhor a conjuntura, bem como analisar e atuar com relação à disputa entre os ‘espíritos’ de Porto Alegre e Davos para que outro mundo seja possível.

## 2 SOB O SIGNO DO NEOLIBERALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: CONTRADIÇÕES E CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DE MOVIMENTOS CONTRÁRIOS À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA

Este primeiro capítulo tem como objetivo, a partir de uma contextualização histórica do neoliberalismo e da globalização hegemônica, apresentar algumas das contradições e condições engendradas por esses adventos que propiciaram o surgimento de movimentos contrários à globalização neoliberal, de modo a delinear um pouco das origens históricas da estrutura na qual e contra a qual o movimento antiglobalização atuou à época de seu surgimento, no final dos anos 1990. Com isso, ter-se-á um panorama para melhor compreender o surgimento do movimento antiglobalização e, no seio deste, do Fórum Social Mundial, temas abordados nos próximos capítulos.

O presente capítulo está dividido em duas partes: a primeira seção aborda o surgimento e o avanço do neoliberalismo, destacando, por um lado, a retórica de que não havia alternativa frente às políticas neoliberais e, por outro, o não cumprimento de seu objetivo primordial de revitalizar o capitalismo. A segunda, por sua vez, trata sobre o aprofundamento da globalização hegemônica e suas características, destacando o fato de ser um projeto político, e não um processo natural, que envolve a manutenção e o aumento das desigualdades entre o centro e a periferia do sistema, apesar do discurso unificador que se pretende amplamente benéfico. Ao final, aponta-se o momento em que o neoliberalismo passa a perder a sua vitalidade, de modo que o modelo, que se pretendia infalível, viu-se frente a uma adversa conjuntura.

### 2.1 SURGIMENTO E AVANÇO DO NEOLIBERALISMO: *'THERE IS NO ALTERNATIVE'*

O neoliberalismo surgiu como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, as ideias keynesianas e o desenvolvimentismo, após a Segunda Guerra Mundial. Foi, no entanto, somente a partir da crise de 1973, quando o mundo capitalista viveu uma recessão (com tímidas taxas de crescimento e expressivas taxas de inflação), que esse movimento ideológico e político ganhou força em escala mundial. Antes dessa crise, o capitalismo vivia sua Era de Ouro e, portanto, as críticas neoliberais à regulação estatal da economia e do mercado ainda não encontravam eco para suas ideias nem terreno

para sua expansão (ANDERSON, 2003; WALLERSTEIN, 2014; VIZENTINI, 2002; 2004). Perry Anderson (2003, p. 17, tradução nossa) descreve o neoliberalismo da seguinte maneira:

[...] é um movimento ideológico em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, auto consistente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem e semelhança, em sua ambição estrutural e em sua extensão internacional.

Retrocedendo um pouco na contextualização histórica, cabem algumas ponderações sobre a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), a qual se relaciona com o advento do neoliberalismo. Essa hegemonia consolidou-se por volta de 1945 e pauta-se em vantagens econômicas, políticas, culturais e militares. Em 1968, os EUA lançaram mão de uma redefinição de estratégia, a fim de retardar o declínio de sua hegemonia, que passava a declinar depois de atingir o seu auge. Assim, tanto os acontecimentos de 1968 e a consequente redefinição de estratégia estadunidense, quanto a crise econômica de 1973 guardam relação com o surgimento do neoliberalismo (WALLERSTEIN, 2005; 2014). Vizentini (2004) argumenta que o neoliberalismo, em termos de política internacional, articulava-se a uma estratégia de contrarrevolução, sendo parte de uma reação conservadora estruturada como resposta ao mencionado declínio da hegemonia estadunidense e à mencionada crise da economia capitalista.

O ano de 1968 ficou conhecido por revoltas e revoluções em diferentes territórios do mundo. Tal ‘revolução mundial’<sup>5</sup> é definida por Arrighi, Hopkins e Wallerstein (2012, p. 83, tradução nossa) como “[...]uma revolução contra a contrarrevolução representada pela organização estadunidense da hegemonia mundial a partir de 1945.”. Entre seus temas e reivindicações centrais, estava justamente a rejeição à hegemonia estadunidense, bem como a crítica à chamada Velha Esquerda. Na esteira dos acontecimentos de 1968, a nova estratégia dos EUA foi pautada em um conjunto tríptico de projetos: a relação com seus antigos satélites, Europa e Japão, o abandono do apoio ao desenvolvimentismo, e a questão da não-proliferação de armas nucleares. A mesma foi seguida pelos presidentes estadunidenses desde o governo de Richard Nixon (1969-1974) até a virada do milênio (WALLERSTEIN, 2014).

Entre os projetos da nova estratégia, parcialmente bem-sucedida, na medida em que desacelerou o declínio da hegemonia estadunidense, tem-se uma nova relação com a Europa e o Japão, de modo a torná-los verdadeiros parceiros no cenário internacional. Com o objetivo de selar essa relação, diferentes instituições foram criadas – é o caso do G-7 e do Fórum

---

<sup>5</sup> Arrighi, Hopkins e Wallerstein (2012) entendem que houve duas revoluções ‘mundiais’, a de 1848 e a de 1968.

Econômico Mundial em Davos<sup>6</sup>, por exemplo. O segundo projeto diz respeito ao fim do apoio ao desenvolvimentismo, bastante impulsionado durante os anos 1950 e 1960. Nesse sentido, tem-se uma mudança de discurso: “Produção para exportação substituiria proteção a indústrias nascentes. Empresas estatais seriam privatizadas. Gastos estatais em educação e saúde seriam radicalmente cortados. Sobretudo, capital fluiria livremente entre as fronteiras.” (WALLERSTEIN, 2014, p. 165, tradução nossa). Essa alteração de discurso pauta alguns dos primeiros passos rumo ao lema neoliberal e futuro *slogan* político cunhado por Margareth Thatcher, ‘*there is no alternative*’ (TINA)<sup>7</sup>, e rumo ao Consenso de Washington. Por fim, para fechar o tripé da nova estratégia, tem-se a pretensão de pautar uma ordem mundial sem proliferação nuclear, com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (WALLERSTEIN, 2014).

A força neoliberal não surgiu da noite para o dia; teve, nos fatos descritos, alguns dos fatores que ajudaram a consolidar seu surgimento. Em 1979, com a eleição do governo de Margareth Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, ocorreu um importante ponto de inflexão, pois tratava-se do “[...]primeiro regime de um país capitalista avançado publicamente empenhado em pôr em prática um programa neoliberal.” (ANDERSON, 2003, p. 12, tradução nossa). Cabe pontuar que o pacote de medidas levadas adiante durante os anos de governo de Thatcher foi bastante sistemático, sendo símbolo da política neoliberal. De modo geral, entre as políticas neoliberais, destacam-se: contração da emissão monetária, corte dos gastos sociais, diminuição dos impostos sobre rendas altas, liberalização do controle sobre fluxos financeiros e comerciais (não de trabalho), aumento das taxas de juros, manutenção de altos níveis de desemprego, criação de legislação antissindical, condenação de greves, facilitação de diferentes privatizações e, via de regra, desregulação (ANDERSON, 2003; VIZENTINI, 2002; 2004).

Um segundo impulso à onda neoliberal ocorreu com a eleição do governo de Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA. Nos anos que sucederam, diferentes governos neoliberais de direita chegaram ao poder na região da América do Norte e da Europa. Assim, com um quadro geopolítico bastante favorável e o advento do neoliberalismo, uma onda de direitização ganhou sustentação política, para além da econômica. Esse giro à direita no mundo vive um triunfo durante os anos 1980, tendo como marcos as mencionadas eleições de Thatcher e Reagan (ANDERSON, 2003; WALLERSTEIN, 2014). O vínculo entre a teoria e

---

<sup>6</sup> Organização em que se encontram líderes empresariais e políticos para discutir questões mundiais.

<sup>7</sup> Traduzido para o português como ‘não há nenhuma alternativa’.

a prática neoliberais, bem como as instituições envolvidas nesse contexto são destacadas por Wallerstein (2005, p. 117, tradução nossa):

O regime de Thatcher no Reino Unido e o regime de Reagan nos Estados Unidos assumiram a liderança na promoção destas políticas, que foram denominadas ‘neoliberalismo’ na teoria e ‘consenso de Washington’ como política. O Fórum Econômico Mundial em Davos foi o lugar de promoção da teoria e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a recentemente estabelecida Organização Mundial do Comércio (OMC) se converteram nos principais implementadores do consenso de Washington.

Destaca-se que, apesar da consecução de projetos e políticas neoliberais, o fim histórico do neoliberalismo, qual seja, a reanimação do capitalismo, com retomada de altas e estáveis taxas de crescimento anteriores à crise dos anos 1970, não obteve êxito. Ao realizar um balanço provisório sobre o neoliberalismo, Perry Anderson (2003) afirmou que, economicamente, o neoliberalismo representou um fracasso, justamente por não ter logrado a almejada revitalização do capitalismo. Socialmente, por outro lado, muitos de seus objetivos foram alcançados, com sociedades marcadamente desiguais. No entanto, é no âmbito ideológico e político que o projeto neoliberal teve seu maior êxito: ainda que, no começo, apenas governos de direita tenham adotado políticas neoliberais, com o passar do tempo inclusive governos autoproclamados de esquerda o fizeram, fazendo ecoar o famoso *slogan* cuja máxima representa a inexistência de alternativa frente aos princípios neoliberais, seja para partidários, seja para opositores (ANDERSON, 2003). Sobre os objetivos-meio e os objetivos-fim (in)alcançados pelo neoliberalismo, Paulo Vizentini (2002, p. 26-27) escreve:

O neoliberalismo inegavelmente atingiu alguns de seus objetivos-meio: os impostos caíram, a inflação foi drasticamente reduzida, as regulamentações financeiras e comerciais também, o sindicalismo sofreu um acentuado retrocesso, o desemprego tornou-se estrutural, grande parte das empresas públicas foi privatizada e os gastos sociais sofreram acentuada redução. [...] Os objetivos-fim, contudo, tiveram resultados decepcionantes: a retomada de um crescimento estável a taxas elevadas e a eliminação dos *déficits* governamentais dos países mais importantes não ocorreram. A eliminação das regulamentações financeiras e comerciais criou um sistema fortemente especulativo no quadro de um sistema monetário internacional altamente permeável (grande facilidade de transferência e de evasão fiscal) e da articulação de verdadeiros circuitos subterrâneos e informais, geridos em nível de empresas privadas, e não controlados por governos. Os gastos militares e de segurança interna, bem como outras despesas decorrentes das consequências sociais da reconversão econômica, têm também impedido muitos governos de equilibrarem suas contas. Aliás, os Estados têm dificuldades crescentes em arrecadar, tanto pelas novas regras institucionais de inspiração neoliberal como pelo perfil da economia aberta e globalizada.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Com relação aos gastos militares apontados por Vizentini (2002), pode-se dizer que faz parte de uma contradição neoliberal apresentada por Anderson (2003): os gastos militares nos EUA são considerados, por este autor, um disfarçado keynesianismo militar.

Na esteira do balanço sobre o neoliberalismo, Perry Anderson (2003) assinala que a crise de 1990, ao contrário do que poderia indicar a lógica, foi um alento para o neoliberalismo, pois diferentes vitórias de partidários da política neoliberal conferiram-lhe vitalidade e dinamismo. Nesse sentido, o triunfo do Ocidente na Guerra Fria e o colapso da URSS representam uma segunda onda de impulso aos governos neoliberais, de modo a expandir os limites do neoliberalismo ocidental: a Europa do Leste e a ex-URSS, em função da possibilidade de seguir políticas independentes, adentraram na lógica neoliberal<sup>9</sup>. Anderson (2003) também aponta que, depois dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos ex-satélites da URSS, a América Latina foi o terceiro cenário de experimentação neoliberal<sup>10</sup>, a partir de 1988, com o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Outros exemplos no continente são os governos de Carlos Menem (1989-1999) na Argentina, de Alberto Fujimori (1990-2000) no Peru, de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no Brasil, entre outros.

## 2.2 APROFUNDAMENTO DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA NEOLIBERAL: PARA ALÉM DO DISCURSO UNIFICADOR

É necessário enfatizar, para os fins deste trabalho, que o neoliberalismo se relaciona com a globalização capitalista. Sobre esta, Vizentini (2002) pontua que recebe inúmeras definições técnicas, referentes ao aumento do comércio internacional, à internacionalização do capital e/ou à internacionalização da produção industrial, por exemplo. Tais definições constituem, na verdade, demonstrações de um processo mais amplo, “[...]impulsionado fundamentalmente pela concorrência de busca de maior competitividade e de mercados consumidores.” (VIZENTINI, 2002, p. 23). Com relação à competitividade, Vizentini (2004) pontua que retomar o crescimento relaciona-se com competir e vencer o concorrente; assim, o motor da globalização passava a ser a competitividade – relacionada com a produtividade e

---

<sup>9</sup> Sobre esse fato, Wallerstein (2014), Vizentini (2004) e Anderson (2003) apontam que, em poucos anos, os efeitos negativos dessas políticas neoliberais foram sentidos no padrão de vida da população, o que provocou uma reação que colocou novos partidos no poder – notadamente partidos ex comunistas, forças de esquerda reformadas.

<sup>10</sup> Destaca-se que a primeira experiência neoliberal sistemática no mundo se deu na América Latina: foi durante a ditadura chilena, sob auspício do governo do General Augusto Pinochet (1973-1990), em uma espécie de projeto piloto do neoliberalismo.

com a revolução científico-tecnológica em curso (Terceira Revolução Industrial)<sup>11</sup>. Entre os elementos que corroboram para uma maior competitividade e, portanto, justificam a internacionalização de empresas, aumentando a globalização da produção capitalista, destacam-se os menores salários, a diminuta legislação social e trabalhista, as maiores facilidades fiscais e o menor controle ambiental existentes em países da periferia (VIZENTINI, 2002).

Vizentini (2002) pontua, ainda, características da globalização que potencializam e aprofundam a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema, dado que consiste em um projeto que, apesar do discurso unificador, não foi pensado para beneficiar a todas as sociedades, como pretende-se expor na sequência do trabalho.

[...]o processo de globalização vem sendo apresentado como um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais, a qual teria como resultado uma mundialização homogeneizada. A globalização, porém, é seletiva, pois visa a determinadas regiões, atividades e segmentos sociais a serem integrados mundialmente. Assim, enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos desta gigantesca transformação, conduzindo a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e agravando ainda mais a concentração da riqueza em termos nacionais e sociais. (VIZENTINI, 2002, p. 23).

Ainda no que diz respeito à globalização, mas especificamente com relação ao Estado nesse contexto, Octavio Ianni (1997) aponta para o enfraquecimento estatal e para a reterritorialização da política frente à transnacionalização da economia; tal transnacionalização não só reorienta, como também reduz a capacidade de decisão dos Estados. No mesmo sentido, esse autor destaca que tanto organizações multilaterais quanto corporações transnacionais são estruturas mundiais de poder que seguem os objetivos e as práticas de grupos, classes ou blocos dominantes em escala global, o que explicita, em diálogo com Vizentini (2002), que o projeto de globalização não diz respeito a benefícios globalizados e generalizados. Assim, aos poucos fica evidente que se trata de um projeto, e não de um processo natural engendrado na falácia do determinismo (SANTOS, 2005a), exposta adiante.

Em uma análise mais centrada na questão da dependência delineada e aprofundada pela globalização, Pablo Gonzalez Casanova (1996) aponta para o surgimento de um sistema bancário-produtivo-comunicativo transnacional dominante e, no mesmo sentido de Ianni (1997), para o enfraquecimento real da soberania estatal. Com relação a isso, destaca, entre outros adventos, a capacidade de empresas transnacionais de controlar a produção agrícola de

---

<sup>11</sup> No começo do século XX, fora o progresso; no pós Segunda Guerra, o desenvolvimento (VIZENTINI, 2004).

agricultores e fazendeiros, bem como as atividades de sindicatos e movimentos ecologistas, e a capacidade do Fundo Monetário Internacional (FMI) de influenciar o corte de gastos sociais, como em saúde, educação e habitação, e a desvalorização de moedas de muitos países endividados.

Casanova (1996) argumenta que a globalização em sua forma hegemônica mantém e aprofunda as estruturas de dependência que remontam à época da colonização e ao período de reestruturação do capitalismo desde os anos 1930. Com isso, expõe que é necessário atentar para as novas características da globalização, mas também para o velho lado da mesma – o do colonialismo –, destacando os efeitos adversos que ela acarreta para os países que denomina de terceiro mundo (asiáticos, africanos e latino-americanos). Nesse mesmo sentido, Vizentini (2004) argumenta que a globalização intensifica o fenômeno do descompasso entre as nações, com a estruturação centro-periferia e o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista.

Em consonância com essas ideias, tem-se que os efeitos negativos das crises são socializados, distribuídos desfavoravelmente aos países da periferia e, dentro deles, à maioria de suas populações. Nesse sentido, durante os anos 1980, viu-se, nos países periféricos, o crescimento da dívida e o aumento da pobreza e da desigualdade. O Banco Mundial e o FMI desempenharam importante papel nesse contexto, em uma grande estratégia neoliberal que aliou, entre outros fatores, liberalização, privatizações, desnacionalizações de riquezas naturais e desmantelamento de muitas instituições sociais e nacionais. Ademais, em muitos desses países, essa liberalização econômica ocorreu com uma mistura perversa com autoritarismo político (CASANOVA, 1996).

Boaventura de Sousa Santos (2005a) analisa essa globalização sob diferentes aspectos – com destaque para a globalização econômica, a social, a política e a cultural –, e ressalta que as características dominantes da globalização são as características da globalização dominante<sup>12</sup>. A globalização ‘econômica’ sustenta-se pelo pilar neoliberal, cujas principais inovações institucionais são as restrições à regulação estatal da economia, os novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros e criadores de inovações, e a subordinação dos Estados às instituições multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, conforme vem sendo apresentado. No que diz respeito à globalização ‘social’, o consenso neoliberal prevê que a redução dos custos salariais está na base para a estabilidade e

---

<sup>12</sup> Os dois diferentes tipos de globalização trazidos por esse autor, ‘globalização hegemônica’ e ‘globalização contra-hegemônica’, serão melhor abordados no próximo capítulo; aqui, trata-se da de caráter hegemônico.

o crescimento da economia<sup>13</sup>. Com isso, a exclusão aparece como um efeito inevitável (e justificado) desse desenvolvimento, que se baseia na competitividade global e cujo critério para a inclusão, em vez de ser o direito, é a solvência (SANTOS, 2005a).

Já com relação à globalização ‘política’ e seus efeitos sobre o Estado, destaca-se que os Estados hegemônicos, ou centrais, seja por suas próprias práticas, seja via instituições internacionais (principalmente as de ordem financeira, como visto) diminuem a autonomia política e a soberania dos Estados da periferia ou da semiperiferia. Com isso, a capacidade estatal “[...]para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capitais ou ideias[...]” (SANTOS, 2005a, p. 36) vê-se drasticamente diminuída. Boaventura ressalta, ainda, três componentes do Consenso de Washington que estão na base da globalização política: os consensos com relação ao Estado fraco, à democracia liberal e à primazia do direito e do sistema judicial. Por fim, quanto à globalização ‘cultural’, importante elemento da globalização dominante, questiona-se se não é, na verdade, uma ‘ocidentalização’ ou ‘americanização’ cultural<sup>14</sup> (SANTOS, 2005a).

Boaventura de Sousa Santos (2005a) faz, ainda, uma reflexão importante sobre o lado oculto da globalização e as intencionalidades do mesmo, por trás de um discurso que se pretende unificador e amplamente benéfico – o que dialoga com as ideias apresentadas de Vizontini (2002; 2004), Ianni (1997) e Casanova (1996). Para esse sociólogo português, o que a globalização dominante oculta é de extrema relevância, de modo que as supostas simplicidade e transparência da ideia de globalização devem ser entendidas não como inocência, mas como ferramentas ideológicas e políticas que têm intenções específicas.

Entre essas intencionalidades, destacam-se duas: primeiro, a falácia do determinismo, como se se tratasse não de um processo permeado por decisões políticas, mas de “[...]um processo espontâneo, automático, inelutável e irreversível que se intensifica e avança segundo uma lógica e uma dinâmica próprias[...]” (SANTOS, 2005a, p. 50). Em segundo lugar, a falácia do desaparecimento do Sul, como se as relações entre o Norte e o Sul não fossem conflituosas, invisibilizando o Sul e as hierarquias do sistema mundial entre centro, periferia e semiperiferia. Com isso, dá-se a entender que o impacto positivo da globalização é uniforme em todas as regiões e em todos os setores – o que não tem correspondência com a realidade.

---

<sup>13</sup> Tal redução salarial, com o fim de impedir uma alta de inflacionária, envolve também encolhimento de direitos sociais e trabalhistas. Daí decorre a contração do poder de compra interno que, no entanto, deve ser suprida externamente, com a busca de novos mercados.

<sup>14</sup> A esse respeito, há diferentes debates sobre homogeneização e diversidade, bem como sobre a emergência de uma cultura global e os papéis dos Estados no âmbito cultural – o que, no entanto, extrapola os objetivos deste trabalho.

Tanto a falácia do determinismo como a falácia do desaparecimento do Sul têm vindo a perder credibilidade à medida que a globalização se transforma num campo de contestação social e política. Se para alguns ela continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas mais um clube cada vez mais pequeno de privilegiados. (SANTOS, 2005a, p. 53).

Com relação a essas contradições, características e intencionalidades da globalização, que se pautam como amplamente benéfica, quando, na verdade, se trata de um projeto que beneficia somente algumas nações e grupos, com socialização apenas de riscos e perdas, é importante frisar, novamente, que se trata de uma construção política. Em se tratando de uma construção, há a possibilidade de mudança e de disputa, tanto da narrativa quanto da realidade, o que ficará mais evidente com a irrupção do movimento antiglobalização e a análise dos diferentes tipos de globalização – a hegemônica, aqui tratada, e a contra-hegemônica, abordada adiante.

À luz do que foi exposto, também não se pode deixar de considerar, como uma das consequências do avanço tecnológico e da fragmentação e internacionalização da produção no seio da globalização, a concentração, nos países desenvolvidos, de atividades de novos segmentos de tecnologia avançada e de centros financeiros. Com isso, o desemprego nesses países torna-se crescente e uma das consequências diretas é o desmantelamento da organização do movimento operário nos países do capitalismo avançado. Aqui aparece uma das primeiras contradições no contexto neoliberal: justamente o fortalecimento do Estado frente aos sindicatos, com vistas a enfraquecê-los e, por outro lado, a limitação do mesmo no que diz respeito aos gastos sociais e a possíveis intervenções econômicas. O mencionado desmantelamento da organização operária e sindical, somado à crítica ao Estado de bem estar social, dá um panorama da situação social criada pelo neoliberalismo, com imensa concentração de renda, aumento da pobreza relativa e violenta exclusão social mesmo nos países centrais (VIZENTINI, 2002; 2004).

No que diz respeito a condições e contradições engendradas no bojo do neoliberalismo e da globalização correspondente, Stephen Gill (2000) destaca quatro conjuntos de problemas e contradições que guardam direta relação não só com os protestos de Seattle, como aponta o autor, mas com todo o movimento antiglobalização. São eles: 1) contradição entre o grande capital e a democracia, com perda de controle sobre políticas econômicas, sociais e ambientais, e fortalecimento de interesses de determinadas classes, vinculadas à desregulação, privatização e liberalização; 2) contradições sociais e econômicas relacionadas ao

empobrecimento e à exploração; 3) intensificação da crise de reprodução social, com a carga de ajustes acarretando em socialização de riscos e perdas; 4) substituição da diversidade sociocultural e biológica por monoculturas, o que se relaciona, por exemplo, à diminuição da segurança alimentar. Tais contradições e condições levam ao que o autor chama de ‘crise global’ ou ‘crise orgânica’, em que diferentes forças, dentro e entre as nações, se opõem às ideias, às instituições e ao poder material do neoliberalismo.

Ao passo que os anos seguintes ao fim da URSS foram pautados pelo suposto triunfo da globalização neoliberal, a virada do milênio foi pautada por uma reversão no quadro, com diferentes crises – de caráter econômico, social, político e ambiental. A desaceleração no crescimento econômico tornou-se estagnação e recessão em diferentes países; os malefícios sociais das políticas neoliberais foram cada vez mais sentidos pelas populações; houve avanço da extrema-direita na Europa; a revolução científico-tecnológica<sup>15</sup>, ao acelerar as transformações em curso, ameaçava as estruturas sociais (VIZENTINI, 2002; 2004). Com isso, de modo geral, para além dos sucessos e fracassos, o neoliberalismo e a globalização neoliberal deixaram como legado condições e contradições, sucintamente aqui expostas, que propiciaram o surgimento de movimentos que se manifestam justamente contra elas, em um momento em que o neoliberalismo passou a perder vitalidade.

Ainda com relação ao colapso da URSS, mencionado anteriormente, Wallerstein (2014) afirma que o sentimento inicial dos movimentos de esquerda ao redor do mundo era de choque. No entanto, passada certa prostração, uma “[...]nova luz apareceu no horizonte para a esquerda global.” (WALLERSTEIN, 2014, p. 166, tradução nossa). Nesse sentido, ocorre uma renovação do discurso, que passa a combater a suposta inevitabilidade do triunfo do discurso e das práticas de direita, bem como a suposta inexistência de alternativas (em referência ao lema TINA). Tem-se, assim, uma renovação dos movimentos antissistêmicos, sobre o que Vizentini (2002, p. 168) escreve: “[...]anos depois a esquerda ressurgia, ‘globalizada’, no cenário mundial.”

Vizentini (2004) pontua que, com o dinamismo da realidade mundial, sob o signo da globalização, não só a produção e a economia foram transnacionalizadas: também o foram os conflitos políticos e as tensões sociais – o que abriu espaço a novos desafios e a novas possibilidades de transformação social. É na esteira disso que surge o movimento antiglobalização, com o objetivo de fazer frente às instituições financeiras internacionais,

---

<sup>15</sup> Sobre ela, Vizentini escreve: “[...]as forças opostas ao neoliberalismo precisam lutar *ofensivamente* para que a Revolução Científico-Tecnológica, que impulsiona a globalização, seja *socialmente condicionada*.” (VIZENTINI, 2004, p. 147, grifo do autor).

questionando sua legitimidade, à ofensiva neoliberal e suas consequências e à correlacionada globalização hegemônica (ANDERSON, 2003; BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; GILL, 2000; VIZENTINI, 2002; 2004; WALLERSTEIN, 2014).

Arrighi, Hopkins e Wallerstein (2012) expõem, na citação abaixo, a relação entre os movimentos antissistêmicos e as estruturas que eles combatem, demonstrando a contínua transformação do cenário histórico em disputa, o que guarda relação com o ‘espírito de Porto Alegre’ e o ‘espírito de Davos’ (WALLERSTEIN, 2004b; 2005; 2010; 2014), como pretende-se deixar evidente na sequência da monografia.

Os movimentos antissistêmicos não são, por óbvio, as únicas agências que alteraram o cenário sobre o qual e mediante o qual os movimentos antissistêmicos atuais e futuros devem continuamente formar-se e operar. As agências organizadoras dos processos de acumulação, cuja destruição é pretendida por estes movimentos, também atuaram, em parte, devido à sua própria ‘lógica’; em parte pelo êxito desses movimentos antissistêmicos e, portanto, da transformação contínua do cenário histórico que constitui o campo de atuação e de contradição dessa ‘lógica’. A constante transformação estrutural da economia-mundo capitalista gera, em virtude do seu funcionamento global, cenários nos quais os processos de luta de classe provocam situações de conflito e polarização nas relações assim formadas. (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 2012, p. 38-39, tradução nossa).

### **3 MOVIMENTO ANTIGLOBALIZAÇÃO E SUA RUPTURA DISCURSIVA: POSSIBILIDADES FRENTE À NÃO-ALTERNATIVA**

Na esteira dos custos sociais, políticos, econômicos e ambientais oriundos do neoliberalismo e da globalização capitalista, adventos que foram abordados no capítulo anterior, este segundo capítulo aborda o movimento antiglobalização e alguns movimentos que o compõem, destacando a possibilidade de construção de outro mundo que eles apresentam, bem como a ruptura discursiva nela engendrada: existem alternativas, com o que se questiona legitimidade do lema TINA. Sobre o tema, Gill (2000) destaca que os novos movimentos a partir dos protestos de Seattle buscam preservar a diversidade cultural, política, social e ecológica frente às monoculturas (também de caráter cultural, político, social e ecológico) advindas com a ordem corporativa do neoliberalismo e a correlata globalização.

Entende-se que é importante e necessário conhecer o movimento antiglobalização, seja para entender o seu passado, seja para forjar o seu futuro, em um momento político presente que não é o mesmo da virada do século e que exige rearticulação da mobilização social em diferentes partes do mundo. Assim, este segundo capítulo tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, o movimento antiglobalização, com suas características definidoras e fases, de modo a mostrar diferentes respostas e resistências frente ao modelo neoliberal e sua não-alternativa, bem como contextualizar o surgimento do Fórum Social Mundial em um movimento mais amplo.

O presente capítulo está dividido em duas partes: a primeira seção aborda as características, os ciclos e as agendas do movimento antiglobalização, de maneira mais geral, com uma introdução sobre os movimentos antissistêmicos que o precederam. Nessa seção, destaca-se a disputa terminológica quanto à denominação do movimento, apresenta-se a diferença entre globalização ‘hegemônica’ e ‘contra-hegemônica’ e utiliza-se dois quadros para sistematizar as principais características e fases do movimento. A segunda seção, por sua vez, aborda especificamente três momentos do movimento antiglobalização – o levantamento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, em Chiapas, as manifestações de Seattle frente à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999, e a criação do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, em Porto Alegre. Essa estrutura permite contextualizar melhor, no próximo capítulo, a trajetória e importância do Fórum Social Mundial.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS, CICLOS E AGENDAS

Antes de adentrar na exposição sobre o movimento antiglobalização, parece importante contextualizar um pouco o surgimento de ‘movimentos antissistêmicos’, cuja denominação vem de Arrighi, Hopkins e Wallerstein (2012) e Wallerstein (2004a; 2005; 2014). Para eles, a organização de movimentos antissistêmicos ocorre, pela primeira vez de maneira sistemática e organizada, na segunda metade do século XIX, em 1848, naquela que consideram a primeira revolução mundial. À época, existiam dois tipos principais e diferenciados – movimentos ‘sociais’ e movimentos ‘nacionalistas’<sup>16</sup>. Eram movimentos ‘antissistêmicos’ à medida que “[...] estavam lutando contra as estruturas de poder estabelecidas, em um esforço de trazer à tona um sistema histórico mais democrático e mais igualitário do que o então existente.” (WALLERSTEIN, 2014, p. 160, tradução nossa). Esses movimentos travavam debates que permanecem atuais, sobre, por exemplo, qual seria o papel dos Estados para que se altere o sistema, como definir os grupos mais oprimidos, quais as prioridades a serem seguidas e qual a relação entre os diferentes movimentos (WALLERSTEIN, 2014).

Sobre o último ponto, a relação entre os diferentes movimentos, esses movimentos antissistêmicos surgidos por volta de 1848 tinham a verticalidade como uma de suas características, ou seja, previam a subordinação de diferentes movimentos tidos como secundários, de que são exemplos movimentos de mulheres, étnicos e raciais, religiosos, sindicalistas e de diferentes minorias sociais. As pautas desses movimentos secundários deveriam estar submetidas às do único movimento tido como central (fosse social, fosse nacionalista) pois, sem essa subordinação, a causa principal estaria enfraquecida e seu objetivo não poderia ser alcançado. Os movimentos secundários chegam a ser considerados contrarrevolucionários se realizados independentemente (WALLERSTEIN, 2014). Por outro lado, como ver-se-á adiante, o movimento antiglobalização e, especificamente, o Fórum Social Mundial têm como algumas de suas características definidoras a horizontalidade e a heterogeneidade, com interseccionalidade entre diferentes pautas e diferentes movimentos.

Ainda com relação aos chamados movimentos antissistêmicos, para além dos que surgiram em 1848 (‘sociais’ e ‘nacionais’) e que seguiram suas trajetórias nos anos

---

<sup>16</sup> Os movimentos ‘sociais’ argumentavam que a disputa básica nas sociedades se tratava de uma luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Para esses movimentos, portanto, o ator de transformação histórica e social era o proletariado. Já para os movimentos ‘nacionalistas’, diferentes Estados eram controlados por grupos étnicos internamente dominantes, bem como por forças externas. Para esses movimentos, conseqüentemente, os atores de transformação eram nações e povos oprimidos que sofriam com desigualdades do sistema (WALLERSTEIN, 2014).

posteriores, Wallerstein (2004a) argumenta que, depois da revolução de 1968, houve quatro variedades de movimentos antissistêmicos, com a pretensão de construírem os melhores movimentos, no sentido de levar a um mundo mais democrático e igualitário. O primeiro refere-se aos diferentes maoísmos, inspirados em alguma medida na Revolução Cultural da China. Seu argumento era de que a falha da esquerda se relacionava à falta de doutrina pura da revolução. Wallerstein (2004a), no entanto, aponta que todos eles falharam, seja pelas disputas e sectarismos, seja pela morte de Mao Tse Tung, fonte de inspiração de tais grupos. Uma segunda variedade duradoura de movimentos sociais antissistêmicos é a dos chamados novos movimentos sociais – movimentos ecologistas e ambientalistas, movimentos feministas, lutas de supostas minorias étnicas e raciais. Ainda que sua história remonte a anos anteriores, Wallerstein (2004a) pontua que essa segunda variedade surge com proeminência na década de 1970, de forma renovada e militante. O terceiro tipo de movimento com *status* antissistêmico diz respeito às organizações de direitos humanos (como a Anistia Internacional), que se convertem em uma força política no cenário social e político depois da década de 1980. No entanto, o autor apresenta uma visão crítica sobre essas organizações – visão esta que em alguma medida pode ser estendida a outras Organizações Não Governamentais (ONGs)<sup>17</sup>.

Por fim, a quarta e mais recente variante do movimento antissistêmico diz respeito aos movimentos antiglobalização – designação, segundo Wallerstein (2004a), feita mais pelos opositores do que pelos próprios movimentos. Sobre este quarto tipo, o autor aponta diferenças com relação às primeiras variantes, com destaque para a questão da heterogeneidade, uma vez que o Fórum Social Mundial, por exemplo, engloba diferentes movimentos e setores da esquerda – da velha esquerda aos movimentos de direitos humanos, passando pelos novos movimentos sociais e por outros que não se enquadram nessas categorias –, tanto do Norte quanto do Sul, em sua luta contra o neoliberalismo (enquanto ideologia e enquanto prática institucional).

---

<sup>17</sup> A crítica de Wallerstein (2004a) diz respeito a certa cooptação de tais organizações pelos Estados (o que pode ser estendido à cooptação por organizações internacionais), bem como à relação centro-periferia engendrada em sua atuação: “Estas organizações tiveram certo impacto, ao lograr que alguns Estados – inclusive, talvez, todos os Estados – adotem, em suas políticas, um enfoque que considera estas preocupações com respeito aos direitos humanos; no entanto, neste processo, essas organizações chegaram a ser mais uma espécie de auxiliares dos Estados do que seus verdadeiros opositores, e dentro deste contexto global dificilmente parecem ser muito antissistêmicos. Se converteram em ONGs localizadas extensamente nas zonas centrais, embora, ao mesmo tempo, tratando de implementar suas políticas dentro das zonas da periferia, onde frequentemente são consideradas mais como agentes de seu Estado de localização original do que como seus críticos. Em qualquer caso, estas organizações raramente mobilizaram um apoio massivo, contando mais com sua habilidade para utilizar o poder e a posição de suas elites militantes localizadas no centro do sistema-mundo.” (WALLERSTEIN, 2004a, sem paginação, tradução nossa).

A mencionada heterogeneidade levanta questionamentos sobre a identidade do movimento antiglobalização. Existe, afinal, identidade entre movimentos tão diversos? Como diz o termo, tem-se o nexos de luta contra a globalização neoliberal como um ponto em comum entre os diferentes movimentos que compõem o movimento antiglobalização. A identificação de inimigos comuns e o trabalho de meios de comunicação e de outros atores sociais e políticos externos corroboram para a questão identitária do movimento, com o reforço de sua identidade em função da identificação externa. Apesar das dúvidas e dos anseios teóricos que um movimento tão heterogêneo levanta, e mesmo apesar da crise por que o movimento antiglobalização passa nos últimos anos enquanto ator no cenário internacional, é inegável a consolidação do seu legado como, por exemplo, um novo marco de ação coletiva transnacional, capaz de interferir na dinâmica internacional (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010). Enara Echart Muñoz (2008, p. 91, tradução nossa), ao definir o movimento antiglobalização, escreve:

[...] uma rede de movimentos sociais diversos (ecologistas, feministas, trabalhistas, de defesa dos direitos humanos o dos direitos dos povos indígenas, etc.), que lograram se unir para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, em torno à luta contra a globalização neoliberal, a que responsabilizam pelas múltiplas problemáticas contra as quais se mobilizam.

O surgimento do movimento antiglobalização tem relação, como indica a terminologia, com a luta contra a globalização ligada ao neoliberalismo, mas também com a crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos, com a diminuição dos poderes do Estado, com a incapacidade de ONGs em auxiliar na resolução da crescente desigualdade mundial e com a crise do modelo econômico neoliberal. Nesse sentido, Echart Muñoz (2008) destaca as mudanças na estrutura de oportunidades políticas, com o debilitamento desse modelo antes tido como inquestionável e infalível<sup>18</sup>. Ainda, destaca-se a construção de identidades coletivas multirreferenciais e a mencionada ruptura discursiva com relação à inevitabilidade e à não-alternativa do modelo neoliberal (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; ECHART MUÑOZ, 2008). Ademais, o movimento engendra em si novas formas de ação coletiva e um conseqüente aumento do repertório, como pretende-se demonstrar. Sobre essas novas formas de ação, Gill (2010, p. 140, tradução nossa) destaca que “[...]contêm concepções inovadoras de justiça social e solidariedade, de possibilidade social, de conhecimento, emancipação e liberdade. O conteúdo dos seus mitos mobilizadores inclui diversidade, unicidade do planeta e natureza, democracia, e equidade.”.

<sup>18</sup> Trata-se do momento em que o neoliberalismo começou a perder sua vitalidade, como visto anteriormente.

Cabe ressaltar que há uma disputa terminológica com relação ao movimento antiglobalização, pois há quem critique o tom negativo do termo ‘antiglobalização’. Assim, tem-se outras possibilidades de denominação do movimento, dadas por analistas com diferentes visões sobre ele. Os diferentes termos destacam o caráter propositivo, a heterogeneidade, a extensão e/ou a finalidade do movimento, de que são exemplos: movimento por uma nova globalização, movimento altermundialista (versão francófona), movimento de movimentos, movimento de resistência global, movimento pela justiça global, entre outros (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; ECHART MUÑOZ, 2008)<sup>19</sup>.

Ainda com relação à terminologia, porém com relação ao termo ‘globalização’ e às diferentes disputas sobre o termo e sobre a realidade, Boaventura de Sousa Santos (2005a) destaca que interpretações monolíticas do fenômeno da globalização são inadequadas, pois não se trata de um processo linear nem consensual. Como enfatizado no capítulo anterior, trata-se de uma construção política, e não de um processo natural. Nesse sentido, as diferentes denominações para o termo globalização representam diferentes concepções do fenômeno. Assim, tem-se, por exemplo, os termos ‘globalização por cima’ e ‘globalização por baixo’ (FALK, 1997) e ‘globalização hegemônica’ e ‘globalização contra-hegemônica’ (SANTOS, 1995; 2005a) para diferenciar a globalização neoliberal capitalista da que é promovida por diferentes movimentos para combater os malefícios daquela.

A globalização contra-hegemônica presta atenção primordial nas lutas contra a exclusão social. Dado que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, a globalização contra-hegemônica está animada por um *logos* redistributivo, em seu sentido mais geral, que implica a redistribuição dos recursos simbólicos, culturais, políticos, sociais e materiais. Nesse sentido, a redistribuição se apoia ao mesmo tempo nos princípios de igualdade e de reconhecimento da diferença. (SANTOS, 2007, p. 31, tradução nossa).

Cabe ponderar, contudo, que a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica não devem ser vistas como entidades estanques, existentes em paralelo, senão como resultado de lutas travadas na própria globalização (SANTOS, 2005a). Com relação ao tema, Stephen Gill (2000) destaca que a luta se dá sobre a natureza e a direção da globalização, e Richard Falk (1997, p. 19, tradução nossa, grifo nosso) escreve:

<sup>19</sup> Neste trabalho, utilizar-se-á o termo ‘movimento antiglobalização’, em função do entendimento de que a oposição à globalização capitalista é um denominador comum dos diferentes e heterogêneos movimentos que o compõem, sem consenso por reformá-la ou por construir uma única alternativa, destacando “[...]as diferentes sensibilidades existentes dentro de um movimento global cujo eixo articulador é a negação de um processo e não a construção coletiva de uma saída específica” (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 30). Entende-se, aqui, que a crítica feita ao termo ‘antiglobalização’ em função da contraditoriedade da negação (uma vez que se trata de um movimento extremamente globalizado), perde um pouco de sua validade: ‘antiglobalização’ refere-se à globalização hegemônica, por cima, neoliberal, capitalista.

Estes aspectos ideológicos e operacionais da globalização estão associados à forma como as forças do mercado transnacional dominam o cenário político, incluindo a significativa cooptação do poder do Estado. Este padrão de desenvolvimento é identificado aqui como **‘globalização por cima’**, um conjunto de forças e ideias legitimadoras que é, em muitos aspectos, localizado fora do alcance efetivo da autoridade territorial e que aliciou a maioria dos governos como parceiros tácitos. No entanto, a globalização assim concebida gerou críticas e resistência, tanto a nível local e comunitário, baseado na concretude das especificidades de tempo e lugar – por exemplo, a localização de uma barragem ou usina nuclear, ou a destruição de uma floresta – quanto em uma base transnacional, envolvendo a conexão de conhecimento e ação política em centenas de iniciativas cívicas. É este último agregado de fenômenos que é descrito aqui sob a rubrica de **‘globalização por baixo’**.

Ainda sobre o fenômeno, há de se considerar o aspecto **‘glocal’** (global e local) da globalização contra-hegemônica, com identidades globais baseadas na diversidade e, ao mesmo tempo, enraizadas em problemas, condições e realidades locais. Com isso, critica-se a clivagem entre o global e o local que a globalização hegemônica promove e pauta-se a valorização do local. É, pois, no âmbito local que se mantêm atividades que, apesar da pouca visibilidade, são importantes para o trabalho de base, a mudança de mentalidades e a construção de novas formas de relações sociais e políticas (GILL, 2000; SANTOS, 2005a; ECHART MUÑOZ, 2008). O mencionado caráter **‘glocal’** aparece como uma característica do movimento antiglobalização, como ver-se-á no quadro 1.

Apesar das divergências apresentadas com relação à terminologia do movimento antiglobalização, há características definidoras do mesmo que são consensuadas. Entre elas, tem-se: heterogeneidade; horizontalidade; caráter espetacular do repertório de ações coletivas; uso de novas tecnologias de informação e comunicação; caráter **‘glocal’**; radicalidade reivindicativa; politização da vida cotidiana e do âmbito privado; orientação emancipadora (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; ECHART MUÑOZ, 2008). Abaixo apresenta-se um quadro que aborda algumas das mais destacadas:

**Quadro 1 - Principais características definidoras do movimento antiglobalização**

Características	Significado das características
Heterogeneidade	Surge em função da união de diferentes setores da esquerda e de diferentes movimentos, com distintos temas. Entre os eixos temáticos, destacam-se: mercado global e organizações internacionais; direitos humanos; feminismo e questões de gênero; meio ambiente e ecologismo; cooperação para o desenvolvimento e dívida externa; antimilitarismo; democracia; entre outros. Tem-se pluralidade em termos ideológicos, organizacionais, táticos, geracionais, etc. Para tentar sistematizar a heterogeneidade, há inúmeras variáveis, como: eixo ideológico direita/esquerda; grau de institucionalização; posicionamento frente ao Estado; localizações geográficas <sup>20</sup> .
Horizontalidade	Forma de organização política diferente e distante da verticalidade, do centralismo, das hierarquias e da lógica representativa. A tomada de decisões tende a ser por assembleia e consenso, com uma organização descentralizada, em que as diferentes lutas e temas importam.
Caráter espetacular do repertório de ações coletivas	Como exemplos, tem-se: pacifismo, ação direta, inovação cultural, resistência ativa. Essa característica contribui diretamente para a inclusão do movimento na mídia.
Uso de novas tecnologias de informação e comunicação	Para fazer frente à mídia tradicional, criam-se meios de contra-informação, de modo que os movimentos possam canalizar suas informações e narrativas. Ainda, o uso de novas tecnologias de informação e comunicação auxilia na participação, coordenação, mobilização e criação de identidade do movimento. A internet, nesse sentido, mostra-se um elemento bastante importante – embora seja possível fazer críticas ao seu uso, como ver-se-á adiante.
Caráter ‘glocal’	O lema <i>‘pensar globalmente, atuar localmente’</i> é importante no sentido de entender a globalização capitalista como geradora de malefícios e conflitos que ocorrem a nível global e também local, de modo que a resistência deve tanto ocorrer localmente, com trabalho de base, quanto globalmente, com visibilização dos conflitos, por exemplo.
Radicalidade reivindicativa	Frente a um modelo que se pretendia uníssono, inequívoco e infalível, há uma ruptura discursiva, com o lema <i>‘outro mundo possível’</i> em oposição ao <i>‘there is no alternative’</i> e ao <i>‘fim da história’</i> <sup>21</sup> .

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Echart Muñoz (2008) e Bringel e Echart Muñoz (2010).

Com a contextualização do surgimento, a definição, a discussão terminológica e as características do movimento antiglobalização apresentadas, cabe ponderar a existência de dois diferentes ramos dentro do movimento: o da proposta e o do protesto. Apesar de compartilharem pontos em comum, com destaque para a democracia real e a participação cidadã na tomada de decisões como eixo central das reivindicações, e de manterem certa complementariedade, são diferenciados em função de seu posicionamento frente ao sistema global (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; ECHART MUÑOZ, 2008).

Por um lado o **ramo reformista (ou da proposta)**, identificado no Fórum Social Mundial e com uma forte participação de Organizações Não Governamentais

<sup>20</sup> A localização e o marco estatal em que os movimentos surgem têm consequências e, portanto, são relevantes, em função das diferentes composições ideológicas, estratégicas, geracionais e das distintas estruturas de oportunidade política e culturas políticas existentes em diferentes Estados, por exemplo. Além disso, apesar da projeção global, destaca-se que há uma relação com o marco e as barreiras do Estado, em função da localização/territorialização, dos interlocutores estatais e da legislação, por exemplo (ECHART MUÑOZ, 2008).

<sup>21</sup> Em referência ao autor Francis Fukuyama.

(ONGs), tem como foco a reforma da globalização neoliberal, buscando incorporar questões sociais relevantes na agenda política para alcançar um determinado patamar de justiça global e apostando, em maior medida, na participação em âmbitos institucionalizados; por outro, sublinhamos o **ramo revolucionário (ou do protesto)**, majoritariamente identificado com a Ação Global dos Povos, com maior participação de movimentos sociais de base. Obviamente, não está divorciado de um marco propositivo, mas está mais centrado no protesto e pode ser considerado mais rupturista, ao se posicionar abertamente contra o capitalismo e com uma atitude de enfrentamento diante das estruturas de poder dominantes. (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 31, grifo nosso).

Ao longo da existência do movimento antiglobalização, há certa preponderância de um ou outro ramo, que pautam sua participação sociopolítica por convite ou por irrupção. Pontua-se que essa divisão tem caráter mais analítico do que real; no entanto, a preponderância de um ou outro permite, também a título de análise, dividir o movimento em diferentes fases e subciclos, a fim de facilitar o entendimento de diferentes momentos na evolução do movimento antiglobalização. Essas fases não têm, necessariamente, uma separação temporal definida, ainda mais considerando a extensão global do movimento. Mesmo assim, a divisão em fases demonstra certa convergência entre diferentes lugares, além de ressaltar velocidades, espacialidades e temporalidades do movimento (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010; ECHART MUÑOZ, 2008).

Feitas essas ressalvas, pode-se separar o movimento antiglobalização nas seguintes fases, de acordo com Breno Bringel e Enara Echart Muñoz (2010): embrionária; de cúpulas paralelas; de protesto e contracúpulas; de propostas e fóruns próprios; de esgotamento e rearticulação. Ao longo de tais fases ou subciclos, cabe considerar o grande crescimento do repertório e a variação das estratégias de ação do movimento. Abaixo apresenta-se um quadro sobre as mencionadas fases, com o período de predominância, as principais características e alguns eventos emblemáticos das mesmas.

**Quadro 2 - Fases do movimento antiglobalização**

<b>Fase</b>	<b>Período</b>	<b>Características</b>	<b>Eventos</b>
Fase embrionária ou de gestação	Fim dos anos 1980	Definição de interlocutores globais contra os que se manifestar e organização de contracúpulas embrionárias; primeiras reflexões acerca dos malefícios da globalização.	Primeiros atos de protesto e contracúpulas frente a instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial.
Fase de cúpulas paralelas	1991/92-1999	Participação de ONGs nas Cúpulas da Organização das Nações Unidas (ONU); criação de cúpulas paralelas às oficiais, com manutenção da agenda; criação de campanhas de solidariedade internacionalista. Ainda, criação de centros de reflexão crítica sobre a globalização neoliberal.	<i>The Other Economic Summit</i> , frente ao G-7, e Rio-92 <sup>22</sup> , 1992; Campanha “500 anos de resistência” e “50 anos bastam”; levantamento zapatista, 1994; convocatória das primeiras jornadas da Ação Global dos Povos (AGP); protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos da OCDE; criação da rede ATTAC <sup>23</sup> .
Fase de protesto e contracúpulas	1999-2001	Inicia-se em 1999, com a irrupção do movimento em Seattle e o nascimento midiático do movimento antiglobalização. Há aumento da intensidade do conflito social, com predominância de protestos, e proliferação de movimentos e coletivos. Criação de contracúpulas com agenda própria, dada a limitação das cúpulas paralelas. Reuniões da AGP, que coordena movimentos de base de todos os continentes. Surgimento de espaços do ramo propositivo (tônica dos anos seguintes).	Seattle, 1999; Fórum Outro Davos, 1999; diferentes protestos frente ao FMI, ao Banco Mundial e a outras instituições; contracúpula do G8, Gênova, 2001 <sup>24</sup> .
Fase de proposta e fóruns próprios	2001-2008	Predomínio e consolidação do ramo da proposta; recolhimento dos grupos do ramo de protesto ao nível local e também virtual, com aumento do número de páginas de contra-informação – o que se relaciona com a repressão e a criminalização. Rearticulação pontual de protestos.	Sucessivas edições do FSM; proliferação de fóruns regionais e temáticos; protestos contra a Guerra do Iraque – 15/2/2003, dia mundial de mobilização contra a guerra <sup>25</sup> .
Fase de esgotamento e rearticulação	De 2008/2009 em diante, aproximad.	Frente ao novo cenário social e político, há um declínio da atuação unificada e uma descentralização do movimento (a nível local/regional e a nível temático). No mesmo sentido, há a redefinição de características e estratégias.	Continuação mais tímida do FSM e de outros fóruns; ações contra Cúpula do Clima da ONU, Copenhague, 2009.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Echart Muñoz (2008) e Bringel e Echart Muñoz (2010).

<sup>22</sup> Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra.

<sup>23</sup> A rede ATTAC (sigla do francês que é traduzida por Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos) surgiu no final da década de 1990 advogando pela aplicação da Taxa Tobin a capitais financeiros, a fim de restringir a especulação e financiar projetos sociais e ecológicos. Depois, aumentou seu escopo de atuação.

<sup>24</sup> As manifestações de Gênova ficaram conhecidas pela repressão que sofreram, em tentativa de criminalização.

<sup>25</sup> Destaca-se que a articulação entre luta contra globalização neoliberal e luta contra militarização das relações internacionais se fortaleceu (LEITE, 2003).

Enara Echart Muñoz (2008) pontua algumas limitações do movimento e críticas ao mesmo: a horizontalidade, ao mesmo tempo em que aparece como um êxito do movimento, também traz dificuldades de coordenação e organização; há, informalmente, algumas lideranças, ainda que não líderes designados; a ênfase ao uso de novas tecnologias pode levar a uma brecha digital, com aprofundamento de desigualdades, já que são tecnologias ainda indisponíveis para parte da população; por fim, pontua-se que é imprescindível a manutenção de movimentos sociais por trás dos fóruns, para que não sejam estruturas vazias. Essas limitações apontadas relacionam-se intrinsecamente com o Fórum Social Mundial, como ver-se-á no próximo capítulo, e com o período de esgotamento e a rearticulação do movimento, apontado na última linha do quadro 2.

Com relação a esse período, é importante notar que se relaciona a um novo cenário político e social na sociedade internacional, que não é a mesma da virada do milênio. Essa crise e rearticulação do movimento e, especificamente, do Fórum Social Mundial, relacionam-se com mudanças e dinâmicas cíclicas que requerem reajustes simbólicos e materiais. Uma rearticulação, portanto, não foge do esperado nem é sinal de desaparecimento do movimento ou de seus eixos centrais: trata-se de uma adaptação ao novo cenário, com redefinição de características e estratégias, como o mencionado declínio da ação global unificada e a maior descentralização do movimento – apesar disso, a conexão glocal segue forte discursivamente. Aponta-se, no entanto, para o paradoxo do momento de crise: o movimento antiglobalização, que surge para evidenciar as consequências negativas do modelo neoliberal, a nível econômico, social, político e ambiental, não tem conseguido dar uma resposta consistente e coordenada frente às diferentes crises do cenário político internacional e mesmo do sistema (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010). Especificamente com relação ao Fórum, pode-se dizer que há razões internas e externas para o esgotamento e declínio da atuação, de modo que a rearticulação permanece, bem como o ‘espírito de Porto Alegre’, como ver-se-á, também, no próximo capítulo.

Cabe pontuar que, na fase de esgotamento, houve desgaste das plataformas dinamizadoras do movimento – o FSM, no ramo da proposta, e a AGP, no ramo do protesto. Nesse sentido, não se pode desconsiderar que existe uma dificuldade (generalizada também a outros movimentos e estudadas por teorias de ações coletivas e de movimentos sociais) de manutenção, por longos períodos, da alta intensidade de conflito e da participação. Além disso, agendas políticas assumiram algumas demandas do movimento, com uma reapropriação discursiva, de modo que reivindicações foram institucionalizadas esvaziadas do conteúdo crítico que lhes era original. Ainda, outros fatores que se relacionam com o

esgotamento e a rearticulação do movimento dizem respeito à repressão e criminalização de alguns eventos (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010). Na esteira dessa rearticulação:

Há um menor impulso dos movimentos do Norte e do ciclo de contracúpulas, mas também do ramo mais propositivo, com base no esgotamento do modelo de fóruns sociais mundiais, regionais e temáticos; ocorre um recolhimento a dinâmicas de trabalho mais locais e de base, menos visíveis e midiáticas; acontece um maior protagonismo das redes sociais do Sul Global e uma ênfase crescente em determinados eixos temáticos, como a soberania alimentar [...]. (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 33).

Com a diminuição da articulação global, o movimento tem uma menor visibilidade das suas demandas, com menor impacto midiático e político, em comparação ao período de surgimento midiático, por volta da virada do século, seja com Seattle, seja com o surgimento do FSM. A menor repercussão midiática tem efeito no imaginário coletivo e, contra isso, há um maior esforço no âmbito dos meios de contra-informação, “[...]que, além de sua tarefa clássica de mobilização, difusão interna e comunicação, passaram a cobrir sistematicamente suas próprias manifestações para tornar visíveis suas ações ao universo não militante, nem sempre com êxito.” (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 35).

### 3.2 SOBRE CHIAPAS, SEATTLE E PORTO ALEGRE

Entende-se que é necessário expor com um pouco mais de detalhe, ainda que brevemente, três momentos do final do século passado e da virada do milênio que são destacados em diferentes textos sobre movimentos antissistêmicos e, especificamente, sobre o movimento antiglobalização. Trata-se do levantamento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), dos protestos de Seattle e do Fórum Social Mundial (FSM). Para Wallerstein (2014), Chiapas, Seattle e Porto Alegre são três importantes marcos da onda de movimentos antissistêmicos surgidos no contexto de enfrentamento ao neoliberalismo.

O levantamento do EZLN, ocorrido em 1994<sup>26</sup>, em Chiapas, estado localizado no Sudeste do México, é o primeiro ponto de inflexão dos movimentos antissistêmicos pós colapso da URSS (WALLERSTEIN, 2014). Esse levante, majoritariamente indígena, tinha, entre suas pautas, a defesa de direitos negados aos povos indígenas do México; a democracia, a liberdade e a justiça como eixos centrais de um novo agir político; a denúncia do sistema político neoliberal mexicano e do neoliberalismo; e a formação de redes de resistência contra

---

<sup>26</sup> O levantamento ocorreu no dia 1º de janeiro, dia bastante simbólico, pois entrava em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, do inglês), durante o governo de Salinas de Gortari.

o neoliberalismo e pela humanidade. O uso coletivo de máscaras evidencia tanto o caráter coletivo da luta zapatista, quanto a invisibilização e o esquecimento de sua dignidade, com intensa dominação e exploração<sup>27</sup>. Aqui, destaca-se que o EZLN não pretendia nem pretende disputar o controle do poder do Estado, o que fica refletido em seus discursos e em suas afirmações de que sua luta é anticapitalista, de abaixo e à esquerda (ENLACE, 2018; GOMES; BENZAQUEN, 2018; KHASNABISH, 2010). Pelo contrário, busca-se construir e reconstruir possibilidades locais de vida.

Em meio a um contexto de opressão econômica e social, essa população indígena conseguiu estabelecer uma relativa autonomia territorial para construir um cotidiano em que seus modos de vida sejam respeitados. Apesar dos zapatistas ainda contarem com um exército armado, garantindo a proteção aos territórios, sua defesa é muito mais dependente dos vínculos que o movimento estabeleceu com a sociedade civil mexicana e internacional, dado que desde 1996 nenhum tiro é disparado em confrontos. (GOMES; BENZAQUEN, 2018, p. 197).

O EZLN é um dos movimentos que explicita de maneira contundente que o Estado não é monolítico nem homogêneo. Ainda, o movimento do Exército é símbolo da já mencionada interseccionalidade, pois abarca não só a luta indígena e pela terra, mas também a de mulheres<sup>28</sup>. Nesse sentido, o EZLN promove encontros de discussão, seminários e eventos que apoiam outros movimentos e segmentos da esquerda, como foi o caso do Primeiro Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade e vários outros desde o levantamento. Esses espaços denotam a solidariedade internacional e a construção de diálogos e intercâmbios, valorizando e potencializando diferentes experiências antissistêmicas.

Alex Khasnabish (2010) destaca o impacto e o significado político do EZLN a nível tanto nacional quanto transnacional. O primeiro, muito além do território físico controlado ou do espaço político conquistado, diz respeito à ampliação do horizonte para a luta de atores radicais, com ‘dignidade rebelde’. Com relação ao segundo, o autor pontua que “[...]o zapatismo e a luta zapatista galvanizaram uma nova onda de ativismo e renovaram a esperança por alternativas sociopolíticas.” (KHASNABISH, 2010, p. 164, tradução nossa). Por fim, sobre o significado mais amplo da luta política zapatista, Khasnabish (2010, p. 199, tradução nossa, grifo do autor) destaca:

<sup>27</sup> Sobre o uso dessas máscaras, pretende-se gerar a reflexão sobre a necessidade de cobrirem-se os rostos para que sejam vistos.

<sup>28</sup> Isso fica evidente, por exemplo, na recente tentativa de postulação de uma candidatura indígena, da ‘vocera’ Marichuy e do Conselho Indígena de Governo, à Presidência do México. Tal proposta do Congresso Nacional Indígena (CNI), com o apoio do EZLN, tinha, entre seus objetivos, a visibilização da questão indígena e das condições de precariedade vividas em muitos territórios do país; a denúncia de um sistema capitalista, colonialista, racista e machista; o reconhecimento e diálogo entre semelhantes; e a criação de vínculos de resistência (GOMES; BENZAQUEN, 2018).

Em vez de procurar impor outro modelo para a transformação revolucionária da nação, tentando tomar o poder, ou insistindo que o caminho deles era *o caminho* para a autêntica mudança social, os zapatistas criaram um processo de mudança social radical que é colaborativo, democrático, imaginativo e aberto. Nem toda iniciativa proposta pelos zapatistas tem sido bem sucedida, nem os próprios zapatistas escaparam de cometer erros, mas sua humildade, honestidade e profundo desejo de construir um mundo marcado pelo reconhecimento mútuo da dignidade – um ‘mundo em que caibam muitos mundos’ – gerou uma rebelde filosofia política e prática que inspiraram os outros, tanto perto quanto longe.

Por sua vez, a onda de Seattle, em 1999, representa o segundo reforço para revigorar o movimento de esquerda no mundo (WALLERSTEIN, 2014). As manifestações frente à Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua Conferência Ministerial diziam respeito à denúncia do sistema neoliberal, da globalização hegemônica, da falta de transparência de organizações internacionais e de assuntos específicos da OMC. A irrupção da batalha de Seattle marca também a irrupção midiática do movimento antiglobalização, que vinha sendo forjado desde anos anteriores, como visto no quadro 2.

[...]o ano de 2009 encerrou-se com outros dois aniversários simbólicos para a contestação política e social global: por um lado, os vinte anos da queda do muro de Berlim, que marcou, entre muitas outras transformações, uma reconfiguração do mapa geopolítico global com o fim da bipolaridade e uma abertura sem precedentes para a expansão capitalista e, por outro lado, os dez anos dos protestos de Seattle, que paralisaram a Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) naquela cidade e marcaram também a irrupção midiática do movimento antiglobalização. Desse modo, depois da queda do Muro de Berlim em 1989, Seattle representa, dez anos depois, a queda de outro muro: o **muro do silêncio** [...] que havia sido levantando com boas capas de cimento neoliberal e sustentado pela mais que conhecida irradiação do pensamento único: do *there is no alternative*. (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 29, grifo nosso).

Para Fred Halliday (2000), há duas questões imbricadas nas manifestações de Seattle, que não começam nem acabam em 1999: por um lado, os problemas em debate dentro da OMC, nas ruas, e no contato entre ambas, relativos a diferentes temas, como direitos laborais, propriedade intelectual, subsídios agrícolas, direitos humanos e meio ambiente; por outro lado, o debate mais amplo sobre governança global, ou seja, como governar o mundo em uma era de rápida e intensa mudança social, econômica e tecnológica. Esse segundo aspecto, para Halliday (2000), envolve a maneira pela qual as organizações internacionais, como a OMC, levam adiante seus debates, o papel dado às ONGs e à sociedade civil dentro delas, a transparência em seu funcionamento, e as relações entre os Estados mais ou menos fortes dentro dessas organizações.

Entre os sucessos obtidos em Seattle, é importante considerar que aquelas manifestações trazem consigo uma mudança no cenário internacional e nas formas de mobilização política: tem-se a consolidação de um novo ator, bem como de um novo repertório de ação coletiva (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010). No mesmo sentido, Gill (2000) apontava, pouco tempo depois das manifestações, que os protestos de Seattle poderiam estar vinculados a novos padrões de agência política e a uma nova política de identidade e diferença – especificamente sobre isso, o autor destaca, no que diz respeito à heterogeneidade do movimento, que há aspectos de gênero, raça e classe, além de questões vinculadas ao meio ambiente e à democracia. Também com relação à heterogeneidade do movimento, um aspecto destacado de sua composição é a presença de forças que não haviam atuado anteriormente juntas: movimento trabalhista, ambientalista e anarquista. Nesse sentido, é relevante o fato de ser um movimento ‘no’ Norte e ‘do’ Norte: a quantidade de manifestantes estadunidenses na ocasião indica que não só no Sul Global há mobilização de oposição ao neoliberalismo (WALLERSTEIN, 2014).

Wallerstein (2014) realça que um grande sucesso do movimento de Seattle diz respeito ao tratado referente à propriedade intelectual, que era um meio de institucionalização do Consenso de Washington na OMC: não foi assinado à época dos protestos, como pretendia-se fazer. Além disso, o autor também considera signo do sucesso de Seattle a réplica do seu repertório de ação e de suas estratégias em reuniões de diferentes organismos, em outros contextos e localidades. Por fim, na esteira de sucessos daquele movimento, pode-se mencionar a repercussão dos protestos nos próprios discursos de instituições<sup>29</sup>.

Não se pode deixar de considerar a repressão policial frente aos protestos de Seattle, majoritariamente pacíficos, bem como a impressão negativa representada pela mídia. Com relação a este segundo aspecto, tem-se críticas à suposta violência do movimento, bem como à sua incompreendida heterogeneidade. Gill (2010) assinala que tanto a repressão quanto a repercussão feita pela mídia serviram para promover o descrédito e a oposição às manifestações. Frente a esse contexto midiático, por outro lado, tem-se, em 1999, a criação do *Indymedia*, também conhecido como Centro de Mídia Independente. Essa ferramenta surge com o intuito, justamente, de cobrir as manifestações de Seattle de maneira alternativa. O *Indymedia*, que se baseia nos pilares de uma comunicação democrática, política e social,

---

<sup>29</sup> Sublinha-se que a visão de sucesso de Seattle não é compartilhada por alguns outros intelectuais, como Fred Halliday (2000), que entende que há um exagero no tom quando se fala dos logros daquele movimento, com um aumento de sua coerência intelectual e relevância política.

seguiu em funcionamento e aumentou sua presença em diferentes localidades geográficas, sendo uma importante ferramenta de contra-informação, como apresentado no quadro 1.

Por fim, o terceiro principal desenvolvimento da nova onda de movimentos antissistêmicos, para Wallerstein (2014), é o Fórum Social Mundial, cuja primeira edição se deu em 2001, em Porto Alegre. Considerando que o FSM será abordado com maior profundidade no próximo capítulo, aqui apenas pretende-se esboçar o surgimento e algumas características desse que se consolidou como um importante espaço de pensamento e mobilização, principalmente no começo do século. O Fórum objetiva a visibilização de propostas, de modo a superar as críticas existentes nesse sentido ao movimento antiglobalização, bem como a promoção de um intercâmbio de experiências e anseios entre diferentes atores e iniciativas do mundo (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010). Surgiu como um espaço e tempo de oposição e contraponto ao Fórum Econômico Mundial Davos, na busca por demonstrar a possibilidade de existência de ‘outro mundo possível’, com a aglutinação de diferentes movimentos da esquerda “[...]que têm em comum a proposta de incluir a agenda social, democrática e ambiental em uma globalização até então centrada em comércio, finanças e competição tecnológica.” (VIZENTINI, 2002, p. 168). Chico Whitaker (2005) destaca que o FSM foi um espaço que ajudou a consolidar a presença da sociedade civil como um ator político que vinha surgindo nos últimos anos no cenário internacional.

O Fórum foi pensado com um caráter de espaço horizontal e aberto, com amplo espaço para a pluralidade e a diversidade de movimentos e de pensamentos, sem um caráter de deliberação – o que, ao longo do processo, envolveu diferentes discussões e disputas. A ideia inicial era que compreendesse diferentes tipos de atividades, como sessões plenárias com palestras e exposições de pessoas convidadas; encontros para apresentação de iniciativas e trocas de experiências; reuniões de articulação entre organizações sociais cuja luta se assemelhasse; e testemunhos de personalidades de diferentes lutas. No decorrer do processo, que buscava dar atenção para as atividades auto-gestionadas, foram surgindo também outras atividades, como as mesas de diálogo e controvérsia (LEITE, 2003; GRZYBOWSKI, 2001).

Com relação à mencionada oposição a Davos, tem-se diferentes dimensões simbólicas: a realização do primeiro Fórum Social Mundial na mesma data do Fórum Econômico Mundial de Davos tem uma dimensão tanto simbólica quanto midiática, marcando aquele enquanto um contra-poder a este, não se configurando apenas em uma retórica anti-Davos. Ao mesmo tempo em que se propunha como um espaço de oposição, o lema ‘outro mundo possível’ e a metodologia do FSM materializavam o seu caráter propositivo. A escolha do nome também tem efeito simbólico, com a ênfase no lado ‘social’ ao invés de no ‘econômico’. Por fim, a

escolha da cidade que sediou o I FSM também tem uma dimensão simbólica: Porto Alegre era então mundialmente reconhecida por sua experiência do orçamento participativo, que inaugurara um ciclo de democracia participativa na capital gaúcha e no estado do Rio Grande do Sul. A sede escolhida, assim, representava uma ruptura tanto simbólica quanto geográfica, deslocando a atenção para o Sul Global (LEITE, 2003; CASSEN, 2001; WHITAKER, 2000).

A título de conclusão e retomada, pode-se dizer que, de modo geral, apesar da heterogeneidade do movimento antiglobalização, ele teve grande capacidade de organização, com a criação de redes e a celebração de encontros; de mobilização, com diferentes ações coletivas; e de incidência, em diferentes escalas e eixos temáticos no cenário internacional. Por outro lado, anos depois do surgimento midiático em Seattle, teve-se certo desmantelamento na organização, um esgotamento do modelo e de um ciclo de mobilização, e um limite na incidência do movimento. É necessário considerar que seus diferentes ciclos se relacionam com dinâmicas sociais maiores e, assim, o declínio de sua atuação deve ser visto em um contexto, sem que se desconsidere o seu legado e também a sua capacidade de adaptação e rearticulação. Entre os êxitos logrados pelo movimento antiglobalização, destaque-se a extensão do imaginário coletivo e a definição de novos marcos interpretativos, relacionados aos efeitos negativos da globalização neoliberal e à possibilidade de construção de ‘outro mundo’, com uma ruptura discursiva que aponta a existência de possibilidades frente à não-alternativa (ECHART MUÑOZ, 2010; BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010).

## 4 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: LEGADOS E PERSPECTIVAS

Este terceiro capítulo aborda especificamente o Fórum Social Mundial (FSM), que faz parte de um movimento maior, como explicado no capítulo anterior. Entende-se que esse espaço merece atenção por sua relevância histórica e política, e também para inspirar futuros movimentos e o futuro do próprio Fórum. O objetivo específico deste capítulo dialoga diretamente com o objetivo geral do trabalho, e consiste em apresentar o surgimento e a trajetória do Fórum Social Mundial, desde 2001 até 2018, trazendo ao debate alguns de seus alcances e legados, bem como alguns de seus limites e perspectivas.

O presente capítulo está dividido em três partes: a primeira seção pauta o surgimento do Fórum e algumas de suas características enquanto uma invenção política; a segunda apresenta a trajetória do FSM, sendo subdividida em uma subseção para as sucessivas edições desde sua primeira edição, em 2001, e outra para reflexões sobre alguns de seus alcances e limites ao longo de quase duas décadas; a última seção, por sua vez, traz reflexões, no seio de um debate proposto por Wallerstein (2004b; 2005; 2010; 2014), sobre os ‘espíritos’ em disputa no contexto de crise do sistema-mundo capitalista – quais sejam, o ‘espírito de Porto Alegre’ e o ‘espírito de Davos’.

### 4.1 SURGIMENTO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: UMA INVENÇÃO POLÍTICA

O surgimento do FSM teve relação com o começo de uma etapa mais propositiva do movimento antiglobalização, como visto, em parte, no quadro 2 deste trabalho, sobre as fases do movimento antiglobalização. Para Vizentini (2001, p. 112), “foi um ponto de inflexão na evolução da política mundial, representando o acontecimento que fundou o século XXI e o Terceiro Milênio.”. De modo geral, o FSM configurou-se como um espaço de convergência e diálogo entre diferentes movimentos, grupos e ativistas que buscavam alternativas à globalização neoliberal<sup>30</sup>. Segundo a Carta de Princípios do FSM, disponível na íntegra no Anexo A deste trabalho:

---

<sup>30</sup>A globalização, na Carta de Princípios do Fórum, é descrita como um processo comandado por corporações multinacionais, bem como por governos e instituições internacionais, com apoio de governos nacionais, que cria problemas de desigualdade e exclusão, com dimensões racistas, sexistas e extremamente prejudiciais ao meio ambiente – tanto internacionalmente quanto dentro dos países (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001).

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhados na construção de uma sociedade planetária orientada para uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra. [...] é um espaço plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo. (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001, sem paginação).

Como abordado no capítulo anterior, a escolha da data, do nome e da primeira cidade-sede do FSM são parte de um paralelismo conflitivo com o Fórum Econômico Mundial de Davos, tendo sido debatida entre Bernard Cassen<sup>31</sup>, Chico Whitaker e Oded Grajew em reunião ainda no começo de 2000. Com o tempo, a ideia do FSM foi tomando forma e ganhando força; as oito entidades brasileiras responsáveis pela realização do primeiro Fórum, articuladas a partir do começo de 2000, de forma sistemática depois do encontro de Whitaker e Grajew com Cassen, foram: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives); Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG); Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Centro de Justiça Global (CJG); Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (LEITE, 2003; CASSEN, 2001; WHITAKER, 2000).

Essas entidades, em uma comitiva, consultaram Olívio Dutra, então governador do estado do Rio Grande do Sul, e Raul Pont, então prefeito de Porto Alegre, para saber sobre sua disposição em acolher o Fórum, com apoio logístico e financeiro, considerando que o protagonismo não seria dos governos. Com a resposta positiva de ambos, teve início a preparação do Fórum, ainda no ano 2000 (LEITE, 2003; WHITAKER, 2000). Com relação às mencionadas entidades e articulações, “sem dúvida, o tecido social de organizações e movimentos, no Brasil, e a densidade política da experiência de gestão participativa dos governos locais foram condições necessárias para sua realização e um sinal incontestável, para o mundo, do que se tratava.” (GRZYBOWSKI, 2001, p. 23). Whitaker (2005) aponta que a sociedade brasileira vivia um refluxo de mobilização política e social, que passara a ser revertido com o processo do FSM.

---

<sup>31</sup> Bernard Cassen era diretor do *Le Monde Diplomatique* (cujo diretor de redação era Ignacio Ramonet) e presidente da ATTAC da França, entidades que foram de suma importância para o começo do FSM.

À época, criou-se o Comitê Brasileiro de Apoio ao Fórum e, no fim do primeiro semestre daquele ano, uma comitiva viajou a Genebra para uma cúpula paralela à Cúpula Social da ONU (Copenhague+5), em que estavam diversas organizações que se articulavam nas manifestações contra o neoliberalismo e a globalização hegemônica. O objetivo era ter-se uma ratificação internacional do projeto FSM. Ainda em Genebra, houve adesão de diferentes movimentos de alguma forma envolvidos na articulação internacional das lutas: além da ATTAC francesa e do jornal *Le Monde Diplomatique*, o *Focus on the Global South*, a Via Campesina, a Aliança Social Continental, o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Associação Latinoamericana de Informação (ALAI), entre outras. Consolidou-se, então, o Comitê Internacional de Apoio ao Fórum (LEITE, 2003; CASSEN, 2001; WHITAKER, 2000).

Chico Whitaker (2005) pontua algumas das opções organizativas do Fórum e de suas práticas políticas, que o caracterizam como uma invenção política (LEITE, 2003), como uma forma em que o meio é determinante para os fins a serem alcançados. Para ele, um dos idealizadores do processo, o FSM é um instrumento para que outro mundo seja possível, de modo que não seria o próprio Fórum que mudaria o mundo, senão a sociedade, tendo ele um papel intermediário e instrumental. Entre as características organizativas, que foram sendo seguidas em maior ou menor medida ao longo das diferentes edições, destacam-se: espaço aberto, plural e horizontal, não-diretividade e não-deliberação, participação de pessoas delegadas, ou seja, representantes de organizações, bem como de pessoas individuais ou observadoras, promoção de atividades auto organizadas e auto gerenciadas, recusa da violência, recusa da escrita de um documento final, espírito de corresponsabilidade entre organizadores e participantes, entre outras.

Assim, o Fórum tem características que lhe conferem o signo de uma inovação e invenção política: articulou-se como um ‘espaço’, físico e político, e não como organização ou movimento propriamente dito. No mesmo sentido, como um ‘processo’, e não apenas um evento. Ainda, a diversidade era valorizada como uma força e não uma fraqueza, de modo que “[...]se ‘um outro mundo é possível’, será ‘um mundo onde caibam muitos mundos’.” (LEITE, 2003, p. 12). Assim, ressalta-se a convivência entre diferentes culturas políticas e identidades, no seio de um movimento mais amplo que não pretendia unificá-las, em que a pluralidade não comprometia as lutas e resistências (LEITE, 2003; LOUREIRO; LEITE; CEVASCO, 2002).

Por fim, destaca-se que o caráter não-deliberativo visava combater possíveis disputas pelo poder e pela representação. No mesmo sentido, buscava-se impedir que se falasse em

nome de todas as organizações presentes, o que acarretaria de certa forma em uma homogeneização e constrangimento a alguns setores ou movimentos. Assim, nem o Conselho Internacional, nem os Comitês Organizadores, nem a Secretaria do FSM, adiante abordados, tinham um caráter de direção ou de representação, e os partidos foram deslocados do centro da cena, sem fazer parte do processo diretamente enquanto organizadores (LEITE, 2003).

#### 4.2 TRAJETÓRIA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: QUASE DUAS DÉCADAS DO ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE

Depois de uma breve contextualização do surgimento do FSM, esta seção aborda a trajetória desse importante eixo dinamizador do movimento antiglobalização, que em breve cumprirá duas décadas e cuja rearticulação futura pode depender de um melhor entendimento de sua importância histórica e política. Nesse sentido, nas próximas subseções serão apresentadas todas as edições do FSM de 2001 a 2018, com um levantamento dos números e das discussões envolvidas, antes, durante, e depois de cada evento, e também serão apontados alguns limites e alguns alcances do processo, a título de balanço e retomada. Cabe fazer uma ponderação, já apontada na introdução, da dificuldade de se encontrar material sobre as últimas edições do Fórum. Há diferentes livros que abordam as primeiras edições, com números, discussões e análises do Conselho Internacional, por exemplo. No entanto, as edições principalmente desde 2007, quando se passam às edições bienais do fórum centralizado, carecem de análises mais sistemáticas, de modo que se recorreu a jornais quando necessário. Aproveita-se o espaço para, desde já, criticar a falta de um espaço que centralize informações sobre as edições, com números e origens das pessoas participantes, por exemplo. Entende-se que isso contribuiria para o processo e para a memória do FSM, de que é um exemplo o relatório do FSM 2016, em Montreal (COLLECTIF FSM 2016, 2016).

##### 4.2.1 As sucessivas edições do Fórum Social Mundial

O I FSM ocorreu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica (PUC), tendo sido maior do que o esperado pelas pessoas e entidades organizadoras: contou com 4 mil delegados, 16 mil participantes credenciados (de 117 diferentes países) e mais de 1800 jornalistas (sendo quase 400 de fora do Brasil), ligados a quase 800 diferentes veículos de comunicação, de mais de 50 países. Ainda, houve a articulação de diferentes eventos paralelos e iniciativas autônomas, como o

Acampamento Intercontinental da Juventude, que contou com 2400 participantes, e o Acampamento dos Povos Indígenas, que teve 700 acampados. Além destes, houve o Fórum Parlamentar Mundial e o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, organizados enquanto iniciativas autônomas, respectivamente, por uma Comissão de Parlamentares e pela Prefeitura de Porto Alegre (LEITE, 2003; CATTANI, 2001; GRZYBOWSKI, 2001).

Cabe considerar, com relação ao Fórum de Parlamentares, que o compuseram mais de 200 parlamentares, de quase 30 diferentes países. Em ambos os fóruns paralelos, foram realizadas diferentes articulações e, ao final, adotadas declarações de apoio às mobilizações. Aqui, cabe também considerar que, embora houvesse a presença de partidos no I FSM, eles não davam a tônica do processo (LEITE, 2003; CATTANI, 2001; GRZYBOWSKI, 2001). Sobre o Fórum Parlamentar Mundial, que, apesar de algumas críticas, seguiu ocorrendo nos anos seguintes, Vizentini (2006) pontua que se buscava a concretização de um novo ator no cenário internacional, por meio da criação de uma Rede Internacional de Parlamentares, em diálogo com a sociedade civil, para que houvesse uma tradução efetiva de suas lutas no âmbito legislativo de diferentes países.

Uma consequência importante do I FSM foi a aproximação concreta da esquerda brasileira com a temática e a mobilização contra a globalização neoliberal, pois antes aquela estava afastada dos movimentos internacionais relacionados a esta. Foi no contexto do I FSM que se lançou a campanha pelo plebiscito popular contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), realizado no ano seguinte. A discussão fomentada no I FSM sobre a ALCA foi importante, ademais, para a articulação de movimentos do continente. No contexto sul-americano e do Cone Sul, o I FSM teve um papel importante na articulação de diferentes lutas contra a globalização, com destaque para a sinergia e o apoio forjado entre grupos e movimentos argentinos, que travaram lutas em conjunto no contexto da crise de 2001 (LEITE, 2003).

Ainda, outro dos resultados da primeira edição do Fórum foi a formação da Articulação Internacional dos Movimentos Sociais, uma iniciativa da CUT, do MST e da Via Campesina, à qual se juntaram diferentes grupos (organizações sindicais e camponesas, movimentos de mulheres, ONGs, diferentes movimentos e organizações). Essa iniciativa aprovou um documento para mobilizar a militância, com um calendário de lutas para aquele ano. No mesmo sentido, houve diferentes manifestos, cartas e declarações, escritas pelos já mencionados grupos de prefeitos e parlamentares, e também por empresários, governadores estaduais, centrais sindicais no âmbito da Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul, povos indígenas do Acampamento Indígena, jovens do Acampamento da Juventude, entre

outros, que expressaram apoio à iniciativa do Fórum, bem como à sua consolidação e à sua continuidade (CATTANI, 2001).

Considerando que foram 16 plenárias e 400 oficinas, além de um sem-número de discussões, existiu uma dificuldade em se sintetizar e analisar os debates travados no primeiro Fórum, ainda mais considerando a inexistência de documentos ou resoluções finais oficiais<sup>32</sup>. No entanto, alguns dos temas debatidos podem ser delineados a partir dos quatro eixos temáticos que direcionaram as mesas de painelistas: a produção de riquezas e a reprodução social; o acesso às riquezas e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; poder político e ética na nova sociedade. Entre os debates centrais, destacaram-se: perspectivas do neoliberalismo frente ao recrudescimento nos EUA, situação dos organismos internacionais, propostas para redefinição de regras e mecanismos de comércio internacional, dívida de países terceiro-mundistas, Taxa Tobin, mecanismos regressivos de tributação, combate a paraísos fiscais, desenvolvimento em países dependentes, economia solidária e cooperativismo, reforma agrária e agroindústria, propriedade intelectual, uso de *softwares* livres, democratização da comunicação, orçamento participativo, entre outros temas (LEITE, 2003; GRZYBOWSKI, 2001). De modo geral:

O resultado do conjunto de atividades realizadas, que marcavam o caráter multifacetado e plural do Fórum, foi um importante **reforço da moral e do espírito de luta** do movimento mundial contra o neoliberalismo. Representava uma **quebra com o pensamento único** e o contato com uma enorme diversidade de atores sociais e políticos e de debates. [...] O Fórum catalisava o espírito dos protestos que vinham assombrando as reuniões dos organismos internacionais e ajudava a reverter o clima político e ideológico internacional. (LEITE, 2003, p. 67, grifo nosso).

É importante notar que atividades culturais foram um aspecto relevante do I FSM, ainda que a face político-cultural não tenha sido enfatizada em 2001. Para Cassen (2001), o FSM foi uma virada política e cultural e, nesse sentido, pontua o deslocamento do inglês como língua universal, optando-se “[...]pelo pluralismo linguístico, evitando a armadilha da anglicização.” (CASSEN, 2001, p. 18). Antônio Martins (2001), pontuou a relevância da Ciranda Internacional da Informação Independente no I FSM. Essa iniciativa contava com 30 jornalistas de diferentes países e visava multiplicar a capacidade de cobertura jornalística de meios e agências independentes frente ao poder da mídia tradicional. Ao passo que cada

---

<sup>32</sup> Sobre o assunto, Leite (2003, p. 76) escreve: “Qualquer esforço de sistematização era, pois, impraticável, uma questão que continuaria perseguindo os organizadores nas edições seguintes. E o Fórum também não se propunha a realizar sínteses. O fundamental era a socialização dos debates e disseminar propostas de alternativas ao neoliberalismo e para a construção de outro mundo.”.

jornalista ajudava a construir o site do evento, podia contar com a produção de todos os outros para seus veículos de origem. Tal retroalimentação pautava-se no *copyleft* (direitos partilhados), e não no *copyright* (direitos reservados) (MARTINS, 2001).

De modo geral, o I FSM foi considerado um sucesso, em função da magnitude do encontro e por ter sido uma primeira experiência. Grzybowski (2001) aponta, entre os resultados políticos, a própria existência do FSM, mais do que qualquer debate, como um fato político de relevância. Outro resultado é a apresentação do Fórum como antítese ao Fórum Econômico Mundial, deixando explícito o confronto de perspectivas. Sobre o sucesso da primeira edição, Vizentini (2001, p. 112) escreve que “a tentativa de criticar e depois minimizar ou até mesmo ignorar o FSM, por parte da mídia, do governo federal e dos segmentos conservadores locais, foram atitudes que acabaram por atestar o sucesso do FSM.”.

Entre os limites e problemas surgidos à época, pode-se destacar a ainda precária mundialização – contra a qual, contudo, ocorreu uma mobilização já para a edição seguinte. As delegações e os movimentos do I FSM eram majoritariamente da América Latina e da Europa Latina – com pouca expressão da participação de delegadas e delegados da Ásia, da África, de europeus dos países do Norte e do Leste e de caribenhos da América Central (LEITE, 2003; GRZYBOWSKI, 2001). Em segundo lugar, pode-se destacar a impossibilidade de um comitê organizador apenas nacional, o Comitê Organizador Brasileiro, definir o formato do encontro, “[...] ainda mais considerando que nenhuma entidade brasileira tinha sido, até então, agente central do processo mundializado de lutas.” (LEITE, 2003, p. 77). Para começar a solucionar este problema, ainda em 2001 foi criado um Conselho Internacional do FSM, como ver-se-á a seguir. Por fim, destaca-se um problema que foi transversal a outros Fóruns, qual seja, a presença de lideranças partidárias e as tensões daí oriundas. Sobre o assunto, Leite (2003, p. 77-78) escreve:

A dosagem do espaço dado a figuras de representação institucional em atividades dos movimentos sociais é sempre difícil e, frequentemente, polêmica. Mas foi evidente a sobre-representação da visibilidade de lideranças partidárias em detrimento da visibilidade das lideranças dos movimentos.

Depois de terminado o I FSM, o Comitê Organizador Brasileiro escreveu a Carta de Princípios do Fórum, que sistematizava a experiência do primeiro encontro e assentava suas ideias gerais para que o processo seguisse pautado naqueles pilares. A Carta possibilitou que a mundialização do Fórum não representasse a sua fragmentação, pois os eventos promovidos ao redor do mundo como Fórum Social são, desde então, por ela balizados. Assim, ainda que

haja temas que gerem debates e controvérsias dentro do FSM, a Carta tem alguns pontos unificadores e orientações para a ampliação do processo (LEITE, 2003; WHITAKER, 2005). Ao longo da Carta, destaca-se que se trata de um processo com dimensão internacional que não deve ser reduzido aos eventos em que se apoia. Também são ressaltados o caráter de espaço, de contraposição à globalização, de globalização solidária, de não-representação nem deliberação, de rede, de abertura ao pluralismo e à diversidade de todas as ordens, de respeito aos Direitos Humanos, de fomento à democracia participativa, de estímulo à reflexão sobre dominação do capital e sobre resistência e superação da mesma, e de articulações nacionais e internacionais de luta.

O Comitê Organizador Brasileiro convocou uma reunião com parceiros internacionais com o fim de discutir a Carta e formar um Comitê Internacional do FSM. Tal reunião ocorreu em junho de 2001, com mais de 60 representantes de ONGs, redes e movimentos sociais da África, das Américas, da Ásia e da Europa, representando cerca de 40 organizações. Nela, um Conselho Internacional foi criado e a Carta foi aprovada, com reformulações. O Conselho não teria caráter executivo, no entanto, o Comitê Organizador Brasileiro seguiu como uma instância de definições políticas, não só organizativas. Com o passar do tempo, o Conselho foi gradualmente compartilhando mais debates e responsabilidades com o Comitê Organizador Brasileiro, sem que tivessem um caráter de direção ou uma estrutura burocratizada – pelo contrário, ambos tomavam decisões por consenso. O Conselho Internacional se reuniria sempre na edição centralizada do FSM, e também em outros momentos, quando se julgasse necessário, como foi o caso de uma segunda reunião do Conselho, realizada em Dakar, no Senegal, no final de 2001 (LEITE, 2003; WHITAKER, 2005).

A ideia de divisão de trabalhos e competências era a seguinte: ao passo que os Comitês Organizadores ficavam responsáveis por tarefas organizativas e facilitadoras, ao Conselho Internacional caberiam, principalmente, atividades relacionadas às diretrizes políticas e à definição de rumos estratégicos do Fórum. Ainda, destacava-se que o Conselho Internacional, cujo principal objetivo era a consolidação do processo de mundialização do Fórum, com o fomento à maior participação de outros continentes e a garantia da continuidade do processo, deveria ter diversidade regional e setorial em sua composição. Pode-se dizer que tanto a Carta de Princípios quanto o Conselho dão a ideia de processo permanente e de longo prazo que se pretendia imprimir ao Fórum<sup>33</sup> (LEITE, 2003).

---

<sup>33</sup> O Conselho Internacional teve um envolvimento pequeno na preparação do II FSM (2002) e uma participação mais real na organização do III FSM (2003), pois depois do II FSM intensificaram-se as reuniões da entidade.

Depois do I FSM, houve as emblemáticas manifestações de Gênova frente à reunião do G8, de modo que o ano de 2001 foi simbólico para o movimento antiglobalização. Com isso, “a crise de legitimidade das instituições globais encontrava-se em seu auge. O movimento internacionalista expressava um claro rechaço, por parte relevante da sociedade civil, da globalização neoliberal.” (LEITE, 2003, p. 91). Igualmente, há de se destacar a conjuntura pós eventos de 11 de setembro, com a ofensiva do governo estadunidense a nível nacional e internacional, com militarização das relações internacionais, a chamada Guerra ao Terror e a invasão do Afeganistão.

É nesse cenário que, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, também em Porto Alegre, ocorre o **II FSM**, que pretendia ser mais propositivo, e não apenas analítico e crítico (VIZENTINI, 2001) e que “[...]evidenciou a ampliação do movimento, sua mundialização e o avanço da consciência política internacionalista contrária ao neoliberalismo, contribuindo para um salto de qualidade em sua consolidação, em uma conjuntura mais adversa.” (LEITE, 2003, p. 93). O II FSM demonstrou um aprofundamento da crítica à globalização e dos laços de solidariedade, tendo tido muito mais público do que o ano anterior: a segunda edição contou com cerca de 60 mil participantes, sendo 35 mil ouvintes, 15 mil delegados (representando por volta de 5 mil organizações) e 3 mil jornalistas, além de 11 mil jovens credenciados no Acampamento da Juventude. O Fórum Mundial de Parlamentares contou com 800 parlamentares de 40 diferentes países, muito mais do que o do ano anterior, que já havia sido grande para uma primeira experiência. Em termos de territorialidades e da mundialização do processo, houve maior participação de italianos e de argentinos, consequência das manifestações em Gênova e da crise na Argentina; também aumentou a participação de delegações oriundas dos EUA, de países africanos e de países asiáticos (LEITE, 2003).

O Conselho Internacional, em sua reunião dias antes do II FSM, tinha como consenso a compreensão da necessidade do FSM como um espaço mundial de encontro sistemático, com a ideia de que um FSM anual centralizado era imprescindível para a articulação e o encontro das forças, bem como para o impacto público do processo. Além disso, como buscava-se, para além do crescimento, também um enraizamento, era consenso a necessidade de mobilizações em diferentes regiões. A partir dessas reflexões e ideias centrais, houve esforços no sentido de mundializar o processo, com a realização de fóruns regionais e continentais<sup>34</sup> ainda em 2002. Foi também nessa reunião que se estabeleceu que o III FSM

---

<sup>34</sup> Posteriormente, ainda surgiu a ideia da realização de fóruns temáticos.

seria em Porto Alegre novamente, ao passo que o IV seria em local a definir (LEITE, 2003). Destaca-se, ao longo do tempo, o encorajamento do Conselho Internacional à realização de fóruns locais, nacionais, regionais e temáticos, com o fim de aumentar a sinergia entre o ‘Consenso de Porto Alegre’ (SANTOS, 2006) e lutas concretas.

A segunda edição do evento envolveu a mobilização contra a ALCA e a militarização das relações internacionais, com duas grandes manifestações de rua sobre esses temas. Houve respaldo às iniciativas de diferentes setores, com dinâmicas agregadoras e articuladoras frente à juventude, ao movimento negro, ao movimento de mulheres, ao movimento de indígenas e ao movimento LGBT. Os debates, ainda, foram permeados por questões de desenvolvimento sustentável, democracia participativa, defesa dos bens comuns e desmercantilização do mundo. As conferências da segunda edição do FSM estavam agrupadas nos mesmos quatro eixos temáticos definidos na primeira edição. Desta vez, houve documentos preparatórios, sínteses das discussões e sistematização de propostas, o que facilitou o mapeamento de diagnósticos e propostas. Porém, esse registro deu-se apenas no âmbito das conferências, não tendo ocorrido nas demais atividades do FSM, tais como oficinas e seminários. (LEITE, 2003).

Na opinião de José Corrêa Leite (2003), o procedimento de não tomar deliberações enquanto Fórum (sem, contudo, impedir quem quisesse assim fazê-lo), progressivamente criticado ao longo do processo, mostrou-se acertado, pois permitiu discussões abertas, sem disputas por um poder mais direto. Sobre isso, aponta:

É um método particularmente eficaz para a construção de uma nova agenda global em um quadro de dispersão programática, que deve incorporar um leque amplo de experiências, por vezes muito desiguais, sem subordinar umas às outras, mantendo um forte caráter pedagógico. Boa parte da vitalidade do Fórum vem da convivência, nem sempre fácil, de movimentos sociais diretamente engajados no combate à globalização neoliberal, de uma parte, e de centrais sindicais, ONGs e agências de cooperação, de outra. O Fórum unificou sem ser diretivo, preservando a diversidade – um procedimento ainda estranho para parte da esquerda. (LEITE, 2003, p. 96).

Permaneceu sendo uma questão, como havia sido na edição anterior e como seria nos anos seguintes, a relação por vezes tensa entre partidos políticos e movimentos sociais, com um processo por vezes contraditório entre parlamentares e partidos institucionais, por um lado, e a busca por reconstrução de uma nova esquerda, por outro. As iniciativas já existentes desde o ano anterior, o Fórum Parlamentar Mundial e o Fórum das Autoridades Locais, seguiram sendo autônomas e paralelas frente ao FSM, uma forma ao mesmo tempo ambígua e eficaz de se resolver essa relação. Ainda no que diz respeito ao tema da institucionalidade,

houve tentativas, por parte de personalidades vinculadas à ordem internacional, de ter visibilidade no FSM, contra o que se posicionaram tanto o Comitê Organizador Brasileiro quanto o Conselho Internacional: entendia-se que se tratava de uma contradição com a Carta de Princípios e de uma tentativa de diluição da contraposição entre Davos e Porto Alegre. Ainda entre os problemas da segunda edição, destacaram-se a dispersão e dificuldades de organização, decorrentes do próprio crescimento do processo, bem como a participação desproporcional de homens brancos ocidentais em posições destacadas (LEITE, 2003).

A preparação do **III FSM**, ocorrido na capital gaúcha entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, envolveu o Conselho Internacional de maneira mais efetiva, como mencionado, de modo que as definições foram compartilhadas entre ele e o Comitê Organizador Brasileiro. O Conselho reuniu-se três vezes entre os dois Fóruns, em Barcelona, em Bangkok e em Florença, além da reunião regular, imediatamente antes do III FSM. Nesta edição do Fórum, passou a existir um novo tipo de atividade: mesas de diálogo e controvérsia entre sociedade civil, por um lado, e partidos políticos, governos e instituições multilaterais, por outro. Com a presença mais efetiva do Conselho na metodologia e na temática, a preparação da terceira edição do FSM foi mais internacionalizada, com novos temas e com a presença de mais expositores e conferencistas internacionais (LEITE, 2003).

Quantitativamente, o III FSM deu um salto: foram cerca de 100 mil participantes, com mais de 20 mil delegados, de 130 países, e mais de 4 mil jornalistas credenciados. Além disso, o Acampamento da Juventude contou com mais de 25 mil acampados. Em termos de atividades, foram cerca de 1500 oficinas e seminários, atividades auto-gestionadas, mais de 30 painéis (antes chamados de conferências), mais de 10 conferências, quatro mesas de diálogos e controvérsias, e outros eventos. Além da programação oficial, houve eventos paralelos, de que são exemplo, além dos já mencionados Fórum Parlamentar Mundial e Fórum das Autoridades Locais: Fórum Sindical Mundial, Forunzinho Social Mundial, Fórum da Diversidade Sexual, Fórum Mundial de Educação e Fórum Mundial de Juízes. Os números corroboram com a noção de que ocorria, então, a afirmação do FSM como um importante processo global (LEITE, 2003).

Os diferentes fóruns temáticos e regionais ocorridos antes do III FSM, na esteira da mundialização do processo, mobilizaram diferentes grupos, facilitaram a preparação política do evento e já pautaram uma conjuntura cada vez mais delicada, com a militarização das relações internacionais estadunidenses cada vez mais latente<sup>35</sup>. O III FSM demonstrou a forte

---

<sup>35</sup> Nesse contexto, destacam-se alguns fóruns regionais e temáticos que pautaram os primeiros passos da mundialização do FSM: o primeiro fórum regional foi o Fórum Social Africano, no final de 2001, no Mali; o

ligação entre a agenda da luta contra o neoliberalismo e contra a militarização, na esteira do que já havia ocorrido no Fórum Social Europeu e no Fórum Social Asiático. A temática da guerra e da globalização armada foi inserida de maneira contundente no III FSM, tendo sido um dos eixos temáticos dos painéis e tema das conferências e marchas de abertura e encerramento<sup>36</sup> (LEITE, 2003).

Também parece válido destacar que a conjuntura, ainda que contivesse os pontos desfavoráveis levantados (a questão da guerra e da militarização, notadamente), era, ao menos em parte, favorável a nível continental: a crise do neoliberalismo na América do Sul e o fortalecimento de alternativas à esquerda pautavam o começo de um ciclo pós-neoliberal no subcontinente (LEITE, 2003). Com relação ao surgimento de governos de esquerda no continente, pontua-se que a luta contra a integração neoliberal ganhou um novo impulso:

Os ataques dos neoliberais pró-Alca contra o Mercosul, o colapso financeiro argentino, a militância internacional do governo Chávez na Venezuela, a provável eleição de outros governos progressistas na região e a proposta brasileira de uma integração sul-americana para fazer frente à proposta norte-americana de integração hemisférica deram um impulso adicional à ideia de que ‘outra integração era possível’. (VIZENTINI, 2006, p. 87).

Uma diferença com relação às edições anteriores dizia respeito aos eixos temáticos dos painéis; no III FSM, eles passaram a ser cinco: desenvolvimento democrático e sustentável; princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; mídia, cultura e contra-hegemonia; poder político, sociedade civil e democracia; ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz. Além disso, houve um momento para a síntese das propostas debatidas no seio dos painéis. Outra diferença, ainda, dizia respeito aos espaços na cidade de Porto Alegre: na terceira edição, as atividades estavam alocadas em três polos, o Gigantinho, a PUC e os armazéns do Cais do Porto. Por fim, também houve mais destaque para a programação cultural do evento, com a cultura sendo abordada em um dos mencionados eixos temáticos (LEITE, 2003).

---

primeiro fórum temático, por sua vez, foi um sobre a crise do neoliberalismo na Argentina, em 2002, em Buenos Aires. Já o Fórum Social Europeu ocorreu em 2002, na Itália, bem como em 2003, na França. Ainda, um segundo Fórum Social Africano ocorreu na Etiópia, em 2003, mesmo ano em que ocorreu o Fórum Social Asiático, na Índia, que teve impacto direto no processo de expansão do FSM, cuja quarta edição foi na Índia, como ver-se-á adiante. A nível temático, ainda, destacam-se o Fórum Social Temático sobre resolução pacífica de conflitos que ocorreu na Palestina, em 2002, e o Fórum Social Pan-Amazônico, ocorrido em 2002 e em 2003. Pontua-se que a proliferação de eventos foi tamanha que, de alguns, o Conselho Internacional sabia apenas depois de sua realização (LEITE, 2003).

<sup>36</sup> Também no III FSM disseminou-se a ideia, gestada em Florença, no Fórum Social Europeu de 2002, de organizar e mobilizar um dia mundial de protesto contra a guerra, em 15 de fevereiro de 2003, como apontado no quadro 2 (LEITE, 2003).

Chico Whitaker (2005) destaca três diferentes funções do Fórum, contidas nos itens 11, 12 e 13 da Carta de Princípios, quais sejam, espaço de debates, espaço de troca de experiências e espaço de articulação (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001). Com relação a elas, o autor pontua que as três primeiras edições do Fórum as cumpriram com diferentes ênfases: ao passo que o I FSM priorizou o debate, o II FSM estimulou o reconhecimento mútuo entre as organizações e suas experiências, e no III FSM prevaleceram novas articulações, com anseio por visibilização de propostas de ação.

Como dificuldades da terceira edição, destaca-se o crescimento do FSM, e a redução do apoio governamental, uma vez que o Partido dos Trabalhadores havia perdido as eleições do governo estadual no final de 2002, o que teve impacto em questões organizativas do evento<sup>37</sup>. Além disso, a sobreposição de atividades praticamente ao longo de todos os dias levantou críticas tanto dos participantes quanto dos próprios organizadores. Outras críticas diziam respeito a dois aspectos: a produção de eventos deveria ser repensada e as atividades auto organizadas deveriam ter, ao menos, o mesmo peso das propostas pelos organizadores, de modo a reforçar o caráter aberto, horizontal e auto organizado do FSM. Por fim, a questão da presença de governantes voltou a ser um ponto de destaque e controvérsia, dessa vez em função das figuras de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>38</sup>, convidado pelos organizadores do FSM, e de Hugo Chávez, presente para uma atividade autônoma (LEITE, 2003).

Cabe fazer uma contextualização prévia à quarta edição do Fórum. Nesse sentido, ressalta-se que o sucesso do Fórum Social Asiático, realizado no começo de 2003, na Índia, foi um elemento chave na mundialização e no enraizamento do Fórum Social Mundial para além do eixo América Latina-Europa Ocidental. O evento pautou a possibilidade de a Índia sediar o IV FSM, decisão tomada na reunião do Conselho Internacional antes do III FSM, que também definiu que o V FSM voltaria a ser sediado em Porto Alegre. À época de tal reunião, decisões importantes com relação ao Conselho Internacional foram tomadas: este passaria a ser aberto a movimentos e organizações que aceitassem a Carta de Princípios e solicitassem a integração; o Comitê Organizador do IV FSM seria composto por organizações indianas; uma Secretaria do FSM seria criada, composta inicialmente pelas oito entidades brasileiras que compunham, até então, o Comitê Organizador Brasileiro. Esta Secretaria deveria ser, aos poucos, internacionalizada, e atuaria como facilitadora do processo do FSM. Além disso, também se reforçou o caráter horizontal e em rede do FSM, com a manutenção da ideia de

---

<sup>37</sup> Ainda, o Partido perdeu as eleições municipais de Porto Alegre, depois de 16 anos de governo, em 2004.

<sup>38</sup> A presença do então Presidente da República ganhou um caráter polêmico com sua declaração de que iria de Porto Alegre para Davos.

que o Conselho não deveria emitir declarações ou exercer funções que lhe imprimissem a ideia de direção vertical do movimento, e se autonomizou a data do FSM da data do Fórum de Davos. Entre o III e o IV FSM, ocorreu uma reunião do Conselho Internacional em Miami, nos EUA. Nesta, organizou-se o Conselho em seis diferentes comissões: estratégia, metodologia, conteúdo, comunicação, finanças e expansão (LEITE, 2003).

A realização do **IV FSM** em Mumbai, na Índia, de 16 a 21 de janeiro de 2004, consolidou o processo de internacionalização do Fórum, em consonância com a realização de fóruns regionais e temáticos em diferentes cidades, países, regiões e continentes. A quarta edição do Fórum contou com mais de 100 mil pessoas, entre delegados (quase 75 mil, de quase 120 países, representando mais de 1600 organizações) e participantes. O Acampamento da Juventude teve cerca de 4 mil pessoas e, ao considerar-se as pessoas voluntárias que trabalharam no evento, bem como quem esteve presente nas atividades abertas ao grande público, a estimativa é de ainda mais pessoas envolvidas nas atividades dessa edição (LEITE, 2005).

O IV FSM ocorreu em um contexto social e político bastante diferente daquele das edições prévias, distante da cultura política ocidental (LEITE, 2005; SANTOS, 2006). Em função disso, envolveu um quadro organizacional diferente, com o fim de se adaptar às disputas políticas e partidárias do seu contexto. Entre as inovações feitas na estrutura organizacional, Santos (2006) destaca a criação de quatro comitês, responsáveis por diferentes níveis de organização: 1) Conselho Geral, com 140 organizações, com o fim de definir linhas gerais do IV FSM; 2) Comitê de Trabalho, com cerca de 60 organizações, com o objetivo de supervisionar as atividades preparatórias e formular as diretrizes políticas; 3) Comitê Organizador, com 45 membros, sendo o corpo executivo do IV FSM; 4) Comitê Organizador Local (ou Comitê de Mumbai).

Na organização do IV Fórum, uma das diretrizes políticas dizia respeito à democratização do processo, tanto na organização quanto na participação. Assim, foram feitas cinco consultas para que diferentes movimentos se manifestassem quanto ao IV FSM e integrassem o processo. Também foi decidido dar-se maior ênfase às atividades auto organizadas, sem que houvesse colisão de horários com outras atividades. Ainda, pretendeu-se visibilizar grupos sistematicamente oprimidos, não reconhecidos e marginalizados. Com isso, os Dalits ('intocáveis') representaram parte significativa dos participantes, 30 mil. Por fim, também com o objetivo de democratização, foram reconhecidos 13 idiomas oficiais, muito mais do que nas edições anteriores – português, espanhol, inglês e francês (SANTOS,

2006)<sup>39</sup>. No evento, a luta contra a globalização neoliberal e o neoliberalismo estava intimamente relacionada com as lutas contra a militarização, a guerra e o imperialismo e com as lutas contra as desigualdades e a pobreza (LEITE, 2005). Destacou-se, também, a ênfase dada ao âmbito cultural:

O caráter popular e militante do quarto FSM resultou em parte dos esforços e recursos destinados à dimensão cultural do evento, concebida não como ‘entretenimento’ ou um ‘show’, mas essencialmente como expressão política. Desde o Fórum Social Asiático, estava claro que pessoas indianas põem uma ênfase diferente nas questões culturais, fazendo uma abordagem política à dimensão cultural mais apropriada do que em fóruns anteriores. As iniciativas culturais não eram shows de artistas profissionais, mas parte das lutas atuais de comunidades e movimentos. (LEITE, 2005, p. 155, tradução nossa).

Entre as críticas à quarta edição, tem-se a questão da disputa político-partidária do contexto da esquerda indiana<sup>40</sup>, bem como o tamanho dos espaços, pequenos para a quantidade de pessoas, e eventuais problemas de tradução. De modo geral, porém, foi considerado um sucesso, tendo sido importante como um primeiro FSM fora de Porto Alegre, integrando novos temas na agenda bem como novas forças, organizações e participantes no processo. Um dos motivos para o signo do sucesso é a própria escolha de Mumbai, por sua representação simbólica enquanto cidade representativa do capitalismo e de suas contradições, com extrema desigualdade, e também enquanto cidade asiática, relativamente perto de conflitos bélicos travados pelos EUA e em uma região com considerável concentração de armas nucleares, o que levou a um importante debate sobre a paz. A cidade, ainda, tinha fraca presença da esquerda e era governada pela extrema direita.

Também foi um sucesso o fato de “[...] o FSM de Mumbai [...] demonstrar que o espírito de Porto Alegre, enquanto é uma aspiração universal, adquire tonalidades específicas em diferentes regiões do globo.” (SANTOS, 2006, p. 75, tradução nossa). Nesse sentido, o debate sobre castas, religiões e fundamentalismos ganhou importante dimensão, pautado em sua relevância política e social, pois o governo central da Índia à época tinha papel no impulso ao racismo, ao sexismo e ao fundamentalismo. Ainda, assinala-se o processo de preparação e

---

<sup>39</sup> Sobre a questão dos idiomas, houve, ao longo do processo do Fórum, a criação de uma rede de tradutores voluntários para facilitar a comunicação. Chamada Babels, foi criada em um Fórum Social Europeu e representou um importante avanço, fazendo parte do Conselho Internacional desde 2004 e prestando serviços também a ele. Ainda, uma associação chamada Nomad se associou à Babels na busca por ferramentas e soluções para a tradução e a transmissão de diferentes atividades em diferentes idiomas. Isso significou um passo importante para a comunicação do movimento internacionalista (LEITE, 2005; WHITAKER, 2005).

<sup>40</sup> Leite (2005) aponta que houve a existência de fóruns paralelos em função de desentendimentos entre algumas organizações e a organização do FSM, bem como em função de divergências quanto ao caráter aberto e não-deliberativo do FSM, e quanto às relações entre diferentes partidos. Tiverem, no entanto, uma baixa participação frente ao Fórum em si.

mobilização da edição indiana, que em alguma medida possibilitou certa convergência da esquerda indiana e propiciou um entendimento um pouco menos reticente a partidos políticos. Por fim, outro motivo de sucesso foi a expansão da concepção ocidental de lutas ecológicas (SANTOS, 2006; LEITE, 2005).

Ao analisar o IV FSM, Boaventura de Sousa Santos (2006) pontua que ele engendrou novos desafios ao processo do FSM e aponta três principais deles: o primeiro diz respeito à expansão do Fórum, não apenas em termos de geografia, mas também de temas e perspectivas. O segundo, por sua vez, diz respeito à memória do Fórum, que acumulou, ao longo do tempo, muito conhecimento sobre diferentes organizações e movimentos, sobre a estrutura da (des)ordem internacional e as propostas para alterá-la. Pontua-se que esse conhecimento poderia ser melhor utilizado pelo próprio Fórum e os movimentos com ele envolvidos. O terceiro, por fim, e talvez mais polêmico, em função das diferentes tensões e conflitos que suscita, diz respeito à crescente necessidade de se desenvolver planos de ação coletiva, tendo em consideração o conhecimento acumulado e as áreas convergentes identificadas. Nesse sentido, pensa-se não só no aumento de efetividade do FSM com ações coletivas em si, mas em se ter respostas às possíveis tentativas do Banco Mundial, do FMI e do Fórum Econômico Mundial de Davos de cooptar agendas do FSM de modo a propor soluções que deixam intacta a desordem econômica por este combatida. Nesse mesmo sentido, para José Corrêa Leite (2005), ainda que a quarta edição tenha provado a vitalidade do caráter e do método do Fórum, existia a percepção de que era necessário mudar um pouco o rumo do processo, com foco no desenvolvimento de ações que pudessem influenciar a balança de poder mundial, o que passou a ganhar atenção, em alguma medida de forma mais contundente, das preparações da quinta edição. Esses desafios estiveram presentes ao longo do processo e pode-se dizer que até hoje estão.

O V FSM, realizado entre os dias 26 e 31 de janeiro de 2005, voltou a ser sediado em Porto Alegre. Em termos de participação, seguiu existindo um aumento: foram cerca de 155 mil participantes. No Acampamento da Juventude, tinha-se por volta de 35 mil acampados. Pela primeira vez havia-se deixado as dependências da PUC: o evento foi realizado na Orla do Guaíba, no chamado Território Social Mundial, com cerca de 250 tendas em que estavam distribuídos os espaços temáticos. Foram feitas críticas e elogios às novas dependências do Fórum, em que se ressalta o fato de que não havia um grande espaço central (SANTOS, 2006).

A quinta edição contou com uma nova metodologia, que foi pensada desde alguns anos antes, com o fim de que houvesse maior participação e democratização do processo de

organização, bem como mais sintonia entre os temas e a metodologia do FSM, por um lado, e as expectativas e interesses dos participantes, por outro. A nova metodologia, chamada Consulta Temática e Coesão de Atividades, tinha dois objetivos principais: fazer toda a programação do FSM de baixo para a cima, de modo que todas as atividades fossem em grande medida auto-gestionadas, e maximizar a possibilidade de ligações e ações comuns entre as organizações. Assim, em um primeiro momento, houve o envio de um questionário, respondido por quase 2 mil entidades e organizações, para que fossem levantados temas, lutas, questões, problemas, propostas e desafios a serem discutidos no âmbito do Fórum, de interesse das pessoas e organizações participantes, bem como atividades que pretendiam por elas serem organizadas (SANTOS, 2006). Com isso, pretendia-se radicalizar a dimensão participativa do FSM, o que já ocorrera na edição anterior, em Mumbai, com um número extremamente reduzido de atividades sob responsabilidade dos organizadores. Ademais, houve a inclusão de duas horas livres no final de todas as tardes, o que potencializou articulações e reflexões (WHITAKER, 2005).

Com a análise dos resultados por comissões do Conselho Internacional responsáveis pela metodologia e o conteúdo do Fórum, foram levantados 11 espaços temáticos<sup>41</sup>, dentro dos quais havia subtemas e os quais estavam atravessados por três eixos transversais mais amplos – emancipação social e dimensão política das lutas; luta contra o capitalismo patriarcal; luta contra o racismo. Além da participação na escolha desses temas, as atividades foram praticamente todas auto organizadas, de modo que as diferentes organizações deveriam propor suas atividades e indicar algum dos espaços temáticos em que se encaixavam. Com isso, atividades semelhantes se encontravam, sem haver sobreposição, como ocorrera em edições anteriores, e com mais possibilidade de diálogo. Apesar dos avanços, houve críticas à metodologia, tanto pela possibilidade de que houvesse manipulação política com tanto poder à auto gestão e organização, quanto pela inexistência de um espaço central amplo, que criara, nos anos anteriores, um senso comum de coletividade e pertencimento (SANTOS, 2006).

Entre os espaços temáticos, havia, pela primeira vez, conforme apontado, um específico para as relações internacionais, sob o título de “Ordem democrática internacional e integração dos povos”, com maior concentração de debates – que já existiam desde a primeira edição, mas não de maneira sistemática. Entre as temáticas discutidas neste eixo temático,

---

<sup>41</sup> Os 11 espaços temáticos versavam, de modo geral, sobre: bens comuns; arte e criação; comunicação; diversidades, pluralidade e identidades; direitos humanos; economias soberanas; ética, cosmovisões e espiritualidades; lutas sociais e alternativas democráticas; paz e desmilitarização; pensamento autônomo, reapropriação e socialização de conhecimento-saberes-tecnologia; ordem democrática internacional e integração dos povos – com destaque para este último por ser um eixo específico que diz respeito às relações internacionais, como apontou Vizentini (2006).

Vizentini (2006) destaca a reforma da ONU e de outras organizações internacionais, a criação de um parlamento mundial e a reestruturação do sistema financeiro internacional, “[...]o que, em última análise, pode ser resumido como uma tentativa de democratizar as relações internacionais no seu sentido mais amplo.” (VIZENTINI, 2006, p. 88). O mesmo autor aponta para um instigante debate sobre o financiamento do desenvolvimento e a importância da diplomacia não-governamental, com atuação de organizações da sociedade civil na mobilização de recursos financeiros.

A discussão rumo à construção de uma ordem internacional democrática e o esforço rumo à integração dos povos ganharam uma posição de destaque na quinta edição do Fórum, o que se mostrou como um importante avanço, frente à ineficácia de uma agenda centrada na crítica às formas neoliberais de integração. Com relação ao tema, pontua-se que houve avanço da agenda internacional do FSM e que se passou a propostas concretas, o que ocorreu tanto pelo avanço dos debates quanto pela deterioração do cenário internacional. Como atores dessa agenda propositiva, tinha-se ONGs, organizações da sociedade civil, e movimentos articulados com Estados e partidos políticos, com vistas a atuar de forma concreta contra a globalização neoliberal (VIZENTINI, 2006). Destaca-se “[...]a integração latino-americana ou, ao menos, sul-americana, e a aliança deste pólo virtual com outros, como forma de se opor às tendências vigentes na diplomacia mundial.” (VIZENTINI, 2006, p. 101). Apesar dos avanços na temática, Vizentini (2006, p. 101) ressalta que é “[...]é forçoso reconhecer que há, entre os participantes, divergências profundas não apenas quanto ao rumo a seguir, como especialmente em relação ao mundo a construir.”. Sobre tais divergências, Wallerstein (2011) argumentou, à época de um FSM bem posterior ao de 2005, que permanecem existindo diferenças entre as pessoas que almejam outro mundo, sobre as ações políticas a serem seguidas e os papéis dos partidos de esquerda na transformação do mundo, por exemplo, em um contexto de ‘crise civilizacional’. Para esse autor, o debate permanece crucial e indispensável em um momento de crise sistêmica.

Duas polêmicas envolveram a quinta edição do Fórum: primeiramente, foram relatados quase cem casos de violência contra mulheres no Acampamento da Juventude. Isso levou a duas reações: a organização de unidades de segurança dentro do Acampamento, as Brigadas Lilás, e de um comício com o fim de chamar a atenção do processo do FSM para a violência de gênero, com a denúncia da falta de perspectivas feministas no centro do FSM, em termos políticos e também organizacionais. A segunda polêmica diz respeito ao fato de que

diferentes intelectuais renomados, participantes do processo<sup>42</sup>, escreveram um manifesto, chamado Manifesto de Porto Alegre. O objetivo deste manifesto era visibilizar, de modo geral, a diversidade e as discussões no âmbito do FSM, e delinear diferentes propostas e orientações para a ação coletiva global, de modo a explicitar que a diversidade não representava um caos ou a impossibilidade de ação. O documento, com doze propostas, foi apresentado à mídia fora do Território Social Mundial e era aberto à assinatura de todos os participantes que assim desejassem (SANTOS, 2006).

O Manifesto de Porto Alegre recebeu muitas e diferentes críticas, de ordem metodológica e substantiva: algumas pessoas diziam que o mesmo atentava contra a Carta de Princípios; mulheres criticavam a ausência de perspectiva de gênero e o fato de só haver homens brancos e uma mulher negra entre as pessoas que o propuseram; grupos da esquerda radical o rotularam de reformista. Entende-se que as discussões levantadas em função desse manifesto dizem respeito a questões mais amplas do Fórum, sobre seu papel político e sua natureza. Por um lado, os defensores do caráter de espaço aberto e horizontal do FSM dizem que um manifesto desta ordem atenta contra a Carta à medida que pretende englobar todo o movimento; por outro, quem o assinou, juntamente à outra parcela de participantes, entende ser necessária a promoção de propostas, com o fim de que o ‘Consenso de Porto Alegre’ tenha materialidade propositiva na manifestação da globalização contra-hegemônica, indo além do debate de ideias e das críticas ao Fórum Econômico Mundial e ao Consenso de Washington, de maneira mais sistemática e contundente (SANTOS, 2006).

No decorrer desses primeiros anos de Fórum, diversas discussões foram sendo travadas sobre as diferentes edições, com o debate sobre se manter ou não em Porto Alegre, bem como sobre se manter uma edição anual centralizada e outras regionais e temáticas. Decidiu-se que o **VI FSM** englobaria uma inovação: a sexta edição do Fórum foi uma edição policêntrica, descentralizada, realizada simultaneamente em três países, de diferentes continentes, com o fim de melhorar a participação global no processo. Foram escolhidas Caracas (Venezuela), Bamako (Mali) e Karachi (Paquistão) como cidades-sede. Durante 2005, diferentes reuniões foram realizadas com o Conselho Internacional, a Secretaria e os organizadores para “[...]discutir problemas organizacionais comuns e articular a diversidade

---

<sup>42</sup> Em ordem alfabética: Adolfo Pérez Esquivel, Aminata Traoré, Armand Matellart, Atílio Borón, Bernard Cassen, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Galeano, Emir Sader, François Houtart, Frei Betto, Ignácio Ramonet, Immanuel Wallerstein, José Saramago, Ricardo Petrella, Roberto Sávio, Samir Amin, Samuel Ruiz Garcia, Tariq Ali e Walden Bello (SANTOS, 2006).

que cada FSM expressaria à luz de seu contexto político, com traços comuns em função de serem realizações parciais do mesmo FSM.” (SANTOS, 2006, p. 80, tradução nossa).

Os FSM de Caracas e Bamako foram realizados nas mesmas datas, no começo de 2006, ao passo que o de Karachi precisou ser realizado alguns meses depois em função de um terremoto que acometeu o país. Com as diferentes mudanças organizacionais realizadas ao longo dos primeiros anos de FSM, destaca-se a capacidade do Fórum de reinventar-se, de identificar alguns problemas e de buscar soluções criativas para eles, com diferentes propostas e argumentos com vistas a um objetivo comum: “[...]melhorar a capacidade do FSM de transformar nossas sociedades injustas em outro mundo possível.” (SANTOS, 2006, p. 81, tradução nossa). Boaventura de Sousa Santos (2006) concluiu, à época, que quando a capacidade de se transformar do Fórum (pautada no aprendizado sobre o passado e na visão sobre os desafios do futuro) terminasse, ele estaria fadado. Sobre essa capacidade de adaptação e tentativa de resolução de problemas, considerando as sucessivas edições do FSM, Thomas Ponniah e William Fisher (2015, p. xxiii, tradução nossa) escreveram:

O primeiro Fórum Social Mundial ocorreu em 2001 em Porto Alegre, Brasil. Desde então, passou por inúmeras inovações e níveis de complexidade: expandindo-se para incluir fóruns locais, nacionais e continentais; desregionalizando o local do FSM para fora do Brasil; mudando para uma estrutura auto organizada com um processo de consulta temática mais aberto; descentralizando o lugar por meio do Fórum policêntrico de 2006 (Bamako, Caracas e Karachi); baseando o evento na África em 2007 e 2011; sediando o Fórum na Amazônia em 2009; e realizando o encontro na Tunísia – crucial na Primavera Árabe – em 2013 e 2015. Todas essas inovações ajudaram a resolver um dos problemas-chave enfrentados pelos organizadores do evento: como garantir, verdadeiramente, participação global e de baixa renda no Fórum.

Depois da edição descentralizada e policêntrica, foi a vez de ocorrer um Fórum Social Mundial centralizado no continente africano: o **VII FSM** aconteceu em Nairóbi, no Quênia, de 20 a 25 de janeiro de 2007. A realização do FSM no continente africano potencializou a presença de novas organizações, bem como a discussão de novas agendas. Destaca-se, nesse sentido, a coordenação entre movimentos e redes do continente africano e sul-americano. Em Nairóbi, houve a existência de eventos co-gestionados, não organizados somente pela organização do FSM, nem apenas auto organizados pelas diferentes organizações e movimentos participantes. Destacaram-se, como pautas importantes do evento, a visibilização da comunidade LGBT; a discussão ampla e inovadora sobre o vírus HIV; questões de gênero; a dívida externa e seus diferentes impactos sociais, políticos e econômicos; a reforma agrária e a soberania alimentar, em diálogo com uma iniciativa da Via Campesina; a democratização da comunicação; o lançamento de uma rede africana relacionada à água; bem como reflexões

sobre a história africana, de intensa luta contra as diferentes formas de colonialismo (LEÓN; BURCH, 2007; ESPECIAL, 2015).

Entre as críticas realizadas à sétima edição, tem-se a questão do acesso, que deixou de fora alguns setores populares, com “[...]a desvinculação do FSM com a grande maioria da população local e carente onde o evento é celebrado.” (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 33), bem como a forte presença de ONGs e de setores da igreja católica. Além disso, foi cobrada uma taxa pelas atividades auto gestionadas, de modo que houve discrepância entre as atividades propostas por diferentes organizações. Em função desses e de outros fatores, ocorreu também um fórum alternativo, em região central e mais acessível da cidade (LEÓN; BURCH, 2007).

Em 2008, não houve a realização de um Fórum centralizado, senão a convocação de jornadas de mobilizações e ações de visibilização ao redor do mundo – assim, em 26 de janeiro ocorreu o Dia de Mobilização e Ação Global, com diferentes atividades em cidades do Brasil e de diferentes países. A ideia, com isso, era que se pudesse envolver mais pessoas, que não poderiam comparecer a uma edição centralizada, sem deixar de ter uma conotação mundial. Com relação a isso, é válido pontuar que o modelo de edição anual, centralizado e com participação de dezenas de milhares de pessoas viu-se em alguma medida esgotado<sup>43</sup> (LEÓN; BURCH, 2007; GONÇALVES, 2008), o que guarda relação com a fase de esgotamento apresentada no quadro 2 do capítulo anterior.

Em 2009, o Fórum voltou a ter uma edição centralizada realizada no Brasil, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, em Belém do Pará. O **FSM 2009** contou com mais de 130 mil pessoas inscritas, de mais de 140 países, e teve então a maior participação indígena – ainda que baixa, se comparada ao total de participantes. Estiveram inscritas quase 6 mil entidades e organizações, sendo cerca de 4200 da América do Sul, 500 da África, 500 da Europa, 330 da Ásia, 150 da América do Norte, 120 da América Central e 30 da Oceania<sup>44</sup> (CANOFRE, 2015b; FSM, 2009). Breno Bringel e Enara Echart Muñoz (2010) apontam para a contradição de que diferentes pessoas da população local ficaram de fora do evento em função das taxas cobradas, bem como para as medidas de segurança entre os locais do evento e os bairros ao redor<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Sobre isso, havia a demanda de diferentes setores por um espaçamento entre as edições centralizadas, dados os elevados custos de mobilização, de modo que o FSM passou a ser bienal, com uma nova dinâmica.

<sup>44</sup> Números arredondados.

<sup>45</sup> Em diálogo com isso e com críticas feitas ao processo do FSM, aponta-se para “[...]a multiplicação de contra-fóruns realizados de forma paralela aos fóruns sociais mundiais, regionais e temáticos oficiais, que servem de espaço para encontro entre aqueles grupos mais radicais em suas demandas, os quais expõem fortes tensões e

No centro do debate, estiveram discussões sobre povos originários, a Amazônia, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a crise econômico-financeira e a crise ambiental. Ainda, destaca-se que o Fórum em Belém contou com uma mesa, promovida pela CUT, pelo IBASE e pelo Instituto Paulo Freire, que reuniu cinco presidentes sul-americanos e mais de 12 mil pessoas na plateia (BARBOSA, 2009). Evo Morales, Fernando Lugo, Hugo Chávez, Luiz Inácio Lula da Silva e Rafael Corrêa reuniram-se para abordar temas sobre o continente sul-americano e alternativas ao neoliberalismo; uma mesa histórica em um momento de preponderância de governos à esquerda no subcontinente (CANOFRE, 2015b). Segundo Marco Aurélio Weissheimer (2009), essa mesa materializou as mudanças políticas no continente e a integração como caminho para enfrentar a crise. No evento, os presidentes falaram dos princípios e processos do Fórum não só como inspiração para seus governos, mas como impulsionadores, junto à resistência, de suas próprias vitórias eleitorais (BARBOSA, 2009)<sup>46</sup>.

O Fórum seguinte foi realizado em 2011<sup>47</sup>, novamente na África: entre os dias 6 e 11 de fevereiro, ocorreu o **FSM 2011**, em Dakar, no Senegal, no campus da Universidade Cheikh Anta Diop. A estimativa é que se tenha recebido aproximadamente o dobro do que as 45 mil pessoas esperadas pela organização. Cabe destacar que o maior público, em conjunto com a troca de reitoria da universidade (impulsionada pelo governo senegalês), que não seguiu o compromisso de fornecer salas e auditórios, potencializou problemas logísticos e organizacionais. Em um contexto de começo da chamada Primavera Árabe, esse tema foi central nas discussões e no clima entre as pessoas participantes<sup>48</sup>. Com os processos de transformação em curso, dos quais ainda não se sabiam os reais resultados, via-se um imenso potencial do continente africano na construção de uma nova geopolítica, marcando a importância da região na luta por outro mundo possível (BARBOSA, 2011; WALLERSTEIN, 2011).

---

críticas com a gestão e posicionamento político da maioria dos participantes nos eventos oficiais, aos que acusam de perda de radicalidade programática[...]” (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010, p. 34).

<sup>46</sup> Destaca-se que, antes de iniciarem suas falas, os presidentes ouviram os discursos de três mulheres, de diferentes regiões: uma sindicalista de Burkina Faso, uma indígena do Equador, e uma feminista do próprio Pará, com falas cobrando ações, para além dos discursos, sobre direitos trabalhistas, direitos dos povos originários e direitos das mulheres (BARBOSA, 2009).

<sup>47</sup> Ressalta-se que, em 2010, ocorreu um Fórum descentralizado e permanente, com início em Porto Alegre, em função da comemoração dos 10 anos do processo. O tema geral foi a crise e suas diferentes dimensões – econômica, política, social, ambiental, alimentar, civilizatória e cultural. Ainda, houve articulações na Bahia, no Rio de Janeiro, e em outros territórios do país, com diferentes fóruns temáticos, e também em outras regiões do mundo, com fóruns locais, regionais e temáticos, que pautavam também a articulação para o FSM centralizado que ocorreria em 2011, no Senegal.

<sup>48</sup> No dia de encerramento do evento, caía o governo de Mubarak (1981-2011) no Egito, depois de já haver caído o governo de Ben Ali (1987-2011) na Tunísia.

Em comparação com o Fórum de 2007, realizado em Nairóbi, houve uma considerável melhora, pois aquele havia sido relativamente fechado, com problemas de acesso em função do custo, da distância do espaço e do papel de algumas igrejas e ONGs, como mencionado. O FSM de Dakar, na contramão disso, foi mais acessível e aberto. Nesse sentido, é importante realçar o movimento de expansão e aprofundamento do processo FSM no continente africano, desde a realização do primeiro Fórum Social Africano, passando também pela edição policêntrica de 2006, no Mali. Na esteira disso, se potencializou a criação de alianças e convergências entre os movimentos sociais de diferentes países africanos. Com relação aos temas discutidos na edição de Dakar, a temática das migrações teve relevância, com destaque para crianças migrantes e migrantes forçados por questões climáticas. Também foi relevante a mobilização para pressionar a França no G-20 a se posicionar pelo fim do segredo e proteção a paraísos fiscais, bem como as discussões sobre as idiossincrasias do continente africano. Ao final do evento, foram apresentados planos de ação que envolviam, por exemplo, mobilizações contra o G-20, dia de solidariedade ao levante do povo árabe e africano, jornada sobre a Palestina, ações frente à Conferência Rio+20, construção de um fórum na Tunísia, entre outros (BARBOSA, 2011; CARUSO, 2011; CANOFRE, 2015c).

Para Wallerstein (2011), houve dois elementos notáveis no FSM de Dakar, que pautam diferenças com as primeiras edições, no começo do século: primeiramente, praticamente não se mencionou o Fórum Econômico Mundial de Davos, o que demonstra a evolução de pautas e demandas do FSM, bem como a mudança no cenário internacional político, social e econômico. Em segundo lugar, foram realçadas as interconexões dos temas discutidos:

Em 2001, o FSM estava preocupado principalmente com as conseqüências econômicas negativas do neoliberalismo. Porém, em cada encontro, o FSM acrescentou outras preocupações – gênero, meio ambiente (e particularmente mudança climática), racismo, saúde, direitos dos povos indígenas, lutas trabalhistas, direitos humanos, acesso à água, disponibilidade de alimentos e energia. E de repente, em Dakar, independente de qual era o tema da sessão, suas conexões com as outras preocupações tomaram a dianteira. Isso me parece ter sido a grande conquista do FSM – acolher cada vez mais e mais preocupações e fazer com que todos vejam suas íntimas interconexões. (WALLERSTEIN, 2011, sem paginação, tradução nossa).

Entre os problemas da edição de 2011, destacaram-se a sobreposição de atividades auto gestionadas, o que já havia sido recorrente em atividades anteriores, tensões entre participantes do Marrocos e do Saara Ocidental, e a distância entre organizadores locais e internacionais. Ainda, em termos organizacionais, alguns problemas de espaço, relacionados à mencionada troca de gestão na reitoria da universidade, e falhas técnicas envolvendo o

sistema de tradução. Com relação a isso, aponta-se que complexidades da política e da cultura organizacional da universidade e do governo contribuíram para alguns dos entraves logísticos vividos pela organização da edição de Dakar (CARUSO, 2011).

Na reunião final do Conselho Internacional, houve uma discussão sobre os próximos locais do FSM, em especial sobre a edição seguinte, de 2013. Nesse sentido, houve um debate sobre sua realização seguir em um país do Sul ou ir para um país do Norte. A escolha não se deu naquele momento, no entanto, Caruso (2011) retoma alguns dos argumentos de quem defendida a ida do FSM para o Norte ou a sua permanência no Sul: entre os primeiros, entendia-se que o processo deveria ir para onde se encontram os centros institucionais, políticos e sociais do neoliberalismo, em uma tentativa de globalizar a solidariedade e aproximar ainda mais lutas do Norte e do Sul. Pontuou-se, especificamente, a resistência às medidas de austeridade na Europa e o sucesso na realização de dois fóruns sociais locais e na mobilização contra tratados de livre comércio em Montreal. Por outro lado, a questão migratória representava uma barreira, pois muitos países do Norte exigiam vistos para pessoas do Sul. De modo geral, Caruso (2011) aponta para uma dupla tendência, para além do debate sobre a edição centralizada: fóruns que chegam a novas áreas geográficas e fóruns que se aprofundam nos debates temáticos, o que já foi destacado anteriormente entre os objetivos do Conselho Internacional.

A edição do **FSM 2013** acabou por ocorrer na Tunísia, pela primeira vez em um país árabe, entre 26 e 30 de março, quase depois de dois anos da derrubada do governo de Ben Ali. Dignidade era o lema do primeiro Fórum realizado em Túnis. Como não poderia deixar de ser, as atenções estiveram centradas nos adventos da Primavera Árabe, e as marchas do evento foram pelo direito das mulheres e pelo reconhecimento Estado da Palestina. O debate sobre questões de gênero e direito das mulheres esteve muito presente, com discussões sobre a feminização da pobreza, as diferenças salariais e a marginalização das mulheres no âmbito social, político e econômico. A presença do FMI na região também foi tema central de debates, com considerações sobre o aumento da dívida externa, os ajustes estruturais e as políticas de austeridade – ferramentas que, como apontado em capítulo anterior, diminuem a capacidade estatal e prejudicam a sociedade, com perpetuação de desigualdades e desemprego estruturais (CANOFRE, 2015d; RYAN, 2013).

Sobre o FSM de 2013, Wallerstein (2013) pontuou que, de modo geral, foi ignorado pela grande mídia, apesar de ter sido um sucesso. Para o autor, a realização do Fórum em Túnis foi simbólica entre outros motivos pelo apoio à luta interna que ocorria então no Estado tunisino. Pontuou, também, que houve discussões sobre a estrutura do Fórum e sobre a

estratégia política mais correta para a esquerda. Entre os debates ocorridos, o autor destaca o contraste entre a esperança e o medo que perpassa todos eles: com relação à heterogeneidade de movimentos, indo da extrema esquerda à centro-esquerda, há quem veja isso como força e quem veja como debilidade, com propensão à cooptação; com relação aos partidos políticos no processo de transformação social, também há posições contrárias, pois há quem entenda que no curto ou no médio prazo não se pode ter mudanças significativas sem partidos de esquerda no poder e, por outro lado, há quem se posicione de forma a que os movimentos sociais sempre estejam na oposição, como críticos desses partidos. Com relação aos chamados países emergentes, como os BRICS, há pessoas e movimentos para quem esses países representam uma contra força aos países do Norte, enquanto, para outros, são um novo grupo de poder imperialista, com destaque para a atuação da China; o programa da esquerda mundial também é fonte de debate, à medida que, para alguns, ao FSM faltaram proposições de alternativas específicas e objetivos programáticos concretos, ao passo que na visão de outros isso serviria para dividir as forças, enfraquecendo o processo do FSM. Por fim, outro tema de debate no âmbito do FSM diz respeito à sua descolonização – para alguns, o processo esteve ligado a pessoas do mundo pan-europeu, homens mais velhos, com extensos privilégios, sem que se buscasse mudar essa realidade, ao passo que outros percebem o processo de extensão geográfica e social da estrutura do FSM. De modo geral, Wallerstein (2013) pontua que, doze anos depois de seu início, o FSM permanecia sendo o único espaço em que os lados desse debate seguiam sendo discutidos, na busca por contribuir na construção de uma esquerda eficaz, embora outros grupos mostrem-se cansados do processo.

O **FSM 2015** voltou a ser realizado na Tunísia, entre os dias 24 e 28 de março, dessa vez em um contexto de atentados que haviam ocorrido em Paris, na sede do semanário satírico Charlie Hebdo, e em Túnis, no Museu do Bardo. Na esteira disso, tornou-se central o debate sobre o terrorismo, de modo que a marcha de abertura do evento posicionou-se contra o terrorismo, por dignidade, direitos e liberdade. A realização de uma segunda e consecutiva edição do FSM em Túnis é fruto do sucesso da primeira, o que dialoga com o fato de o processo ocorrer em cidades em que há forças políticas da sociedade civil organizada, com novas dinâmicas, tendo dado visibilidade à luta tunisina. Entre os temas debatidos, estavam o movimento LGBT, que chamou a atenção para a violação de direitos vivenciada na região dos países árabes, e o racismo, outro problema invisível na Tunísia para cuja visibilidade o Fórum exerceu um importante papel. Criou-se uma Rede Mundial de Luta contra o Desemprego e o Trabalho Precário. Em temas regionais, houve movimentos favoráveis à independência do

Saara Ocidental e contrários à proposta do Marrocos de construção de um muro isolacionista (CANOFRE, 2016).

A discussão da agenda pós-2015, no âmbito dos Objetivos do Milênio, bem como a agenda ambiental em função da agenda do COP-21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015) marcada para aquele mesmo ano, também estiveram em pauta. A questão do reconhecimento do Estado palestino voltou a ser debatida, desta vez com ainda mais enfoque. Houve, ainda, a criação da Carta Mundial da Mídia Livre, que começara a ser elaborada no Fórum Mundial de Mídia Livre, em 2013, e que passou por diferentes fóruns regionais, com contribuição de mais de 30 países e disponibilidade para consulta *online*, até ter sua versão final discutida no âmbito do Fórum Mundial de Mídia Livre que ocorreu em paralelo ao FSM de 2015. O lançamento da carta ocorreu no último dia do FSM e foi uma ação mais prática do evento; trata-se de uma ferramenta, com princípios e ações estratégicas para reivindicar a democratização da mídia, o direito à comunicação e à liberdade de expressão, com atenção ao desenvolvimento de marcos democráticos de regulação, apoio a meios comunitários, independência e autonomia da mídia pública frente a governos e ao mercado, e governança da internet. Depois de lançada, pretendia-se utilizá-la em diferentes eventos, bem como avançar em discussões com parlamentares, governantes e organismos internacionais para a elaboração de políticas públicas referentes ao tema da mídia livre (CANOFRE, 2016; MOURÃO, 2015; CARTA, 2015). A carta menciona o termo comunicação contra-hegemônica, o que dialoga com a contra-informação apresentada no quadro 1 desta monografia enquanto uma característica definidora do movimento antiglobalização.

Em 2016, ano em que o FSM completou 15 anos, pela primeira vez houve uma edição no hemisfério norte, em Montreal, no Canadá, em agosto. De 19 a 23 de janeiro, contudo, Porto Alegre recebeu uma edição temática em comemoração aos 15 anos. A ideia da edição do FSM 15 anos em Porto Alegre era que cumprisse um papel estratégico na sistematização dos processos vividos em diferentes FSM até então, que seria levada à edição em Montreal (FST2016)<sup>49</sup>. A edição em Montreal já havia sido proposta antes, com o argumento de que a

---

<sup>49</sup> Com relação aos Fóruns Temáticos em Porto Alegre, destaca-se que, como os Fóruns Sociais Mundiais centralizados passaram a ocorrer a cada dois anos, especialmente no ano em que não há FSM centralizado, ocorrem diferentes fóruns descentralizados. Em Porto Alegre, a ocorrência de Fóruns Sociais Temáticos vem se articulando com mais força desde 2010, quando da comemoração de 10 anos do processo. Em 2012, ocorreu um Fórum Temático com o título Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, como um encontro preparatório para a Cúpula dos Povos da Conferência Rio+20. Em 2014, ocorreu o Fórum Social Temático Crise Capitalista, Democracia, Justiça Social e Ambiental. Em 2016, por sua vez, ocorreu o mencionado Fórum em comemoração aos 15 anos do FSM. Já em 2017, ocorreu o Fórum Social das Resistências – Democracia e Direitos dos Povos e do Planeta.

luta contra o neoliberalismo também deveria ser alocada no Norte. Nesse sentido, como apontado, Montreal já havia organizado edições regionalizadas. O foco do **FSM 2016** esteve nas questões ambientais e nos direitos de povos indígenas, e o *slogan* oficial foi atualizado: “outro mundo é necessário, juntos é possível”. Com relação ao ambientalismo, destaca-se que mineradoras canadenses estão entre as maiores do planeta, o que acarreta péssimas consequências ambientais (CANOFRE, 2015a). A edição em Montreal teve 13 eixos temáticos e contou com 35 mil participantes, sendo cerca de 60% mulheres, mais de 50% com menos de 35 anos e mais de 70% diplomados universitários; 58% da América do Norte, 21% da Europa, 9% da África, 7% da América Latina e 5% da Ásia (COLLECTIF FSM 2016, 2016), o que permite uma noção do componente social da edição.

A última edição do Fórum (13ª edição), o **FSM 2018**, ocorreu em Salvador, na Bahia, de 13 a 17 de março deste ano, com o lema “resistir é criar, resistir é transformar”<sup>50</sup>. O evento contou com 19 eixos temáticos e cerca de 2 mil atividades. Estiveram presentes 6 mil organizações e movimentos, e cerca de 80 mil pessoas. O Acampamento Intercontinental da Juventude teve cerca de 2 mil pessoas acampadas; o Acampamento Indígena, 600. Entre os eventos paralelos realizados, destacam-se, entre outros, o Fórum Mundial de Mídia Livre, o Fórum Mundial de Direitos Humanos, o Fórum Mundial de Educação Popular, o Fórum Mundial Parlamentar e o Fórum de Autoridades Locais de Periferia (FSM, 2018). Para a organização e a logística do evento, foram fundamentais os apoios da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do governo do estado da Bahia. A Assembleia Mundial de Mulheres foi realizada à mesma época e deu protagonismo à luta de mulheres na edição. A juventude e os movimentos indígenas também estiveram presentes em peso. Ainda, estiveram em pauta, dada a conjuntura, o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, e o direito do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser candidato às eleições presidenciais brasileiras (CRUZ, 2018).

Mauri Cruz (2018) ressaltou alguns limites e contradições do FSM, como a dinâmica do Conselho Internacional, a qual ele julga relativamente fechada, e o funcionamento da Secretaria, sem que haja acúmulo dos encaminhamentos e acordos dos anos recentes. Em Salvador, se encaminhou o estabelecimento de um grupo de apoio operacional, cujas tarefas

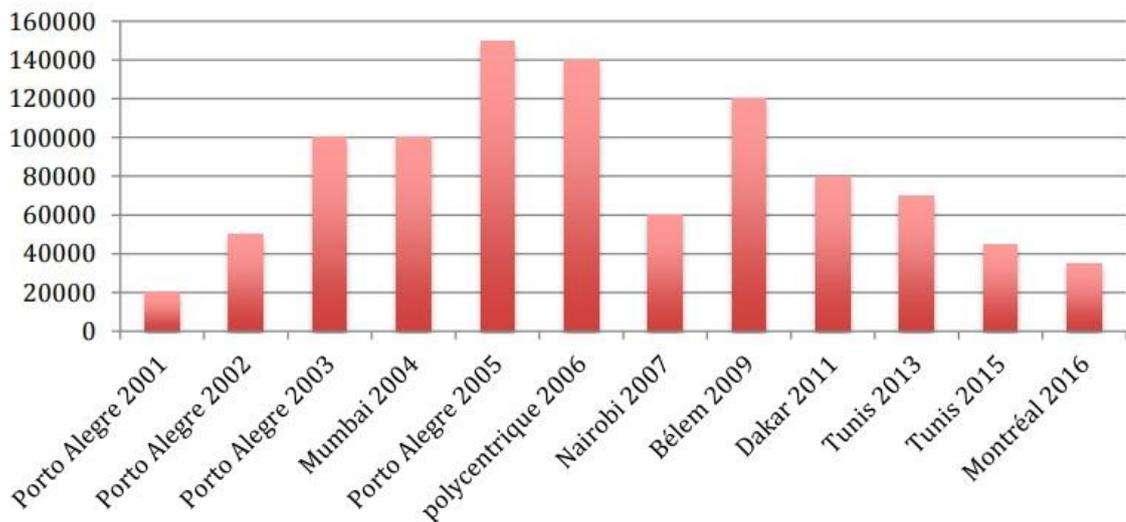
---

<sup>50</sup> Organizações e movimentos da Bahia muito se envolveram com o processo do FSM, seja com a participação em edições mundiais, ou mesmo com a realização do 1º Fórum Social Baiano, do 2º Fórum Social Nordestino, de um Fórum Mundial Temático e de várias outras atividades. O Coletivo Baiano do FSM, formado por cerca de 30 organizações, movimentos e redes, recebeu, em janeiro de 2017, em reunião durante o Fórum Social das Resistências em Porto Alegre, o aval do Conselho Internacional do FSM para avaliar, em dois meses, a possibilidade organizacional, operacional e política de realizar um evento de ordem mundial em 2018 (DECLARAÇÃO, 2017).

são buscar alternativas para o financiamento da Secretaria, a comunicação, a articulação política internacional e a sistematização e memória dos diferentes processos do FSM. Ainda no sentido da estrutura organizacional, reiterou-se a inclusão de representação dos coletivos organizadores dos FSM no Conselho Internacional, decisão feita na reunião do Conselho Internacional à época do FSM 2016, em Montreal. Com isso, tem-se que “estas decisões, em conjunto, podem contribuir e muito para a retomada da dinâmica de articulação mundial que o FSM possuía nos primeiros anos de sua existência.” (CRUZ, 2018, sem paginação).

A título de retomada das sucessivas edições expostas nesta subseção, abaixo apresenta-se um gráfico com o número de participantes do FSM ao longo do tempo, de 2001 até 2016. Tal gráfico, feito pela organização do Fórum de 2016, ilustra o considerável crescimento do FSM em seus primeiros anos, bem como uma tendência geral de queda em anos mais recentes.

**Gráfico 1 - Quantidade de participantes do FSM (2001-2016)<sup>51</sup>**



Fonte: Collectif FSM 2016, 2016.

#### **4.2.2 Considerações sobre alcances e limites do Fórum Social Mundial**

Feito um panorama de todas as edições do FSM, ainda que em alguma medida breve, e restrito aos textos disponíveis e ao tempo existente para a realização desta monografia, pode-se concluir que o Fórum foi um espaço articulador de lutas, tanto a nível simbólico, quanto teórico e, em menor proporção, prático. Para Boaventura de Sousa Santos (2015), o Fórum

<sup>51</sup> Os anos faltantes, a partir de 2007, dizem respeito ao fato de que a edição centralizada do Fórum Social Mundial passou a ser bienal, como apontado. Além disso, o gráfico é anterior à edição de Salvador, por isso falta a coluna do FSM 2018.

Social Mundial foi “[...]a mais importante mobilização de organizações e movimentos de transformação social da primeira década do século XXI[...]” (SANTOS, 2015, p. xvii, tradução nossa), símbolo da globalização contra-hegemônica, frente ao Fórum Econômico Mundial e à globalização por este representada.

Um importante alcance do FSM diz respeito a ser um elemento catalizador de ONGs e outros atores não-tradicionais das relações internacionais, como organizações e movimentos sociais, com a contestação da ordem internacional então vigente e sua dinâmica neoliberal e hegemonicamente globalizante (VIZENTINI, 2001). Com a realização sistemática dos sucessivos Fóruns centralizados, bem como com a multiplicação dos fóruns regionais e temáticos, houve, enfim, a consolidação do processo (LEITE, 2003; LOUREIRO, LEITE, CEVASCO, 2002; GRZYBOWSKI, 2001), ainda que sua mundialização, seu enraizamento e sua atuação mais prática tenham encontrado limites e passado por uma fase de esgotamento nos últimos anos (SANTOS, 2006; 2015; BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010).

Ao longo de quase duas décadas de existência, promoveu-se a possibilidade de compartilhar debates e de articular-se a organização e a mobilização para alternativas, com proposição de ideias e agendas. Houve, também, conexão de resistências, reforço da identidade política, estabelecimento de relações de confiança e de mútuo reconhecimento, bem como troca do acúmulo de conhecimento e de experiências de diferentes lutas, sendo algumas delas forjadas antes mesmo do estopim do movimento antiglobalização, mas potencializadas com o FSM. Ainda que sem ações concretas unificadas, em função de seu caráter e de sua metodologia, bem como em função da diversidade e pluralidade que engloba, é certo que o FSM convergiu diferentes movimentos, impulsionou agendas, fortaleceu debates e posições contra o neoliberalismo e a globalização hegemônica. Destacadamente em seu início, representou a volta da esquerda ao cenário político, depois de certo refluxo imediatamente posterior ao fim da URSS (LEITE, 2003; LOUREIRO, LEITE, CEVASCO, 2002; GRZYBOWSKI, 2001; SANTOS, 2006; CASSEN, 2001; VIZENTINI, 2001).

Nesse sentido, entende-se que os sucessivos eventos do FSM contribuíram para alterar o clima ideológico do mundo, rompendo com a ideia de que não havia alternativa, com o pensamento único, e com a noção de fim da história, propondo novos valores, não pautados na mercantilização, no neoliberalismo, no militarismo e na globalização hegemônica, e mostrando que a construção de alternativas e de outro mundo é desejada. O evento forjou e potencializou, enfim, o ‘espírito de Porto Alegre’ (WALLERSTEIN, 2004b; 2005; 2010; 2014), tendo funcionado por certo tempo como um fermento (GRZYBOWSKI, 2001) que aumenta e impulsiona movimentos, ideias e ações.

Entende-se que o seu caráter de espaço (discutido adiante), consolidando-se como um lugar de encontro, de troca de experiências, de diálogo e debate, de difusão de propostas, e de articulação de agendas e lutas, talvez tenha sido o seu maior alcance e ponto positivo, dando um sentido de identidade e pertencimento, ainda que sem uma única direção a ser seguida. Rompeu-se não só com a ideia de pensamento único, mas também com a ideia de isolamento das lutas, destacando-se um sentido coletivo de vivência frente ao individualismo que quisera ser triunfante no seio da globalização hegemônica (LEITE, 2003; LOUREIRO, LEITE, CEVASCO, 2002; GRZYBOWSKI, 2001).

Whitaker (2005) pontua que o FSM tem um caráter intermediário e que, portanto, sua eficácia política também. Desse modo, entre seus alcances estariam, para além do espaço para debate e troca, alguns resultados mais instrumentais, como a repercussão do próprio Fórum dentro das organizações que dele participam e nas relações entre elas, ressaltando-se, assim, o adensamento do tecido social resultante do FSM.

Para Santos (2005b), entre os alcances do Fórum está o levantamento de questões não apenas políticas, analíticas e teóricas, mas também epistemológicas, relacionadas à justiça cognitiva global, e não apenas à justiça social global<sup>52</sup>. Ainda, o autor fala sobre a dimensão utópica trazida pela ruptura discursiva com a ideia de pensamento único e de não-alternativa, o que se relaciona com as dimensões simbólicas anteriormente apresentadas, no que diz respeito à oposição a Davos. O FSM, assim, aparece como uma utopia crítica frente à utopia conservadora neoliberal. Nesse sentido, o processo do FSM, em seu início, deu-se mais com a definição do que se criticava do que pela definição do que se aspirava, uma vez que se tratava de afirmar a possibilidade de outro mundo, pleno de diferentes alternativas, e não de definir alternativas (SANTOS, 2005b). Ao mesmo tempo em que isso aparece como um alcance, ao longo do tempo pode-se fazer a crítica com relação à indefinição de um horizonte e de alternativas minimamente comuns, como um passo seguinte.

A clivagem entre o entendimento do FSM como um espaço ou como um movimento, desde a concepção do Fórum até hoje, engendra em si diferenças sobre objetivos estratégicos e formas de ação, e também sobre o papel do FSM nisso. Nesse sentido, essa clivagem

---

<sup>52</sup> Sobre isso, tem-se a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, das quais o FSM é um exercício. Com relação à primeira, visa demonstrar que o que não existe nas ciências sociais é, na verdade, produzido como não-existente. A ciência hegemônica, com seus critérios de racionalidade e eficácia, parte de uma monocultura racional que produz a não-existência. Esta é assentada nas seguintes monoculturas: 1) do saber, 2) do tempo linear, 3) da naturalização das diferenças, 4) do universal e do global e 5) dos critérios de produtividade e eficácia capitalista. Frente a isso, a sociologia das ausências propõe diferentes ecologias: 1) dos saberes, 2) das temporalidades, 3) dos reconhecimentos, 4) das trans-escalas e 5) das produtividades. (SANTOS, 2005b). Esse tema, embora fuja do escopo deste trabalho, relaciona-se com a questão já apresentada de globalização hegemônica e contra-hegemônica.

engloba clivagens mais amplas e anteriores ao próprio Fórum, que pertencem ao legado de forças que lutaram contra o *status quo*<sup>53</sup>. De um a outro extremo (movimento e espaço), no entanto, é necessário considerar que há opções intermédias. Se, por um lado, a concepção de movimento entende a necessidade de o FSM tornar-se um ator político em nome próprio, combatendo o possível efeito paralisante da diversidade, com um centro organizativo e político que decida e leve adiante ações coletivas em nome do próprio FSM, com revisão da Carta de Princípios e substituição da horizontalidade e do consenso por um comando democrático; por outro, a concepção do FSM enquanto espaço aberto, dominante desde a concepção do Fórum no Conselho Internacional, prevê, como reiteradamente mencionado, o encontro para debate e troca, sem que nenhum grupo sintá-se excluído e, portanto, com horizontalidade, não-deliberação e não-diretividade. Entre as opções intermédias, tem-se a construção de ferramentas mais eficazes para a ação concreta, sem que necessariamente se transforme em um movimento enquanto tal, com as características verticais, de direção, etc (SANTOS, 2005b)<sup>54</sup>. Ainda que a novidade e invenção política do FSM, enquanto um espaço, tenha sido relevante, como mencionado, alternativas que mesclém algumas características podem transformá-lo em um espaço mais potente, sem que se perca o seu enorme potencial. Nesse sentido, delinear algumas ações práticas comuns, sintetizar algumas das discussões e registrar a memória do Fórum parecem atos imprescindíveis, sem que se deixe de ser um espaço, nem que se torne um movimento.

Com relação a isso, Teivo Teivainen (2012) afirma que o Fórum não precisa ser ‘o’ movimento, mas precisa estar ‘em’ movimento, de modo que o processo não se distancie da politização, necessária frente aos desafios impostos por seu crescimento. Para o autor, politizar o Fórum está além das concepções de práticas políticas tradicionais centradas no Estado, mas também além dos entendimentos por vezes despolitizantes de sociedade civil. O autor argumenta que, no debate entre espaço e movimento, por vezes o espaço pareceu

---

<sup>53</sup> Dessas clivagens, Boaventura de Sousa Santos (2005b) destaca reforma ou revolução; socialismo ou emancipação social; Estado como inimigo ou aliado potencial; lutas nacionais ou globais; ação direta ou institucional. Isso guarda relação, em alguma medida, com os debates que Wallerstein (2014) apontou para os movimentos antissistêmicos de 1848 e que permanecem, de certa forma, atuais no seio do movimento antiglobalização e do FSM.

<sup>54</sup> Cabe ressaltar que o sociólogo português distingue entre dois tipos de clivagens e divergências: as de alta e as de baixa intensidade. Ao passo que as primeiras dizem respeito a diferenças discursivas radicais, levando ao sectarismo, as segundas englobam diferenças discursivas que, embora possam ser radicais, não impedem a participação continuada. Dentro do FSM e sua novidade em termos de caráter e metodologia, as clivagens e divergências foram principalmente do segundo tipo, de relativa baixa intensidade, principalmente considerando que diferentes movimentos e organizações dentro do âmbito do FSM têm diferentes clivagens, com diferentes graus de importância, sem o acúmulo de divergências, e que não houve momentos de grandes exigências táticas ou estratégicas que fizessem prevalecer as mencionadas clivagens. Com isso, as clivagens tendem a coexistir dentro do processo FSM, sem que a repulsa seja maior do que a atração (SANTOS, 2015; 2005b).

despolitizante à medida que não fomentou, propôs ou promoveu ações práticas e estratégias concretas de transformação social, o que afastou alguns movimentos, contribuindo para o enfraquecimento do entusiasmo inicial do processo.

Assim, no que diz respeito aos limites da atuação do Fórum, faz-se uma crítica com relação ao método de ser um espaço sem qualquer adoção de deliberações conjuntas. Embora entenda-se a constituição do FSM como espaço aberto, descentralizado e não deliberativo, entende-se também que, ao longo do tempo, isso pode ter contribuído para a diminuição da mobilização e da incidência do Fórum. Se, por um lado, foi um método “[...]útil em uma conjuntura histórica de fragmentação, desorganização programática e ausência de horizonte estratégico comum, mas também de revalorização do internacionalismo, busca de diálogo entre os distintos movimentos anti-sistêmicos e combate ao sectarismo.”, como apontam Loureiro, Leite e Cevasco (2002, p. 12), por outro, não traçou um horizonte estratégico comum de longo prazo e não impossibilitou certo esgotamento do espaço.

Ainda com relação aos limites do FSM, a inexistência de documentos oficiais com os números dos Fóruns<sup>55</sup> e a síntese das discussões pode ter representado um entrave, na medida em que o registro não é amplamente acessível anos depois de feitos os debates, com certa perda de memória coletiva do processo. Embora entenda-se a preocupação com as possíveis disputas por lideranças, bem como com a horizontalidade e a heterogeneidade do Fórum, a multiplicação de diferentes documentos por diferentes iniciativas, sem sua conglomeração organizada, pode representar, ao longo do tempo, o próprio esvaziamento dos debates. Entende-se, enfim, que não necessariamente o Fórum perderia seu caráter de espaço e se tornaria um movimento com a escrita e a coordenação de documentos que sintetizassem um pouco suas discussões e propusessem, enquanto coletivo, algumas direções, de maneira contrária à oposição que Whitaker (2005) e outros autores fazem entre espaço e movimento, como se, ao propor a síntese das discussões ou de propostas, se deixasse completamente o caráter de espaço e de um novo processo de ação política.

Outro questionamento levantado ao longo dos anos de FSM, relevante no debate sobre os alcances e limites do Fórum, foi sobre a efetividade de um encontro centralizado anual, uma vez que o deslocamento das entidades e dos ativistas envolve custos e isso pode ter representado um entrave ao longo do tempo. Nesse sentido tem-se a crítica à seletividade do processo, uma vez que, embora em princípio seja aberto a todas as pessoas, na prática, como apontam Ponniah e Fisher (2015), quem tem privilégios em termos de acesso à educação, de

---

<sup>55</sup> Aqui, ressalta-se questões relacionadas não só ao número de participantes, mas à origem geográfica e a diferentes recortes das pessoas participantes (gênero, raça, escolaridade, entre outros).

renda, e de espaços geográficos centrais é sobre representado. Com relação a isso, houve a realização, a partir de 2007, de Fóruns bienais, como demonstrado na subseção anterior, o que intensificou o processo de descentralização em fóruns regionais e temáticos. Essa descentralização e rearticulação, embora em alguma medida interessante, dadas as discussões mais práticas, levou à multiplicação de eventos, que não são organizados, documentados nem sintetizados de forma coordenada. Essa espécie de dispersão em alguma medida contraria e descaracteriza o caráter intertemático e até transtemático que era original ao Fórum, conforme definição de Santos (2005b). Deve-se considerar que a multiplicação em vários fóruns torna o processo mais contínuo, sem o espaçamento entre os grandes fóruns centrais; no entanto, cabe refletir sobre a importância do equilíbrio e da coordenação, bem como sobre o papel do Conselho Internacional nas orientações estratégicas, políticas, organizacionais e temáticas. Este, sem dúvida, mostra-se como um tema para futuras agendas de pesquisa.

Sobre as contradições do processo, José Corrêa Leite (2003) destaca que há contradições constitutivas e estruturantes do FSM que não podem ser facilmente suprimidas, ignoradas ou superadas. Devem ser administradas, de modo a potencializar seus efeitos produtivos e diminuir os negativos. Nesse sentido, o autor pontua que, ao ser gestado em uma ‘encruzilhada histórica’, período de intensas transformações tanto da sociedade quanto da política (o que guarda alguma relação com a crise sistêmica de Wallerstein), “[...]o FSM dá voz não só a forças emergentes mas também a processos em continuidade com a etapa anterior.” (LEITE, 2003, p. 123). Assim, a relação com os partidos políticos aparece como a mais evidente dessas contradições, pontuada ao longo da exposição sobre as diferentes edições do Fórum. Ao mesmo tempo em que a Carta de Princípios estabelece que partidos não são organizadores do processo nem enviam delegações, o FSM não é isolado de contatos com partidos, mesmo que exista uma crise de representatividade. Sobre isso, Leite (2003, p. 124-125) escreveu:

[...]podemos dizer que uma das virtualidades do Fórum é justamente que ele pode, na atual etapa histórica, contribuir, e muito, para acelerar a recomposição política da esquerda nos diferentes terrenos e, portanto, para superar a crise de representação partidária da esquerda. Evidentemente, trabalhar essa dinâmica contraditória de forma consciente é diferente de defender que os partidos participem hoje como organizadores dos Fóruns.

Entre as diferentes críticas, pode-se apontar, ainda, a ênfase nas conferências de intelectuais e a presença majoritária de pessoas da classe média tanto da Europa quanto da América Latina. Há quem aponte, também, a crescente presença de partidos, a burocratização,

a forte presença de ONGs frente a movimentos de base, e a institucionalização (BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010).

Santos (2015) aponta que, desde o início do processo do FSM, houve, para além do espírito combativo e do ânimo renovado pelo fim do isolamento entre diferentes movimentos, problemas, desafios e dúvidas; destaca, também, a incerteza sobre a manutenção e a expansão do alto nível de mobilização global, considerando, nesse aspecto, o distanciamento com relação a algumas questões e repertórios de luta. Para o autor, as questões de eficácia, de representação e organização, e de como aliar a diversidade com a construção de um consenso rumo à ação coletiva são destacadas como os principais desafios (SANTOS, 2005b; 2006; 2015). Com relação à eficácia do FSM rumo à transformação social, existe avaliação negativa e positiva, a depender das concepções de transformação utilizadas, velhas ou novas. Para Santos (2005b), já em 2005, existia a questão de como a consciência global e o potencial por ela gerado seriam aplicados, de forma produtiva, à construção de transformação social progressista em escala mundial, considerando a trans-escala das lutas, ou seja, considerando-se também mudanças locais e nacionais, não apenas globais. As questões de representação e organização, por sua vez, dizem respeito à democracia interna. Por fim, com relação à última questão apresentada, é importante ter em mente que o FSM surgiu como um fenômeno e processo político e que o reforço disso está na contramão da sua diluição.

Boaventura aponta que, passados mais de quinze anos desde a criação do Fórum, o espaço perdeu muito da sua força de mobilização e de sua visibilidade enquanto uma alternativa real ao Fórum Econômico Mundial. Para tal, destaca que corroboraram tanto razões internas, em alguma medida aqui explanadas, quanto questões externas, das quais se podem destacar a Guerra ao Terror, as novas guerras no Oriente Médio, a proliferação de leis antiterroristas e as correlatas criminalizações de movimentos e protestos sociais, o que dificulta, ainda que em diferentes medidas segundo as regiões, o deslocamento de movimentos e organizações além-fronteiras, e os diferentes cortes sociais que requerem uma maior mobilização local-nacional. De qualquer modo, destaca-se que, apesar da perda de vitalidade, a agenda do Fórum se mostrou de extrema importância enquanto uma agenda de ação social progressista e em alguma medida anticapitalista, de modo que o impacto do Fórum em diferentes políticas progressistas ainda deve ser melhor avaliado<sup>56</sup>, sendo pauta, também, para futuras pesquisas (SANTOS, 2015).

---

<sup>56</sup> Aponta especificamente para os governos progressistas na América Latina, a articulação de movimentos sociais específicos, como Via Campesina ou Marcha Mundial de Mulheres, e iniciativas mundo afora de educação popular (SANTOS, 2015).

#### 4.3 OS ESPÍRITOS EM DISPUTA: PORTO ALEGRE *VERSUS* DAVOS

Em um contexto de crise estrutural do capitalismo, que se pretende explicar brevemente nos próximos parágrafos, Wallerstein (2004b; 2005; 2010; 2014) aponta para a importância do ‘espírito de Porto Alegre’, apresentado de forma geral neste capítulo, frente ao ‘espírito de Davos’, apresentado também de forma geral, porém mais sucinta, no primeiro capítulo deste trabalho. Sobre ambos, em conferência no primeiro Fórum Social Mundial, Michael Löwy afirmou que “Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas, irreconciliáveis.” (LÖWY, 2001<sup>57</sup> *apud* LEITE, 2003, p. 69).

Wallerstein (2005; 2010; 2014) argumenta que o capitalismo está passando por uma crise estrutural; uma crise dessa envergadura – crise de um sistema histórico – começa no ponto em que o sistema se distancia do equilíbrio, sem lograr avançar. Daí surge uma bifurcação, o que tem duas implicações: 1) o sistema vai deixar de existir, ainda que não se possa saber qual sistema o sucederá ou quais sistemas o sucederão; pode-se apenas delinear quais as alternativas para que a caótica situação se resolva em uma nova ordem sistêmica; 2) a mencionada bifurcação leva a uma luta política pelas alternativas, de modo que, mesmo sem poder saber o resultado, pode-se afetá-lo.

Com relação à mencionada bifurcação e luta política pelas alternativas para o sistema que virá, Wallerstein (2004b; 2005; 2010; 2014) afirma que há dois ‘espíritos’ em disputa: o ‘espírito de Davos’ e o ‘espírito de Porto Alegre’, em alusão ao Fórum Econômico Mundial e ao Fórum Social Mundial, respectivamente. Isso dialoga, em alguma medida, com a mencionada ruptura discursiva, de ‘outro mundo possível’ frente ao ‘*there is no alternative*’, e ao ‘fim da história’ (ECHART MUÑOZ, 2008; BRINGEL; ECHART MUÑOZ, 2010).

Para Wallerstein (2004b), os ‘espíritos’ não tratam da defesa ou da denúncia da globalização hegemônica neoliberal, mas de qual sistema histórico substituirá a economia-mundo e o sistema-mundo capitalista. Assim, os ‘espíritos’ de Davos e de Porto Alegre engendram duas diferentes direções: “É sobre se devemos nos mover na direção de um sistema diferente que mantém uma característica crucial do capitalismo – sua natureza hierárquica, desigual e polarizada – ou de um novo sistema-mundo que seja relativamente democrático, relativamente igualitário.” (WALLERSTEIN, 2004b, p. 636). Wallerstein

---

<sup>57</sup> LÖWY, Michael. Davos e Porto Alegre, dois projetos antagônicos. Intervenção no Fórum Social Mundial. Porto Alegre, 2001.

(2010) argumenta, ainda, que há três batalhas em jogo: entre Davos e Porto Alegre, mas também dentro de cada espírito, dadas as divergências intrínsecas a cada um, como foi, em parte, apontado. Wallerstein, já em 2004, defendia que o desafio do Fórum Social Mundial na tarefa de transformar o mundo rumo a um sistema mais democrático e igualitário seria ter ferramentas para aliar o seu caráter de espaço aberto, importante inovação organizacional, com a consecução de atividades políticas concretas, reais, como abordado no fim da subseção anterior. Sobre o período de transição sistêmica, o autor tem um trecho bastante emblemático:

O período de transição de um sistema a outro é um período de grandes lutas, de grande incerteza e de grandes questionamentos sobre as estruturas do saber. Necessitamos, antes de mais nada, **tentar compreender claramente o que está sucedendo**. Necessitamos, depois, decidir em qual direção queremos que o mundo ande. E devemos, finalmente, *resolver como atuaremos no presente, de modo que as coisas se movimentem no sentido que preferimos*. Podemos pensar nestas três tarefas como os trabalhos **intelectuais**, morais e *políticos*. As três são diferentes, mas estreitamente vinculadas. [...] As tarefas diante de nós são excepcionalmente difíceis. No entanto, nos oferecem, individual e coletivamente, a possibilidade da criação, ou pelo menos de contribuir à criação de algo que possa satisfazer mais plenamente nossas possibilidades coletivas. (WALLERSTEIN, 2005, p. 122, tradução nossa, grifo nosso).

Pablo González Casanova (1996) apontava que a alternativa ao neoliberalismo era um problema de ordem moral, política, social e intelectual cuja solução demonstrava-se urgente já há mais de 20 anos. Ainda, o autor destacava que a radicalização da análise, por melhor que fosse, não levava a uma ação política efetiva, e que estruturar uma política alternativa demonstra-se uma tarefa bastante difícil. Apesar da dificuldade, à análise não pode caber apenas a tarefa de reflexão, protesto ou queixa – o que não tem significado transcendental. Para esse importante autor mexicano, a alternativa será “[...]uma alternativa democrática que lute pelo poder da maioria e para uma economia da maioria em cada nação e a nível mundial.” (CASANOVA, 1996, p. 54-55, tradução nossa).

Assim, à luz do que foi apontado por Wallerstein (2005), aquela tentativa de entendimento do contexto (tarefa intelectual), aliada à reflexão e à decisão sobre a direção que queremos para o mundo (tarefa moral), ajuda a forjar nossa atuação no presente (tarefa política), de modo a afetar a disputa em questão para o lado que escolhemos: o ‘espírito de Davos’ ou o ‘espírito de Porto Alegre’. O esforço desta monografia em recuperar a trajetória do Fórum Social Mundial dialoga, assim, com essas tarefas e pretende retomar o significado e a transcendência de Porto Alegre e seu ‘espírito’, cuja batalha com Davos ainda não chegou ao fim.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por outra economia, outra sociedade, outros valores, outra relação com o meio ambiente e outra política, busca essa pautada na liberdade, na igualdade, no reconhecimento da diferença, na justiça social e cognitiva, na democracia para além da democracia liberal e na solidariedade entre os povos, encontrou um importante espaço e tempo no começo do século XXI. Nesse sentido, a articulação por ‘outro mundo possível’ engendrada pelo Fórum Social Mundial e por diferentes movimentos e organizações no âmbito do movimento antiglobalização, não fazia frente apenas à globalização e ao neoliberalismo, mas também ao conservadorismo, à passividade, à alienação, ao individualismo e ao consumismo àqueles adventos correlacionados, com resistência à exploração e às diferentes opressões. Por essa ruptura e redirecionamento, pode-se dizer que o Fórum Social Mundial, como indicara Grzybowski (2001), configurou-se como um marco, que pontua um antes e um depois dele.

Este trabalho buscou retomar a importância histórica e política do Fórum Social Mundial e, para isso, analisou, primeiramente, a estrutura do neoliberalismo e da globalização contra a qual o movimento antiglobalização surgiu; em segundo lugar, o movimento antiglobalização e suas características; por fim, analisou o Fórum em si, recorrendo-se à contextualização do surgimento da ideia, à extensa descrição, na medida dos materiais disponíveis, de cada uma das edições, bem como a uma análise final mais geral sobre alguns dos limites e alcances do FSM ao longo de suas treze edições centralizadas, em quase vinte anos de existência. Ressalta-se que, enquanto o Fórum Econômico Mundial representava a globalização neoliberal capitalista, hegemônica, o Fórum Social Mundial passara a simbolizar a globalização contra-hegemônica, por baixo, dos movimentos que lutam contra aquela primeira e, em diferentes medidas, contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado nela engendradas (SANTOS, 2015).

Com relação ao objetivo geral da monografia, considera-se que a importância do Fórum está intrinsecamente relacionada com a promoção de um espaço de encontro, de discussão de ideias e de articulação da ação política, ainda que esta em menor grau do que deveria. O Fórum representa, enfim, um espaço articulador que tem importante dimensão simbólica, teórica, epistemológica e prática. Um dos importantes alcances diz respeito, como já apontado, a ser um elemento que catalisa diferentes atores não-tradicionais de Relações Internacionais, fazendo frente a abordagens puramente estadocêntricas da área. Embora tenha perdido muito de sua capacidade de mobilização, vitalidade e visibilidade enquanto uma

alternativa real, é importante enxergar isso dentro de um contexto, bem como considerar a dificuldade de se manter o nível de mobilização e analisar a ainda curta duração do processo.

Com relação ao primeiro capítulo, de contextualização histórica do neoliberalismo e da globalização, pontua-se que aquele surgiu como uma reação teórica e política em um contexto contrarrevolucionário, para conter o declínio da hegemonia dos Estados Unidos e a crise da economia capitalista a partir de 1973. Entre as políticas seguidas em diferentes países em que foram chegando governos neoliberais, destacam-se corte de gastos sociais, liberalização do controle sobre fluxos financeiros e comerciais, aumento dos juros, manutenção do desemprego estrutural e desmantelamento da organização operária e sindical, com efeitos nefastos sobre as sociedades. A privatização, a predominância do mercado em diferentes aspectos sociais, políticos e econômicos, e a liberalização econômica corroboraram para diminuir a capacidade estatal e de diferentes instituições políticas e sociais, com enorme poder de empresas e instituições financeiras, de modo geral. No entanto, o fim histórico do neoliberalismo, qual seja, a reanimação do capitalismo, com retomada das taxas de crescimento, não ocorreu.

A globalização hegemônica relacionada ao modelo neoliberal, calcada na competitividade, tem mecanismos que mantêm e aprofundam a desigualdade entre o centro e a periferia, apesar do discurso unificador de que seria amplamente benéfica. Destaca-se, assim, que se trata de um projeto político, e não de um processo natural, de modo a desmistificar algumas falácias engendradas no bojo do discurso unificador. Frente às contradições e condições criadas, com atenção para a extensa exclusão social, o alto índice de desemprego, o desmantelamento sindical, o enfraquecimento estatal e um pensamento único que “parecia invadir todos os poros da sociedade, dominar todas as instituições, excluir toda alternativa.” (LEITE, 2003, p. 9), entre outras, surge, com uma marcada ruptura discursiva, o movimento antiglobalização – em oposição às ideias, às práticas, às instituições e ao poder material neoliberal.

Já com relação ao segundo capítulo, ressalta-se a reversão do quadro político-ideológico na virada do milênio, com o surgimento de movimentos que pretendiam preservar a diversidade frente à monocultura advinda do neoliberalismo e da globalização hegemônica, surgidos em um contexto de mudanças na estrutura de oportunidades políticas, uma vez que o neoliberalismo passara a perder vitalidade. Nesse sentido, importa considerar os fenômenos de globalização hegemônica, calcada na desigualdade, e a contra-hegemônica, pautada frente àquela e calcada na redistribuição de recursos não apenas materiais, mas também simbólicos, culturais, políticos e sociais. Pontua-se que os movimentos antiglobalização surgem com um

caráter diferente de movimentos antissistêmicos anteriores, de que o principal exemplo talvez seja o caráter de horizontalidade daqueles *versus* o de verticalidade destes. O movimento antiglobalização tem, entre suas características definidoras, a horizontalidade, a heterogeneidade, o caráter ‘glocal’ e o uso de novas tecnologias – características importantes ao longo do processo do Fórum Social Mundial, ainda que, em diferentes momentos, disputadas.

As diferentes fases do movimento antiglobalização apontam para uma última de esgotamento e rearticulação, o que – apesar do declínio da atuação unificada – não invalida o seu impacto político, nem seu efeito simbólico, tendo sido um novo ator de relações internacionais e novo marco de ação coletiva transnacional, com diferentes repertórios. Com relação ao esgotamento de um modelo de mobilização, é necessário ter em mente a dificuldade de se manter a intensidade do conflito e da participação por longos períodos, e a relação entre os diferentes ciclos do movimento com o contexto social mais amplo, de modo que o declínio de atuação tem razões internas e externas. Esse debate se relaciona diretamente com a rearticulação do Fórum Social Mundial, como visto no terceiro capítulo, de modo que o esgotamento e a rearticulação não invalidam o seu legado e devem servir para uma maior capacidade de adaptação às novas conjunturas e aos novos desafios.

Já com relação ao terceiro capítulo, destaca-se a invenção política (LEITE, 2005) engendrada no Fórum Social Mundial, com características que lhe conferem singularidade, como a questão de ser um espaço aberto, horizontal e não-deliberativo – o que, no entanto, gerou diversas discussões, principalmente entre quem entende que o Fórum teria mais efetividade enquanto um ‘movimento’ do que enquanto um ‘espaço’, como visto na subseção sobre alcances e limites do FSM. Destaca-se, inicialmente, as dimensões simbólicas à época de seu surgimento: a escolha do nome, da data e da cidade em que se daria a primeira edição, com a ideia de que o marco de outro mundo possível do Fórum Social Mundial marcasse seu antagonismo e contraposição ao Fórum Econômico Mundial. A Carta de Princípios do FSM, embora levante discussões e divergências sobre alguns pontos-chave, como é o caso da não-deliberação e da não-diretividade, foi importante, junto com o Conselho Internacional, para que houvesse uma mínima visão de continuidade e de longo prazo no processo.

As sucessivas edições do Fórum mostraram muitos de seus sucessos, principalmente em questões de números, uma vez que em 2005, por exemplo, se teve cerca de 150 mil pessoas participantes, e também muitos de seus desafios, entre os quais se destaca a manutenção da mobilização por longos períodos e a necessidade de se aliar diversidade com ações concretas. Não cabe, nessas considerações finais, retomar todas as edições, no entanto,

pode-se apontar algumas características gerais, como o fato de o processo do FSM ter aproximado a esquerda brasileira com a temática e a mobilização contra a globalização neoliberal e ter articulado mobilizações contra a ALCA. A expansão para a Índia e, posteriormente, para a África (edições de 2006, 2007, 2011, 2013 e 2015) fomentaram a amplificação para além do eixo latino-americano-europeu. Para isso, contribuíram os fóruns regionais e os fóruns temáticos, que foram aproximando diferentes movimentos do processo – embora sobre eles também caibam discussões e reflexões, que podem ser aprofundadas em futuras agendas de pesquisa, assim como o impacto do FSM em diferentes políticas progressistas, institucionais ou não.

O FSM teve, ao longo do tempo, mas principalmente em seus primeiros anos, um papel protagonista e coletivo na organização e reconstrução da capacidade protagonista da esquerda, tendo se transformado em algo maior do que seus proponentes sequer puderam imaginar: ponto-chave de um processo de recomposição, rearticulação e desenvolvimento do campo anti-neoliberal e antiglobalização a nível internacional (LOUREIRO, LEITE, CEVASCO, 2002; LEITE, 2003; VIZENTINI, 2001). Aquele ânimo e aquela capacidade de mobilização, no entanto, não se mantiveram pelos anos seguintes, o que mostra, ao mesmo tempo, os alcances e os limites do FSM.

No que diz respeito à descentralização do Fórum Social Mundial em diferentes fóruns temáticos e regionais, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que significa um avanço, por promover-se ações um pouco mais concretas, como no caso do Fórum Mundial de Mídia Livre, por exemplo, significa também uma descaracterização, à medida que se perde a articulação maior, a visibilidade do processo, a questão transtematizada e a coordenação entre os diferentes fóruns. Aponta-se, no entanto, que a descentralização foi útil para que o processo se expandisse para além do eixo euro-latino-americano, com a mundialização, ainda que limitada, do processo. Um dos grandes desafios do Fórum apontado por Santos (2005b; 2006; 2015) diz respeito a aliar sua diversidade com a construção de consenso rumo à ação coletiva. Destaca-se, ainda, como aliar a multiplicação de fóruns sem que haja sua descaracterização nem perda de visibilidade, promovendo, ao mesmo tempo, mundialização, enraizamento e coordenação.

Aponta-se que, talvez, o principal papel do FSM até então não esteja necessariamente em suas ações práticas, senão na consciência por ele despertada, relacionada ao seu ‘espírito’. O Fórum constituiu-se, enfim, como um espaço de debate, de troca e de articulação que possibilitou novas narrativas e novos repertórios, com o alargamento da experiência social disponível e possível (SANTOS, 2005b), ainda que se possa afirmar que tenha faltado maior

articulação centralizada para ações concretas enquanto um coletivo coeso, de modo que aí reside um importante limite: a falta de materialidade propositiva do ‘Consenso de Porto Alegre’ que pode, contudo, ser revertida.

Talvez o movimento, por sua estrutura, caráter e metodologia, tenha deixado de se articular mais concretamente, perdendo o *momentum* e o momento das grandes mobilizações que engendrou durante os primeiros anos. Isso, no entanto, não invalida sua trajetória, seu legado, seus alcances, nem o ‘espírito de Porto Alegre’ que ajudou a forjar e que segue existindo, nem impossibilita uma futura rearticulação. Nesse sentido, cabe considerar, por fim, que o tempo de existência do processo ainda é relativamente curto e que o mesmo segue se rearticulando frente a novos desafios da conjuntura para catalisar energias em ações. Para tal, parece importante a construção de uma estrutura que, sem deixar de ser um espaço aberto (que o caracteriza como invenção política), permita deliberações com vistas à articulação e à concretude de ações que possibilitem um horizonte minimamente comum ao utópico, porém possível ‘Consenso de Porto Alegre’. Apontou-se, também, para a necessidade de se atentar para a questão da memória coletiva do processo, com registro de números e discussões.

Este trabalho de conclusão buscou, ainda, analisar Porto Alegre e Davos no contexto da discussão proposta por Wallerstein sobre a crise estrutural do capitalismo, em que, em um momento de transição e bifurcação para outro sistema, há a disputa entre o ‘espírito de Porto Alegre’, que levaria a um sistema relativamente democrático e igualitário, e o ‘espírito de Davos’, que levaria a um sistema que manteria a natureza polarizada, hierárquica e desigual do atual. Com relação à transição, Wallerstein (2005) pontua que há diferentes tarefas: a intelectual, de entender o que ocorre; a moral, de decidir para onde se quer que o sistema-mundo vá; e a política, de atuar neste sentido. Esta monografia buscou apresentar um pouco a estrutura do sistema e do Fórum Social Mundial, com vistas a entender o que ocorre (tarefa intelectual), bem como a decidir pelo ‘espírito de Porto Alegre’ (tarefa moral), na esperança de que haja, no atual momento de giro à direita, um esforço coletivo na tarefa política de atuar para isso.

Por fim, pontua-se que movimentos antissistêmicos surgem da esperança e do descontentamento (ARRIGHI, HOPKINS E WALLERSTEIN, 2012). Entende-se que essa esperança e esse descontentamento podem ser úteis, nos dias de hoje, para forjar a revitalização do Fórum Social Mundial e do ‘espírito de Porto Alegre’, rumo a um sistema relativamente democrático e relativamente igualitário que afirme a possibilidade, na disputa entre Porto Alegre e Davos, de ‘outro mundo possível’.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **La trama del Neoliberalismo: Mercado, Crisis y exclusión social**. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 11-18. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100609030645/latrama.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. **Movimientos Antisistémicos**. Madrid: Akal, 2012.
- BARBOSA, Bia. Integração e socialismo: propostas dos presidentes contra a crise. **Carta Maior**, 30 jan. 2009. Disponível em: <[http://191.241.229.249/bitstream/handle/11398/3077/2009\\_05\\_01\\_noticia72.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://191.241.229.249/bitstream/handle/11398/3077/2009_05_01_noticia72.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. FSM no Senegal termina afirmando importância geopolítica da África. **Carta Maior**, 12 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/FSM-no-Senegal-termina-afirmando-importancia-geopolitica-da-africa/2/16603>>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- BRINGEL, Breno; ECHART MUÑOZ, Enara. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 28-36, 2010. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/168/38](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/168/38)>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- CANOFRE, Fernanda. Representantes do FSM 2016 no Canadá e do Fórum Temático de Porto Alegre se reúnem na Capital. **Sul 21**, Porto Alegre, 7 jul. 2015a. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2015/07/representantes-do-fsm-2016-no-canada-e-do-forum-tematico-de-porto-alegre-se-reunem-na-capital/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Especial FSM – 2009: O ano em que 5 presidentes se reuniram na Amazônia. **Sul 21**, Porto Alegre, 11 dez. 2015b. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/breaking-news/2015/12/especial-fsm-2009-o-ano-em-que-5-presidentes-se-reuniram-na-amazonia/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Especial FSM – 2011: O ano em que o Fórum acampou na Primavera Árabe. **Sul 21**, Porto Alegre, 18 dez. 2015c. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2015/12/especial-fsm-2011-o-ano-em-que-o-forum-acampou-na-primavera-arabe/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Especial FSM – 2013: O ano em que as mulheres árabes se fizeram protagonistas. **Sul 21**, Porto Alegre, 26 dez. 2015d. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/breaking-news/2015/12/especial-fsm-2013-o-ano-em-que-as-mulheres-arabes-se-fizeram-protagonistas/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Especial FSM – 2015: O ano em que falar do Oriente Médio é preciso. **Sul 21**, Porto Alegre, 1 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em->

destaque/2016/01/especial-fsm-2015-o-ano-em-que-falar-do-oriente-medio-e-preciso/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CARTA mundial da mídia livre. **Intervozes**, 6 abr. 2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/carta-mundial-da-midia-livre/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CARUSO, Giuseppe. Preliminary Notes on the World Social Forum 2011, Dakar. 22 fev. 2011. Disponível em: <[https://giuseppecarusso.wordpress.com/2011/02/22/a-preliminary-assessment-of-the-world-social-forum-2011-dakar/?preview=true&preview\\_id=239&preview\\_nonce=3de2bd7809](https://giuseppecarusso.wordpress.com/2011/02/22/a-preliminary-assessment-of-the-world-social-forum-2011-dakar/?preview=true&preview_id=239&preview_nonce=3de2bd7809)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CASANOVA, Pablo González. Globalidad, neoliberalismo y democracia. In: CASANOVA, Pablo González; SAXE-FERNÁNDEZ, John. (Coord.). **El mundo actual: situación y alternativas**. México, DF: Siglo XXI, 1996. p. 45-55.

CASSEN, Bernard. Uma virada política e cultural. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-18.

CATTANI, Antonio David. (Org.). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

COLLECTIF FSM 2016. Rapport d'activités. Forum Social Mondial. Montréal, 9-14 août 2016. **Forum Social Mondial 2016**, 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://fsm2016.org/wp-content/uploads/2017/01/RAPPORT-FSM-2016-8-f%C3%A9vrier-2016.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CRUZ, Mauri. FSM 2018 – um câmbio geracional de pessoas e movimentos. **Sul 21**, 9 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/mauri-cruz/2018/05/fsm-2018-um-cambio-geracional-de-pessoas-e-movimentos/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

DAVIES, Thomas; PEÑA, Alejandro. Social Movements and International Relations: Recognizing Complexity. **ECPR General Conference**, Oslo, 2017. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/30e3bb61-c3c5-40d5-b175-d0e71ae981eb.pdf>>. Acesso em 31 jul. 2018.

DECLARAÇÃO do coletivo baiano do Fórum Social Mundial (FSM): a indicação de Salvador como sede de um evento de caráter mundial em março. **Fórum Social Porto Alegre**, 6 fev. 2017. Disponível em: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/2017/02/06/a-indicacao-de-salvador-como-sede-de-um-evento-de-carater-mundial-em-marco-2018/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ECHART MUÑOZ, Enara. **Movimientos sociales y relaciones internacionales: la irrupción de un nuevo actor**. Madrid: Catarata, 2008.

ESPECIAL FSM – 2007: O ano em que o Fórum Social Mundial deu voz à África e suas mulheres. **Sul 21**, Porto Alegre, 4 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2015/12/especial-fsm-2007-o-ano-em-que-o-forum-social-mundial-deu-voz-a-africa-e-suas-mulheres/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

ENLACE ZAPATISTA. **Ejército Zapatista de Liberación Nacional**. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FALK, Richard. Resisting ‘globalisation-from-above’ through ‘globalisation-from-below’. **New Political Economy**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 17-24, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13563469708406281>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta de Princípios do Fórum Social Mundial**. 2001. Disponível em: <<https://wsf2018.org/carta-de-principios-do-forum-social-mundial/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

FSM 2009 teve cerca de 150 mil participantes. **Carta Maior**, 2 fev. 2009. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/FSM-2009-teve-cerca-de-15%25200-mil-participantes%250d%250a/2/14860>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FSM 2018: dados para balanço. **Fórum Social Mundial 2018**, 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://wsf2018.org/coletiva-de-imprensa-divulga-resultados-do-fsm-2018/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FST2016: FsmPoa+15. **Fórum Social Porto Alegre**. Disponível em: <<http://forumsocialportoalegre.org.br/fsmpoa15/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GILL, Stephen. Toward a Postmodern Prince? The Battle in Seattle as a Moment in the New Politics of Globalisation. **Millenium: Journal of International Studies**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 131-140, 2000. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298000290010101>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. A inflexão zapatista: o *Congreso Nacional Indígena* e a candidatura presidencial em 2018. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 2, p. 196-205, 2018. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/viewFile/csu.2018.54.2.07/60746412](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2018.54.2.07/60746412)>. Acesso em: 23 set. 2018.

GONÇALVES, Vanusia. Confira as principais atividades do Dia de Mobilização do FSM. **Repórter Brasil**, 22 jan 2008. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2008/01/confira-as-principais-atividades-do-dia-de-mobilizacao-do-fsm/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 1-36.

GRZYBOWSKI, Cândido. Sim, um outro mundo é possível. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 19-30.

HALLIDAY, Fred. Getting Real About Seattle. **Millennium: Journal of International Studies**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 123-129, 2000. Disponível em:

<<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/03058298000290011201>>. Acesso em: 01 out. 2018.

IANNI, Octavio. A política mudou de lugar. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 17-27.

KHASNABISH, Alex. **Zapatistas: Rebellion from the Grassroots to the Global**. London: Zed Books, 2010.

LEITE, José Corrêa. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

\_\_\_\_\_. **The World Social Forum: strategies of resistance**. Chicago: Halmarket Books, 2005.

LEÓN, Irene; BURCH, Sally. VII Foro Social Mundial: entre desafios presentes y miradas al futuro. **ALAI**. América Latina en Movimiento, 12 fev. 2007. Disponível em: <<https://www.alainet.org/active/15554>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **O Espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-12.

MARTINS, Antonio. Copyleft contra o monólogo dos meios de comunicação. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 75-76.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURÃO, Mônica. Carta Mundial da Mídia Livre é lançada no Fórum Social Mundial. **Carta Capital**, 6 abr. 2015. Disponível em: <[https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/carta-mundial-da-midia-livre-e-lancada-no-forum-social-mundial-4084.html?utm\\_content=buffer84337&utm\\_medium=social&utm\\_source=twitter.com&utm\\_campaign=buffer](https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/carta-mundial-da-midia-livre-e-lancada-no-forum-social-mundial-4084.html?utm_content=buffer84337&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer)>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PONNIAH, Thomas; FISHER, William F. Preface to the critique influence change edition. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Another World is Possible: World Social Forum Proposals for An Alternative Globalization**. London: Zed Books, 2015. p. xxi-xv.

RYAN, Yasmine. Tunisia World Social Forum to blast austerity. **Al Jazeera**, 26 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/03/201332653645288688.html>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 25-102.

\_\_\_\_\_. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005b.

\_\_\_\_\_. **The rise of the global left**: the World Social Forum and beyond. London: Zed Books, 2006.

\_\_\_\_\_. Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolitas subalternas. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; GARAVITO, César A. Rodríguez. (Ed.). **El derecho y la globalización desde abajo**: Hacia una legalidad cosmopolita. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2007. p. 31-60.

\_\_\_\_\_. Foreword to the critique influence change edition. In: PONNIAH, Thomas; FISHER, William F. (Eds.). **Another World is Possible**: World Social Forum Proposals for An Alternative Globalization. London: Zed Books, 2015. p. xvii-xx.

SZYMBORSKA, Wislawa. Filhos da época. In: \_\_\_\_\_. **Poemas**. Seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TEIVAINEN, Teivo. The Political and its absence in the World Social Forum: implications for democracy in the Forum and in the World. In: SMITH, Jackie; BYRD, Scott; REESE, Ellen; SMYTHE, Elizabeth. **Handbook on World Social Forum Activism**. Boulder: Paradigm, 2012.

TILLY, Charles. **From mobilization to Revolution**. London: Addison-Wesley, 1978.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Fórum Social Mundial: uma resposta da sociedade ao mercado. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **Fórum Social Mundial**: a construção de um mundo melhor. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 109-112.

\_\_\_\_\_. **Dez anos que abalaram o século XX**: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)

\_\_\_\_\_. Rumo a uma participação dos povos na construção de uma ordem democrática internacional. In: 100 PROPOSTAS do Fórum Social Mundial. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 83-104.

WALLERSTEIN, Immanuel. Las nuevas rebeliones antisistémicas: ¿Un movimiento de movimientos?. **Revista Contrahistorias**: La otra mirada de Clío, México, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2004a. Disponível em: <[http://theomai.unq.edu.ar/Conflictos\\_sociales/WALLERSTEIN\\_Rebeliones%20antisist%C3%A9micas.pdf](http://theomai.unq.edu.ar/Conflictos_sociales/WALLERSTEIN_Rebeliones%20antisist%C3%A9micas.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. The dilemmas of open space: the future of the WSF Immanuel Wallerstein. **UNESCO 2004**, p. 629-637, 2004b. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/wp-content/uploads/docs/WSFISSJ.PDF>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Análisis de sistemas-mundo**: una introducción. México: Siglo XXI, 2005.

\_\_\_\_\_. Structural crises. **New Left Review**, [S.l.], n. 62, 2010. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/62/immanuel-wallerstein-structural-crises>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. The World Social Forum, Egypt, and Transformation. **IWallerstein**, n. 299, 15 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/the-world-social-forum-egypt-and-transformation/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. The World Social Forum: Still Meeting Its Challenge. **IWallerstein**, n. 350, 1 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/world-social-forum-meeting-challenge/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Antisystemic Movements, Yesterday and Today. **Journal of World-Systems Research**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 158-172, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5195/jwsr.2014.593>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Governos foram a coisa mais parecida com "outro mundo possível" em Belém. **Carta Maior**, 1 fev. 2009. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Governos-foram-a-coisa-mais-parecida-com-outro-mundo-possivel-em-Belem/19940>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

WHITAKER, Chico. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. **Correio da cidadania**, São Paulo, n. 222, 2 a 9 dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **O desafio do Fórum Social Mundial**: um modo de ver. São Paulo: Loyola, 2005.

## ANEXO A – CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa.

Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por tod@s que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre e asseguraram seu êxito, e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que “um outro mundo é possível”, ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apoie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instancia de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária,

introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

Fonte: Fórum Social Mundial (2001).